



RELATÓRIO ANUAL

de ações dos
Programas Institucionais
da Justiça do Trabalho

2024

Sumário

Administração do TST E CSJT.....	3
Coordenação Geral dos Programas institucionais.....	4
Composição Nacional dos Programas institucionais.....	5
Mensagem do Presidente do TST e CSJT.....	8
Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estimulo à Aprendizagem.....	9
Mensagem do Coordenador do PCTI.....	10
Ações da Comissão Nacional do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e de Estimulo à Aprendizagem	11
Ações das Comissões Regionais do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e de Estimulo à Aprendizagem	17
Programa Trabalho Seguro.....	71
Mensagem do Coordenador do PTS.....	72
Ações da Comissão Nacional do Programa Trabalho Seguro.....	73
Ações das Comissões Regionais do Programa Trabalho Seguro.....	78
Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade.....	135
Mensagem da Coordenadora do PERGD.....	136
Ações da Comissão Nacional do Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade.....	137
Ações das Comissões Regionais do Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade	142
Programa Nacional de Enfrentamento ao Trabalho Escravo e ao Tráfico de Pessoas e de Proteção ao Trabalho do Migrante.....	182
Mensagem do Coordenador do PETE.....	183
Ações da Comissão Nacional do Programa de Enfrentamento ao Trabalho Escravo e ao Tráfico de Pessoas e de Proteção do Trabalhador Migrante.....	184
Ações das Comissões Regionais do Programa de Enfrentamento ao Trabalho Escravo e ao Tráfico de Pessoas e de Proteção do Trabalhador Migrante.....	187
Expediente.....	213

Administração do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior do Trabalho

Ministro Aloysio Correa da Veiga
PRESIDENTE

Ministro Mauricio Godinho Delgado
VICE-PRESIDENTE

Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho
CORREGEDOR-GERAL

Coordenação Geral dos Programas Institucionais da Justiça do Trabalho

Ministro Lelio Bentes Corrêa

Coordenador Nacional de Promoção do Trabalho Decente e dos Direitos Humanos

Ministra Morgana de Almeida Richa

Vice Coordenadora Nacional de Promoção do Trabalho Decente e dos Direitos Humanos

Ministro Evandro Pereira Valadão Lopes

Coordenador-Geral do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem

Ministro Alberto Bastos Balazeiro

Coordenador-Geral do Programa de Trabalho Seguro

Ministra Liana Chaib

Vice Coordenadora-Geral do Programa de Trabalho Seguro

Ministro Augusto César Leite de Carvalho

Coordenador-Geral do Programa de Enfrentamento ao Trabalho Escravo e ao Tráfico de Pessoas e de Proteção ao Trabalho do Migrante

Ministro José Roberto Freire Pimenta

Vice Coordenador-Geral do Programa de Enfrentamento ao Trabalho Escravo e ao Tráfico de Pessoas e de Proteção ao Trabalho do Migrante

Ministra Maria Helena Mallmann

Coordenadora-Geral do Programa de Equidade Raça, Gênero e Diversidade

Ministro Amaury Rodrigues Pinto Junior

Vice Coordenadora-Geral do Programa de Equidade Raça, Gênero e Diversidade

Composição Nacional dos Programas Institucionais da Justiça do Trabalho

Programa de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem

Representante da Região Sul

Juíza do trabalho **GABRIELA LENZ DE LACERDA**

TRT da 4^a Região (RS)

Representante da Região Nordeste

Juíza do Trabalho **VIVIANE CHRISTINE MARTINS FERREIRA**

TRT da 5^a Região (BA)

Representante da Região Norte

Juíza do Trabalho **VANILZA DE SOUZA MALCHER**

TRT da 8^a Região (PA/AP)

Representante da Região Sudeste

Juíza do Trabalho **JULIANA CARLESSO LOZER**

TRT da 17^a Região (ES)

Representante da Região Centro-Oeste

Juíza do Trabalho **ADRIANA MEIRELES MELONIO**

TRT da 10^a Região (DF/TO)

Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho (Programa Trabalho Seguro – PTS)

Representante da Região Sul

Desembargador **ROBERTO LUIZ GUGLIELMETTO**

Tribunal Regional do Trabalho da 12^a Região (SC)

Representante da Região Nordeste

Desembargadora **VILMA LEITE MACHADO AMORIM**

Tribunal Regional do Trabalho da 20^a Região (SE)

Representante da Região Norte

Desembargador **PAULO ISAN COIMBRA DA SILVA JÚNIOR**

do Tribunal Regional do Trabalho da 8^a Região (PA/AP)

Representante da Região Sudeste

Juíza do Trabalho Substituta **LORENA DE MELLO REZENDE COLNAGO**

Tribunal Regional do Trabalho da 2^a Região (SP)

Representante da Região Centro-Oeste

Juíza do Trabalho Substituta **ANANDA TOSTES ISONI**

Tribunal Regional do Trabalho da 10^a Região (DF/TO)

Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade

Representante da Região Sul

Desembargador **RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA**

TRT da 9^a Região (PR)

Representante da Região Nordeste

Juiz do Trabalho **ANDRÉ MACHADO CAVALCANTI**

TRT da 13^a Região (PB)

Representante da Região Norte

Juíza do Trabalho **ELINAY ALMEIDA FERREIRA**

TRT da 8^a Região (PA/AP)

Representante da Região Sudeste

Desembargadora **ELEONORA BORDINI COCA**

TRT da 15^a Região (Campinas/SP)

Representante da Região Centro-Oeste

Juíza do Trabalho **NOÊMIA APARECIDA GARCIA PORTO**

TRT da 10^a Região (DF/TO)

Representante do Tribunal Superior do Trabalho

Servidora **FERNANDA DANTAS SALVADÉ**

Tribunal Superior do Trabalho

Representante do Tribunal Superior do Trabalho

Servidora **RAQUEL LEITE DA SILVA SANTANA**

Tribunal Superior do Trabalho

**Programa Nacional de Enfrentamento ao Trabalho Escravo e ao Tráfico de
Pessoas e de Proteção ao Trabalho do Migrante**

Representante da Região Sul

Juíza do Trabalho **ANGÉLICA CANDIDO NOGARA SLOMP**
TRT da 9^a Região (PR)

Representante da Região Nordeste

Juíza do Trabalho **LUCIANA PAULA CONFORTI**
TRT da 6^a Região (PE)

Representante da Região Norte

Juiz do Trabalho **OTÁVIO BRUNO DA SILVA FERREIRA**
TRT da 8^a Região (PA/AP)

Representante da Região Sudeste

Juíza do Trabalho **DANIELA VALLE DA ROCHA MULLER**
TRT da 1^a Região (RJ)

Representante da Região Centro-Oeste

Juíza do Trabalho **CLAUDIRENE ANDRADE RIBEIRO**
TRT da 23^a Região (MT)

Mensagem do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho

A Justiça do Trabalho desenvolve e fortalece Programas Institucionais essenciais, como o Programa Trabalho Seguro, o Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem, o Programa Nacional de Enfrentamento ao Trabalho Escravo e ao Tráfico de Pessoas e de Proteção ao Trabalho do Migrante, além do Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade.

Essas iniciativas integram a agenda de Promoção do Trabalho Decente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e dialogam com as diretrizes e metas da Organização das Nações Unidas através dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), destacando-se o Trabalho decente e crescimento econômico (ODS 8), a Igualdade de gênero (ODS 5), a Redução das desigualdades por meio das decisões judiciais (ODS 10), a Paz, justiça e instituições eficazes, com a adoção de uma política de precedentes para a racionalização processual (ODS 16) e as Parcerias institucionais para implementação de políticas públicas (ODS 17).

Nosso compromisso é garantir e aprimorar as políticas judiciárias trabalhistas, promovendo eficiência e acompanhando as inovações que impactam o mundo do trabalho. Esses programas desempenham papel fundamental na sensibilização e conscientização da sociedade especialmente pelo primado da prevenção das lesões de ordem trabalhista.

O engajamento de Magistrados e Magistradas, servidores e servidoras nos Tribunais Regionais do Trabalho em todo o país evidencia a relevância dessas iniciativas e reforça a importância dos programas institucionais na consolidação das políticas judiciárias trabalhistas, fortalecendo a Justiça do Trabalho e reafirmando seu papel constitucional como Tribunal da Justiça Social.

Aloysio Corrêa da Veiga

**Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior
da Justiça do Trabalho**

PROGRAMA DE COMBATE AO TRABALHO INFANTIL E DE ESTÍMULO À APRENDIZAGEM



Programa de Combate ao
Trabalho Infantil e de
Estímulo à Aprendizagem

Mensagem do Coordenador do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem

O Programa de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem da Justiça do Trabalho nasceu da necessidade de todas as instituições públicas e de toda sociedade contribuírem para que o Brasil cumpra o compromisso assumido perante a comunidade internacional de erradicar o trabalho infantil, em todas as suas formas. Assim, em 2012, foi instituída a Comissão para Erradicação do Trabalho Infantil na Justiça do Trabalho (CETI), que propôs e realizou em outubro daquele ano, na sede do Tribunal Superior do Trabalho, o 1º Seminário Nacional de Combate ao Trabalho Infantil, cujo tema central foi: "Trabalho Infantil, aprendizagem e Justiça do Trabalho".

Observado o escopo do Programa, foram apresentadas, discutidas e concretizadas propostas de implementação de campanhas, eventos e outras medidas preventivas de sensibilização; providenciada a inclusão dos conteúdos correlatos ao Programa nos currículos de aperfeiçoamento, capacitação inicial e continuada, especialmente nos programas de formação de magistrados (as) e gestores (as); formalizadas parcerias com instituições públicas e privadas relevantes para o cumprimento dos objetivos do Programa.

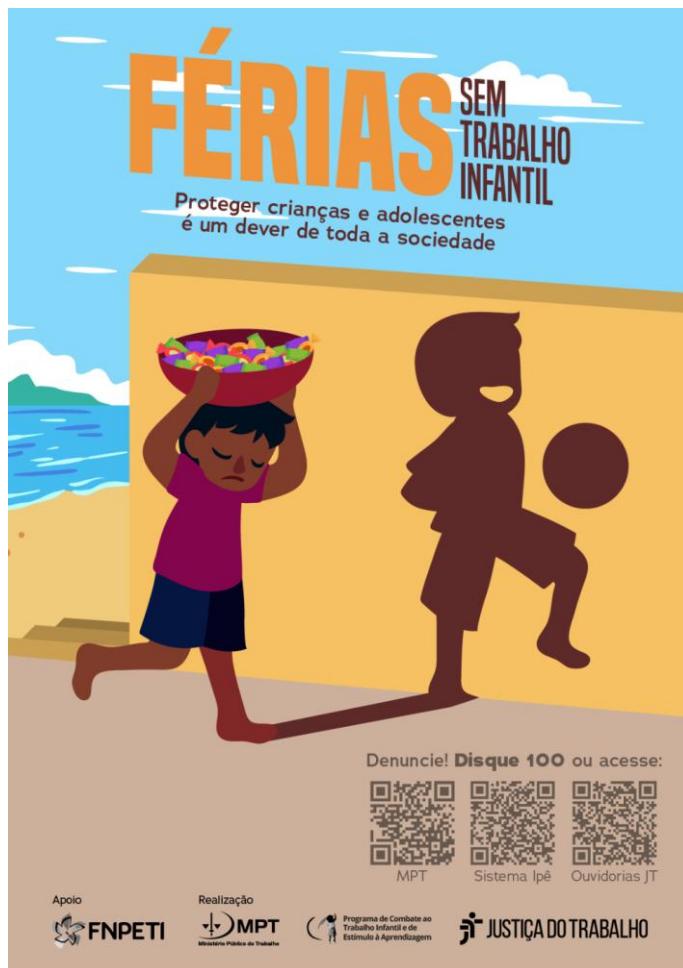
Neste sentido, apresentamos o relatório com as principais ações que nortearam as discussões no âmbito dos Tribunais do Trabalho, em todo país, que consistiram em seminários, rodas de conversas, letramento, ações em parcerias institucionais; assinaturas de instrumentos institucionais para fomento dos objetivos do programa; concessão de entrevistas a veículos importantes de comunicação no país; e, por fim, a importante iniciativa do TST de lançar, em 2024, o Protocolo para Atuação e Julgamento com Perspectiva da Infância e da Adolescência, que irá nortear ações e julgamentos em toda Justiça do Trabalho.

As iniciativas de todos os Tribunais demonstram um forte engajamento nas temáticas propostas e reforçam a importância do Programa para garantia das políticas judiciárias que engrandecem a Justiça do Trabalho, e reforçam seu papel constitucional de ser uma Justiça Social.

Evandro Pereira Valadão Lopes
Ministro Coordenador-Geral do Programa

Ações da Comissão Nacional do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem

Foi realizada campanha nacional, durante o carnaval, com o Ministério Público do Trabalho (MPT) e o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), visando conscientizar e sensibilizar a sociedade sobre os direitos de crianças e adolescentes e os males do trabalho precoce, com o slogan “Férias sem trabalho infantil”.



O PCTI, em parceria com a ENAMAT, o MPT e o FNPETI, também promoveu o Seminário "Infâncias Invisibilidades: reflexões sociais e práticas institucionais" nos dias 12 e 13 de junho de 2024, como parte da campanha "O trabalho infantil que ninguém vê", que focou no combate ao trabalho infantil, especialmente em suas piores formas. Durante o Evento, foram discutidos dados de aumento de 21% no trabalho infantil entre crianças de 5 a 9 anos de idade no período de 2016 a 2022, a exploração sexual infantil e os protocolos de julgamento para infância e adolescência. Especialistas e representantes de diversas instituições participaram do Encontro para aprimorar o enfrentamento dessas violações de direitos.



Destarte, foi realizada a abertura do **Projeto “Trabalho em Tela”, com a exibição do filme “Pureza”**, para 164 adolescentes do Centro de Ensino Médio 3 de Ceilândia. A sessão de cinema, realizada no dia 28 de junho de 2024, contou com a participação do Ministro Evandro Valadão e do Presidente do TRT 10^a Região, José Ribamar Oliveira, que é parceiro do TST na execução do Projeto, juntamente com a Secretaria de Educação do Distrito Federal e do Programa de Combate ao Trabalho Escravo.

Além da primeira sessão de cinema, o TRT 10^a região também exibiu o filme em sua sede no mês de agosto de 2024.



O **Ministro Evandro Valadão**, Coordenador Nacional do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem, participou da **25ª Semana de Judiciário Fraterno do TRT da 8ª Região** na localidade de Cachoeira do Arari, na ilha do Marajó – Pará. O projeto que engloba diversas ações educativas, criado pelo Programa de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem, do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT-8). As atividades ocorreram de 3 a 7 de junho, batendo recorde de alcance ao promover ações para mais de 1,3 mil pessoas, entre crianças, jovens e adultos.

Criado em março de 2022, o Projeto Judiciário Fraterno promove ações efetivas de combate ao trabalho infantil e de estímulo à aprendizagem de crianças, adolescentes e jovens. Pensado no pós-pandemia, ele representa um renovar de esperanças para esses jovens e suas famílias.

Em **Cachoeira do Arari**, o projeto ocorreu em parceria também com a rede pública de ensino. “Estamos extremamente felizes com essa ação na escola. É importante que os alunos tenham consciência de qual a diferença entre o trabalho infantil e auxiliar os pais em casa”, comentou a professora do 1º ano do Fundamental, Rose Marie Silva, da EMEIF José Afonso Viana. “Acho que a gente tem que buscar conhecer, entender o que cada Poder tem a contribuir para a nossa sociedade”, acrescentou Elizandra dos Santos, mãe de Alana Vitória, 9, sobre a atuação do Judiciário em relação à justiça social, algo que a surpreendeu.





Em alusão aos “**5 anos do Pacto Nacional pela primeira infância**”, foi realizado um seminário comemorativo no TST, em parceria com o CNJ. O evento ocorreu entre os dias 29 e 30 de agosto de 2024 e contou com a participação de diversos órgãos, como: Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Conselho Nacional do Ministério Público e Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda.



No dia 10 de setembro de 2024, ocorreu o “**Seminário Nacional da Aprendizagem Profissional**”. O evento foi realizado em parceria com o MPT e o Ministério do Trabalho e Emprego, de maneira on-line.

SEMINÁRIO NACIONAL DA APRENDIZAGEM PROFISSIONAL 2024

10 DE SETEMBRO • 14H ÀS 18H

Inscrições e certificado:
www.ead.sit.trabalho.gov.br

Assista ao vivo: @ENIT-ESCOLA

Apoio:

Realização: MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO GOVERNO FEDERAL

A **Justiça do Trabalho** lançou três protocolos de julgamento que orientam a magistratura trabalhista a considerar, em suas decisões, desigualdades históricas e estruturais. Abordando temas como diversidade, inclusão, combate ao trabalho escravo contemporâneo e ao trabalho infantil, o documento busca incentivar julgamentos sem preconceitos e com atenção às particularidades das partes envolvidas. Trata-se de instrumentos voltados à superação das desigualdades e de todas as formas de discriminação, incorporando a gramática dos direitos humanos para todas as pessoas.

O primeiro documento é o **Protocolo para Atuação e Julgamento com Perspectiva Antidiscriminatória, Interseccional e Inclusiva**, que aborda as questões de gênero e sexualidade, raça e etnia e pessoa com deficiência e idosa. O segundo é o **Protocolo para Atuação e Julgamento com Perspectiva da Infância e da Adolescência**, e o terceiro é o **Protocolo para Atuação e Julgamento com Perspectiva de Enfrentamento do Trabalho Escravo Contemporâneo**.



Acesse o documento na íntegra:



Ações dos comitês Regionais do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem

Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região

O **Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região** realizou 8 ações de destaque relacionadas ao combate ao trabalho infantil e ao estímulo à aprendizagem. Uma das principais ações desenvolvidas pelo regional foi o I Encontro Regional Sudeste do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem.

O evento foi realizado entre os dias 4 e 5 de abril de 2024, com o objetivo de fomentar o debate sobre o alarmante número de crianças que se encontram em situação de trabalho infantil.



Além disso, foi desenvolvida a ação "Cine criança: juntos contra o trabalho infantil e por um futuro de trabalho seguro", em parceria com o Programa Trabalho Seguro do TRT 1. A intenção foi sensibilizar a comunidade sobre o problema do trabalho infantil e a importância da educação, incentivando as crianças a estudarem. Em paralelo, o evento também buscou conscientizar sobre a importância de zelar pela segurança no trabalho e pelo respeito à vida. Em razão disso, antes da sessão, foram exibidos vídeos sobre os temas trabalho seguro e trabalho infantil. O evento ocorreu no dia 25 de outubro de 2024 e contemplou 250 alunos(as) do CIEP Presidente Tancredo Neves, localizado no bairro Catete.



Outro evento importante ocorrido no âmbito do TRT 1 foi o “Carnaval sem trabalho infantil, com trabalho seguro e sustentável”. A ação, realizada em parceria com o Sindicato dos Servidores do Judiciário Federal (Sisejufe), aconteceu no dia 8 de fevereiro de 2024, com o objetivo alertar a população sobre os perigos do trabalho infantil.



Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

No âmbito do **Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região**, foram destacadas 4 ações principais, alusivas ao combate ao trabalho infantil. Dois painéis com palestras, realizados com o apoio da EJUD2. O primeiro deles, "Trabalho Infantil além do óbvio: conscientização e boas práticas jurisdicionais", ocorreu no dia 14 de junho de 2024 e contou com palestras de Marcelo Pato, Sandra Regina Cavalcante e Eliana dos Santos Alves Nogueira.

O segundo, "Protocolo para julgamento sob a perspectiva da infância e da adolescência: aspectos históricos e práticos", ocorreu em 10 de outubro de 2024 e contou com palestras de João Batista Martins César e Eliana Alves Nogueira.

Nos dois eventos, telepresenciais, houve grande participação de magistrados e servidores, ótimas linhas de debates e comentários e bons resultados, quanto à capacitação, no âmbito do TRT da 2ª Região.



A gravação do evento pode ser assistida por meio do QR Code:



Para o público externo, deu-se continuidade à Campanha “Corra contra o trabalho infantil”, participando de corridas realizadas no Município de São Paulo, com grande movimentação e participação popular.

A primeira corrida foi a Maratona Internacional de São Paulo, por meio de termo de cooperação firmado com a empresa que administra a corrida, sem custo para a Administração Pública. Foi montado estande, no qual foi realizada a entrega de material de conscientização, com a presença de desembargadores, juízes e servidores. O estande permaneceu montado de 4 a 6 de abril de 2024 e o logo (catavento), com o nome da campanha, constou em todo o material gráfico do evento e na camiseta de aproximadamente 16 mil atletas.

Em seguida, o TRT 2 participou da Corrida da Mulher Maravilha, em 24 de novembro de 2024, com a presença do Desembargador gestor do programa no âmbito do Regional, Paulo Eduardo Vieira de Oliveira, e de mais juízes. Foi realizado trabalho de conscientização das mulheres presentes, com entrega de pins do catavento. A logo (catavento) e o nome da campanha foram divulgados em todo o material gráfico do evento e na camiseta das corredoras (estimadas em 10 mil).

Por fim, o regional participou da Corrida Internacional de São Silvestre, nos mesmos moldes de 2023. Por meio de termo de cooperação com a empresa que administra a corrida, sem custo para a administração, nos foi concedido estande no local de entrega dos kits, de 27 a 30 de dezembro de 2024, além da divulgação da logo (cata-vento) em todo o material gráfico do evento.



Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região

O **Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região** desenvolveu um total de 52 ações relacionadas ao combate ao trabalho infantil, entre reuniões, participações em eventos, audiências e palestras.

A primeira ação de destaque foi a campanha de Carnaval nos portais de comunicação institucionais - Promoção de artes voltadas ao Combate ao Trabalho Infantil nas redes sociais e portais de comunicação do TRT3 em virtude do carnaval/2024.

A ação publicitária visou sensibilizar a sociedade, reforçando a importância de proteger os direitos das crianças e adolescentes. A campanha pretendeu, ainda, incentivar denúncias e promover a responsabilização social para que todos contribuam para o fim do trabalho infantil. A campanha foi desenvolvida entre os dias 10 e 14 de fevereiro de 2024.

Outro evento importante, desenvolvido no âmbito do TRT 3, foi o Seminário: "Justiça Restaurativa e os Contratos de Aprendizagem". O evento abordou temas como "As especificidades e as vantagens do contrato de aprendizagem" e "A aplicação da justiça restaurativa em conflitos existentes nas relações de trabalho e nos contratos de aprendizagem", além de apresentar os programas Nós (cujo objetivo é capacitar agentes de práticas restaurativas) e Descubra (cujo objetivo maior é promover o acesso de jovens e adolescentes em condições de vulnerabilidade social a programas de aprendizagem e a cursos de qualificação profissional). Os dois programas, Nós e Descubra, são resultados de cooperações interinstitucionais com participação do TRT-MG.



A gravação do Seminário está disponível por meio do QR Code:



Além disso, foi realizado ciclo de palestras sobre “Enfrentamento ao abuso e exploração de crianças”, em parceria com a Ejud. O evento contou com a participação de autoridades na temática, como a Dra. Luciana Temer, presidente do Instituto Liberta de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes, e a delegada Erika Sabino de Oliveira, que atua no Grupo Especial de Combate aos Crimes Cibernéticos Praticados contra Crianças e Adolescentes da Superintendência Regional da Polícia Federal do Distrito Federal (SRPF-DF).



Para marcar o Maio Laranja, mês de combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, o Programa de Combate ao Trabalho Infantil e Incentivo à Aprendizagem trouxe ao estúdio da TV TRT-MG a Dra. Luciana Temer, para gravação de entrevista a ser veiculada nos portais de comunicação do TRT3. A presidente do Instituto Liberta foi entrevistada pela Des. Maria Raquel Ferraz Zagari e pela Juíza Sandra Generoso.

Ainda em alusão ao Maio Laranja, as fachadas de dois edifícios TRT-MG, na avenida Getúlio Vargas e na rua da Bahia, em Belo Horizonte, foram iluminadas nas noites de maio por luzes laranjas.



Outro evento importante, ocorrido no âmbito do TRT 3, foi a Semana Nacional de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem, durante cerimônia, que contou com a participação de 176 alunos do 7º ano do ensino fundamental da Escola Municipal Belo Horizonte, as crianças participaram de atividade lúdica, audiência simulada e visita mediada à Exposição Trabalho e Cidadania.

A juíza Cristiana Soares Campos, titular da 28ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte e Gestora Regional do programa, falou às crianças sobre o papel da infância, que é construir um futuro de esperança. “Vamos precisar de todos vocês para construir um país mais igual. O Brasil do futuro está nas mãos de vocês”, frisou.



Destarte, o regional realizou a Semana da Aprendizagem Profissional, promovida pelo Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem, em parceria com a Escola Judicial e Centro de Memória do regional mineiro. O evento de abertura, dedicado à capacitação de educadores, foi realizado no edifício-sede do Tribunal e contou com a participação de dezenas de professores de escolas públicas de Belo Horizonte e Região Metropolitana.

Foram realizadas diferentes atividades, incluindo audiência simulada, conduzida pela juíza Fernanda Araújo, titular da Vara do Trabalho de Congonhas, e palestra sobre trabalho infantil e letramento racial, proferida pela juíza titular da 1ª Vara do Trabalho de Itabira, Luciana de Carvalho Rodrigues. O evento foi realizado entre os dias 26 e 29 de agosto de 2024.



Outro evento que mereceu destaque foi a 2ª Caminhada pelo Trabalho Decente e Saúde, promovida pelo TRT-MG, realizada no dia 22 de setembro de 2024. A Caminhada de rua é uma iniciativa dos comitês regionais dos programas institucionais do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) voltados para o trabalho decente: Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem; Programa Trabalho Seguro; Programa de Enfrentamento ao Trabalho Escravo e ao Tráfico de Pessoas e de Proteção ao Trabalho do Migrante; e Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade.



Além disso, destaca-se a realização da 2ª edição do Seminário Trabalho Decente, com o propósito de discutir e conscientizar a sociedade sobre assuntos de interesse público, como inclusão, trabalho seguro e políticas de combate aos trabalhos infantil e escravo.

O evento contou com a participação presencial e online de magistrados, servidores, alunos de cursos técnicos do SENAI Euvaldo Lodi e do Instituto Federal de Minas Gerais, além de público externo. O Seminário ocorreu entre os dias 24 e 25 de outubro de 2024.



Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região

O **Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região** destaca 11 ações realizadas em alusão ao combate ao trabalho infantil.

A primeira ação realizada foi a visitação de alunos ao Foro Trabalhista de Taquara em projeto sobre combate ao trabalho infantil. Na ocasião, as crianças aprenderam mais sobre o funcionamento da Justiça do Trabalho e o papel da instituição na garantia de direitos sociais e no combate ao próprio trabalho infantil. O evento ocorreu no dia 21 de junho de 2024.



Além disso, o tribunal participou da “30ª Corrida pela Vida”, que ocorreu no dia 10 de novembro de 2024. Durante o evento, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região montou um estande institucional, onde distribuiu materiais educativos sobre a importância de proteger as crianças da exploração laboral.



Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região

O **Tribunal Regional do Trabalho da 5ª região** informou a respeito da realização de 15 ações, dentre as quais, destacam-se:

A 1ª Caminhada da Justiça do Trabalho contra o Trabalho Infantil, ocorrida em janeiro de 2024. A iniciativa contou com o apoio do Ministério Público do Trabalho – Procuradoria Regional do Trabalho da 5ª Região; da Associação dos Magistrados do Trabalho da 5ª Região (Amatra-5); da Associação Baiana dos Advogados Trabalhistas (Abat), da Seção Bahia da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-BA); do Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador (FETIPA) e do Instituto Baiano de Direito e Feminismos (IBADFEM).



Outro evento de destaque foi um Seminário realizado em maio de 2024, em alusão ao Maio Laranja, a respeito do combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes. O evento abordou a importância de garantir um desenvolvimento seguro e ambientes protegidos para todas as crianças e adolescentes, considerando diversos fatores de risco e vulnerabilidade, como gênero, raça, orientação sexual, classe social e local de moradia.



Além disso, ocorreu plantão para proteção aos direitos humanos no Carnaval de Salvador. A iniciativa reuniu instituições governamentais e entidades da sociedade civil em postos no Centro e na Barra

O Tribunal Regional do Trabalho da 5^a Região participou do Plantão Integrado para proteção e defesa dos direitos humanos no Carnaval de Salvador, que funcionou em postos na rua Carlos Gomes, no Centro, e também na Barra. A iniciativa foi coordenada pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SJDH) da Bahia e reuniu instituições governamentais e entidades da sociedade civil. O Plantão atendeu situações de violação dos direitos, principalmente dos públicos mais vulneráveis, durante os festejos carnavalescos. O evento foi desenvolvido durante os meses de janeiro e fevereiro de 2024.



Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região

O **Tribunal Regional do Trabalho da 6ª região**, destacou o desenvolvimento de 6 ações principais no âmbito do regional a respeito do combate ao trabalho infantil.

O primeiro a ser destacado foi a Roda de Conversa: a experiência da aprendizagem no TRT6, envolvendo ex-aprendizes, servidores e os novos aprendizes do TRT-6, com o objetivo de estimular e orientar os jovens acerca da aprendizagem. O evento ocorreu no dia 25 de abril de 2024.



Além disso, foi realizada palestra sobre trabalho infantil doméstico para crianças da rede estadual de ensino. Foram levadas cerca de 50 crianças para conhecer o TRT e ouvirem as expositoras. Primeiramente, ocorreu a fala da professora Sandra Suely Moreira Martins Lurine Guimarães, doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará – atualmente, vice coordenadora do programa de pós-graduação em Direito da instituição. Na sequência, houve o depoimento da advogada e mestrandona em Direito (UFPA) Alana dos Santos que, em depoimento emocionado, contou sua história de superação, iniciada criança como ribeirinha do longínquo Igarapé-Miri do Pará.



Outro evento de destaque foi uma Mesa sobre trabalho infantil no “10º Congresso Pernambucano do Trabalho Seguro”. O evento ocorreu entre os dias 11 e 13 de novembro.



Tribunal Regional do Trabalho da 7ª região

O **Tribunal Regional do Trabalho da 7ª região** informou a respeito do desenvolvimento de 59 ações, entre reuniões, participações em eventos, audiências e palestras.

Dentre as ações desenvolvidas, destacam-se: Campanha “Férias Sem Trabalho Infantil” em parceria com o MPT e o FNPETI. A campanha, em parceria com o Ministério Público do Trabalho (MPT) e o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), visou dar maior visibilidade à erradicação do trabalho infantil, especialmente em regiões turísticas, durante as férias, festas de fim de ano e o verão.

A iniciativa buscou conscientizar a sociedade sobre os prejuízos dessa prática ao desenvolvimento infantil, alertando turistas, comerciantes e gestores públicos sobre a importância de proteger os direitos de crianças e adolescentes. A ação ocorreu nacionalmente entre 9 de dezembro de 2023 e fevereiro de 2024.

Outra importante ação foi a exposição digital “Mapa da Miséria: o ciclo vicioso que liga o trabalho infantil ao trabalho escravo contemporâneo”, promovida pela Divisão de Gestão de Memória do TRT-7, que teve como objetivo conscientizar sobre as relações entre o trabalho infantil e o trabalho escravo, evidenciando práticas abusivas e violações de direitos.

A ação fez parte das iniciativas para o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, reforçando a importância do estímulo ao trabalho decente. O evento ocorreu no dia 29 de janeiro de 2024.

A exposição digital está disponível no canal do YouTube do TRT 7 e pode ser acessada por meio do **QR Code**:



Além disso, o regional participou do Projeto "Meu Bairro, Nossa Câmara", da Câmara Municipal de Fortaleza. O projeto tem como objetivo fortalecer a parceria institucional para ampliar a oferta de serviços públicos à população, além de divulgar informações relevantes por meio de material institucional, como livros, cartilhas e cartazes (100 exemplares). O evento ocorreu em 24 de fevereiro de 2024, no Conjunto Palmeiras, em Fortaleza/CE.

Durante a ação, houve distribuição de material informativo e educativo, como a Cartilha do Trabalhador, Cejusc nos Bairros, Ouvidoria Cidadã, divulgação dos Programas Trabalho Seguro, de Combate ao Trabalho Infantil e Enfrentamento ao Trabalho Escravo, além da gravação de perguntas para o Programa Minuto do Trabalho.



Outra ação importante ocorreu no Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (dia 18 de maio). Em alusão à data, foi realizado um Ato-Show em parceria com o Fórum DCA (Fórum Permanente de Organizações Não Governamentais em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente). O evento, que aconteceu na Praça José de Alencar, no Centro de Fortaleza/CE, contou com a presença do juiz do trabalho e gestor regional do Programa, Célio Timbó, que proferiu uma fala sobre o Programa de Combate ao Trabalho Infantil (PCTI).

Aproximadamente 300 pessoas participaram da ação, que teve como objetivo sensibilizar e mobilizar a sociedade sobre os direitos das crianças e adolescentes, especialmente no que se refere à prevenção do abuso e exploração sexual.



Além disso, no dia 12 de junho, em celebração ao Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil, foi realizado um evento com a participação da gestão regional do Programa, representada pelo Juiz do Trabalho Antônio Célio Martins Timbó Costa e membros da sua Comissão de Apoio. O evento contou com a parceria institucional do PCTI com a Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza e a Biblioteca Pública Estadual do Ceará. Durante a atividade, foi realizada a distribuição do livro "Lauro e o Menino Sem Chuteiras" para estudantes do ensino fundamental e estagiários do TRT7, totalizando 80 participantes. O evento ocorreu na Av. Pres. Castelo Branco, 255 – Moura Brasil, em Fortaleza/CE, com o intuito de sensibilizar a comunidade sobre os direitos das crianças e a importância de erradicar o trabalho infantil.



O livro digital pode ser acessado por meio do QR Code:



Por fim, foi realizada a "Semana Nacional de Aprendizagem". O evento ocorreu entre os dias 26 e 30 de agosto de 2024, com a promoção de uma Exposição Virtual sobre o Programa Jovem Aprendiz. O evento foi realizado por meio das plataformas digitais, incluindo YouTube, intranet e extranet do TRT7, com o objetivo de informar e conscientizar o público sobre as oportunidades de aprendizagem e a importância do programa para o desenvolvimento profissional de jovens. A exposição teve como foco destacar os benefícios da inclusão dos jovens no mercado de trabalho, promovendo a educação e a formação profissional de forma acessível e ampla.

O vídeo de apresentação da exposição virtual pode ser acessado por meio do QR Code:



Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região

O **Tribunal Regional do Trabalho da 8ª região**, destacou o desenvolvimento de 4 ações principais no âmbito do regional a respeito do combate ao trabalho infantil.

A primeira ação de destaque é o Projeto Judiciário Fraterno, que tem por objetivo promover o trabalho decente e a valorização da mulher, como lugar seguro e garantidor de que seus filhos possam ser educados com mais amor, dignidade e livres do trabalho infantil.

O Projeto é direcionado ao público infanto-juvenil, contemplando crianças e adolescentes na faixa etária de 8 a 14 anos, assim como às mães e responsáveis que possam, por meio de treinamento, melhorar realidades profissionais e financeiras e é desenvolvido em escolas públicas, municipais e estaduais de Belém e Região Metropolitana, assim como em municípios na jurisdição do Pará e Amapá.



Outra importante ação realizada no âmbito do TRT 8 foi o Projeto Cantar-O-Lar TRT8.

A ação de formação musical canto-coral e cidadania é uma oportunidade de contribuir para a descoberta de talentos musicais, o resgate da dignidade de crianças e adolescentes vulneráveis, o pertencimento de suas raízes, bem como de esclarecer aos alunos e suas famílias sobre a relevância de se promoverem ações e investimentos pessoais, visando à transformação de realidades e contribuindo para conduzi-los a um caminho sustentável de desenvolvimento pessoal, educacional e cultural, com reflexos ao desenvolvimento da sociedade.

O Projeto é direcionado ao público infanto-juvenil, contemplando crianças e adolescentes na faixa etária de 8 a 14 anos, provenientes de escolas públicas, municipais e estaduais de Belém e Região Metropolitana.



Destaca-se, ainda, o Projeto Brincando é que se aprende - Uma Jornada pela Constituição Federal e pelo ECA, que tem como objetivo contribuir diretamente para a realização do Objetivo 4 do ODS, que visa assegurar educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Ao oferecer uma formação crítica, o Projeto capacita crianças e adolescentes para reconhecer e reivindicar seus direitos, alinhando-se à meta 4.1, que busca garantir o acesso ao ensino de qualidade. As atividades teóricas e

práticas permitem que os participantes desenvolvam habilidades essenciais, como análise crítica e argumentação, fundamentais para o aprendizado efetivo.

O Projeto é direcionado ao público infanto-juvenil, contemplando crianças e adolescentes na faixa etária de 8 a 14 anos e é desenvolvido em escolas públicas, municipais e estaduais de Belém e Região Metropolitana.



Por fim, foi realizada a Campanha do Círio de Nazaré 2024. O objetivo da ação é promover ações de conscientização sobre os males provocados pelo trabalho infantil e a necessidade de proteger a infância e a adolescência, como já vem fazendo desde 2016, em diversas romarias do Círio de Nazaré.

Com o apoio de parceiros, voluntários, escolas públicas (municipais e estaduais), famílias e a sociedade em geral, a Campanha do Círio 2024, foi desenvolvida em torno do tema: "Com Maria, em ação e oração, por um Brasil sem trabalho infantil." O Projeto é direcionado ao público infanto-juvenil, contemplando crianças e adolescentes na faixa etária de 8 a 18 anos, como também pais, responsáveis e romeiros do Círio de Nazaré e foi desenvolvido de agosto a outubro de 2024.



Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região

No âmbito do **Tribunal Regional do Trabalho da 9ª região** foram destacadas 6 ações principais em relação ao combate ao trabalho infantil.

A primeira ação de destaque foi o Concurso Estadual de Poesias, formalizado por Termo de Cooperação Técnica entre o TRT9/PCTIR/SEEDPR. O concurso consistente na seleção e premiação de 32 trabalhos artísticos produzidos pelos estudantes das escolas da rede pública estadual de educação, sendo a premiação de um tablet para o aluno vencedor e outro para o professor orientador do aluno vencedor (totalizando 64 tablets), com a disponibilização de prêmios pelo PCTI e toda a logística do concurso pela Secretaria Estadual de Educação.



Outra importante ação desenvolvida pelo regional foi o Seminário “Estratégias para Combate e Erradicação do Trabalho Infantil”. Que teve como objetivo a disseminação de informações a respeito do combate ao trabalho infantil e da exploração sexual, visto que a cidade de Foz do Iguaçu e o entorno da tríplice fronteira possuem gravíssima incidência de trabalho infantil e de exploração sexual. O evento ocorreu nos dias 29 e 30 de abril de 2024.



Além disso, foi realizada divulgação do Dia do Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, dia 18 de maio, com aposição de luz laranja no prédio sede do TRT em referida data e divulgação na mídia paraense por meio de parceria com o SINDIRADIO.

Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região

O **Tribunal Regional do Trabalho da 10ª região** destacou 10 importantes ações desenvolvidas em prol do combate ao trabalho infantil, como uma campanha contra o trabalho infantil realizada na escola pública CEM 414 (Ceilândia).

O evento envolveu uma roda de conversa em alusão ao dia mundial contra exploração sexual infantil. A ação, ocorrida no dia 23 de maio de 2024, contou com presença do MPT e da Juíza do TRT 8 Elinay Ferreira, que fez relato a respeito da questão do Marajó, no Pará, objeto de sua tese de mestrado. Durante o evento, foram entregues 50 kits escolares, adquiridos com o orçamento destinado pelo CSJT como cadernos, lápis, borracha, estojo escolar e sacolas "ecobags" com logomarca #Brasillivredoetrabalho infantil.



Outro importante evento realizado pelo TRT 10 foi o Projeto Trabalho em Tela. Esse evento, desenvolvido em parceria com o Tribunal Superior do Trabalho (TST), contou com a exibição de 3 sessões de cinema para público alvo: jovens do ensino médio de Escolas públicas do DF e entorno.

A primeira sessão foi realizada no dia 28 de junho de 2024, em um dos auditórios do TST, onde o filme Pureza foi exibido para aproximadamente 200 alunos do CEM 03 de Ceilândia. A segunda sessão ocorreu em 9 de agosto de 2024 na EJUD 10 (TRT 10), para alunos de CEF 404 de Samambaia, e contou com a presença do Diretor Renato Barbieri, que participou de uma roda de conversa com os alunos. A última sessão foi realizada no dia 20 de setembro de 2024, no TRT 10, para 200 alunos do Centro de Ensino Médio (CEM 414).





Destarte, foi desenvolvida, no âmbito do TRT 10, a Campanha "Criança Feliz Não Trabalha!", em parceria com a Comissão de Direito do Trabalho da Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil no Distrito Federal (OAB/DF), a Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região (PRT-10) e a Associação dos Advogados Trabalhistas do DF (AATDF).

O principal objetivo da campanha foi promover a solidariedade por meio da doação de brinquedos e conscientizar a população sobre o combate ao trabalho infantil, além de beneficiar crianças em situação de vulnerabilidade social.

Foram arrecadados 350 brinquedos, entregues às crianças atendidas pelo Centro de Convivência Reviver, localizado na comunidade de Santa Luzia, na Estrutural (DF). A campanha ocorreu entre os meses de outubro e novembro de 2024.





Por fim, destaca-se a realização do Concurso Cultural "Cores do Ipê". O concurso, realizado entre os meses de junho e novembro de 2024, visa selecionar desenhos que ilustrem ideias de promoção da luta pela erradicação e combate ao trabalho infantil, contendo relação com os símbolos que representam a temática e/ou a região centro-oeste. O público-alvo do concurso são crianças e adolescentes, de 10 a 17 anos, alunos(as) de escolas públicas das regiões de Ceilândia, Samambaia e Taguatinga, no Distrito Federal.

O objetivo do concurso é conscientizar a sociedade em geral sobre os malefícios decorrentes do trabalho infantil, em especial, com o poder de envolver, de forma lúdica, crianças e adolescentes em torno do tema.



Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

No **Tribunal Regional do Trabalho da 11ª região** foram destacadas 3 importantes ações âmbito do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem, a primeira delas foi o Programa Aprendiz no Trabalho.

O objetivo do programa é preparar jovens em situação de vulnerabilidade para o mercado de trabalho, desenvolvendo habilidades práticas em um ambiente de trabalho adequado e seguro, proporcionando experiência profissional em setores estratégicos do Regional.

Por meio de edital, o programa foi efetivamente implantado em 2023, estabelecendo parcerias com empresas contratantes e entidades formadoras, como SENAI, SESC e CIEE, para o cumprimento alternativo da cota legal de aprendizagem. O Tribunal atua como instituição concedente da parte prática, sem ônus. Inicialmente, o programa contou com 9 jovens aprendizes que atuaram em setores estratégicos do Regional. Considerando os resultados obtidos por essa iniciativa, em 2024 esse número foi ampliado para 38 jovens, com previsão de expansão de vagas em 2025.



Além disso, ocorreu o Concurso Cultural do TRT11, cujo objetivo é engajar estudantes do ensino fundamental e médio, das escolas públicas do Amazonas (capital e interior) e de Roraima, na discussão sobre os impactos negativos do trabalho infantil. A iniciativa busca conscientizar os jovens por meio de atividades

criativas como redação, desenho, vídeo e música, incentivando-os a refletir e expressar suas ideias sobre a importância da proteção integral à infância e adolescência.

O concurso não apenas desperta o interesse dos estudantes para o tema, mas também amplia o debate em escolas, envolvendo professores, familiares e gestores educacionais. Ao tratar de questões essenciais como direitos fundamentais, inclusão social e oportunidades de aprendizagem, a atividade contribui para a formação de cidadãos mais conscientes e comprometidos com a erradicação do trabalho infantil, reafirmando o papel transformador da educação e da arte na promoção de valores como justiça social e igualdade.

Na edição de 2024, com o tema "Inclusão Social, Imigração e Tolerância", o concurso alcançou números expressivos: 2.347 alunos de 160 escolas participaram, demonstrando o crescente engajamento da comunidade escolar.

Em cerimônia que aconteceu no Fórum Trabalhista, os vencedores recebem prêmios como tablets, celulares e certificados, e os professores orientadores também são reconhecidos por seu papel fundamental no incentivo à participação dos alunos.



Por fim, destaca-se a realização da Semana Nacional de Aprendizagem Profissional e da Feira de Empreendedorismo. O evento é uma iniciativa anual promovida pelo Comitê de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem em parceria com o Ministério Público do Trabalho (MPT) e o Ministério do Trabalho e Emprego e busca fomentar a inserção de jovens no mercado de trabalho de forma

regular, na condição de aprendizes, assegurando oportunidades de qualificação, desenvolvimento pessoal e inclusão social.

Durante a semana, diversas ações são realizadas. Entre elas, destacam-se as audiências públicas no âmbito do TRT, palestras, feirões de aprendizagem e casos de sucesso de empresas e instituições que contratam aprendizes, promovendo um espaço de intermediação com entidades formadoras que oferecem capacitação profissional.

A Semana Nacional da Aprendizagem é uma oportunidade para engajar as iniciativas públicas e privadas, instituições e os jovens na construção de um futuro mais justo e promissor.



Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região

O **Tribunal Regional do Trabalho da 12ª região** informou a respeito do desenvolvimento de 90 atividades executadas, dentre visitas institucionais, eventos e reuniões.

A primeira ação de destaque do regional é o projeto de acompanhamento do futuro dos jovens aprendizes.

O objetivo do projeto é acompanhar, ao longo de dez anos, o desenvolvimento dos jovens aprendizes contratados pelo TRT-SC. Isso será feito por meio de entrevistas presenciais e questionários on-line enviados a cada semestre. O foco é avaliar o impacto do programa não apenas durante o período de contrato, mas também em suas trajetórias acadêmicas e profissionais após sua conclusão. Os dados coletados, além de possibilitarem propostas de aperfeiçoamento do programa de aprendizagem, contribuirão para preservar a memória das experiências dos aprendizes no TRT-SC.

O evento de lançamento do projeto ocorreu no dia 20 de março de 2024.



Além disso, ocorreu palestra sobre o papel da aprendizagem de jovens e adolescentes como estratégia fundamental na erradicação do trabalho infantil. A palestra foi proferida pela Gestora Auxiliar Michelle Denise Lopes Destri, que destacou a necessidade de vigilância constante e de ações proativas para enfrentar essa grave questão.

A apresentação foi especialmente direcionada a assistentes sociais, psicólogos e educadores das Secretarias de Educação e Assistência Social de Joinville, visando fortalecer as políticas de intervenção e prevenção.

O evento foi realizado em parceria com o MPT e o PETI no dia 10 de abril de 2024, em Joinville.



Outro importante evento, realizado pelo TRT 12 foi o Encontro com aprendizes no TRT-SC. O evento, que ocorreu no dia 24 de abril de 2024, foi conduzido pelas Gestoras Regionais desembargadora Maria de Lourdes Leira e Patrícia Pereira Sant'Anna, em comemoração ao Dia Nacional do Jovem Aprendiz. Os jovens também foram recepcionados pelo juiz auxiliar da presidência do TRT-SC, Paulo André Cardoso Botto Jacon; pela diretora-geral em exercício, Karoline da Cunha Vieira; e pelas representantes da Renapsi, Chaiane Veiga e Aline Leme.



Destarte, destaca-se a realização de Ação durante jogo do Criciúma, que objetivou a conscientização a respeito do combate ao trabalho infantil durante o jogo Criciúma contra o Internacional no Estádio Heriberto Hülse.

A ação foi uma parceria entre o Tribunal Regional do Trabalho da 12^a região (TRT-SC), o Criciúma Esporte Clube, a OAB de Criciúma, o Ministério Público do Trabalho, a Associação Beneficente Abadeus e as torcidas organizadas "Os Tigres" e "Guerrilha Jovem". O evento ocorreu no dia 30 de junho de 2024.



Por fim, também ocorreu o Evento Jovem Aprendiz no Mercado de Trabalho. O evento é direcionado aos profissionais de RH das empresas locais e tem por objetivo auxiliá-los na contratação de jovens aprendizes, além de conscientizar o empreendedor acerca da importância da inserção dos jovens no mercado de trabalho. O evento ocorreu no dia 21 de novembro de 2024.

Tribunal Regional do Trabalho da 13^a Região

No âmbito do **Tribunal Regional do Trabalho da 13^a região** (TRT13), foram desenvolvidas 8 ações principais.

A primeira ação de destaque foi o Projeto "Criançar", que busca ampliar o alcance das atividades desenvolvidas pelo TRT-13 a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. O projeto surgiu a partir da necessidade de reconhecê-las

como sujeitos de direitos e de potencializar espaços que permeiam a discussão sobre combate a violência sexual, enfrentamento ao trabalho infantil, o racismo na infância e estímulo à aprendizagem e visa oportunizar as crianças e aos adolescentes a vivenciarem atividades lúdicas e apresentarem demandas sobre seus territórios e suas realidades.

As atividades são realizadas por meio de momentos de acolhimento, desenvolvimento de dinâmicas, jogos de tabuleiro, brincadeiras populares que resgatem a vivência do universo infantil, rodas de diálogo e contação de histórias seguindo na perspectiva de uma metodologia afrocentrada. Ainda, incentiva o autoconhecimento, autoconfiança e empoderamento dos participantes, fortalecendo uma participação cidadã, tornando-os conscientes de seus direitos e capacitando ao reconhecimento de situações de violências, bem como os meios de buscar ajuda. O Criançar vem sendo uma rede de apoio visando estabelecer parcerias com instituições locais de mesmo interesse.

No ano de 2024 foram realizadas 3 edições do Criançar, nos meses de março, abril e agosto.



Além disso, em alusão ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, celebrado no dia 18 de maio, o TRT 13 realizou a "Ação Faça Bonito", que objetivou sensibilizar a sociedade sobre a violência e a exploração sexual de crianças e adolescentes, além de promover o enfrentamento desse tipo de violência por meio de atividades educativas e culturais. O evento buscou fortalecer a rede de proteção às crianças e adolescentes, além de fomentar a conscientização sobre a importância da prevenção, denúncia e combate a esses crimes, especialmente em ambiente turístico.

Essa ação foi realizada pelas cogestoras do programa, Veruska Sá e Francisca Poliana de Sá, e contou com o apoio e a participação da Assessoria de Projetos Social e Assessoria de Comunicação Social do TR13, e se alinhou à Campanha Faça Bonito, uma iniciativa do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e da Rede ECPAT Brasil, cujo objetivo é mobilizar e sensibilizar a sociedade para a luta contra a violência sexual infanto-juvenil. O evento ocorreu no dia 24 de Maio de 2024.



Vale ressaltar, também, o desenvolvimento do Projeto "OportunizAR-TE", que visa proporcionar a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, especialmente meninas, o acesso a experiências culturais, artísticas e de lazer. A iniciativa busca utilizar a arte como uma metodologia de emancipação e fortalecimento da cidadania, promovendo o reconhecimento dos direitos humanos e criando oportunidades para o desenvolvimento integral dos participantes. Através de atividades como aulas de música, rodas literárias, oficinas de artes plásticas e cursos de cinema, o projeto visa transformar vidas,

ampliando horizontes e possibilitando o exercício da autonomia e expressão, enquanto combate à exclusão social e a marginalização.

A justificativa do projeto baseia-se na crença de que a arte é uma ferramenta poderosa de transformação social, capaz de gerar empoderamento e oferecer refúgio emocional. O programa "OportunizAR-TE", criado pelo Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba (TRT-13), reflete esse compromisso com a inclusão e a igualdade, buscando oferecer a crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social a chance de se desenvolverem não apenas tecnicamente, mas também como cidadãos conscientes de seus direitos. A escolha de professores e professoras, com destaque para profissionais negros, reforça a representatividade e proporciona uma oportunidade de empoderamento também para a classe artística negra, frequentemente marginalizada no Brasil.

As atividades do projeto foram desenvolvidas entre os meses de setembro e dezembro de 2024.



Ocorreu também, no âmbito do TRT 13, a ação “Educar é Construir”, uma iniciativa voltada para a prevenção do trabalho infantil e o estímulo à aprendizagem profissional entre crianças e adolescentes de comunidades periféricas. Por meio de atividades educativas, culturais e lúdicas, o projeto promoveu o desenvolvimento pessoal e profissional, contribuindo para a formação cidadã e o fortalecimento da autoestima.

A iniciativa buscou promover o acesso de crianças e jovens a atividades sobre a prevenção do trabalho infantil e de incentivo à aprendizagem profissional, valorizando a educação, a cultura e a identidade.

O evento foi realizado no dia 05 de dezembro de 2024, pela manhã e à tarde, no Centro Integrado da Justiça Social (Cijus). Destaca-se que a ação foi um marco de sucesso na promoção da cidadania e no enfrentamento do trabalho infantil. Durante os dois turnos, crianças e adolescentes de diversas instituições participaram de uma programação rica e diversificada, organizada pelo Programa de Combate ao Trabalho Infantil (PCTI), com o apoio da Assessoria de Projetos Sociais e Promoção dos Direitos Humanos (Aspros).



Por fim, destaca-se a realização do aniversário do Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil (FEPETI). O evento, realizado no dia 13 de dezembro de 2024, teve como objetivo celebrar os 24 anos de criação do Fórum, a celebração visou reforçar o compromisso contínuo com a erradicação do trabalho infantil e com a promoção dos direitos das crianças e adolescentes na Paraíba. Além disso, buscou dar visibilidade às ações do FEPETI, que envolve uma rede de 49 instituições de diversos municípios paraibanos, da qual o TRT13 faz parte, e estimular a participação ativa de todas as partes envolvidas na luta pela garantia de direitos e oportunidades para a juventude.



Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região

O **Tribunal Regional do Trabalho da 14ª região** desenvolveu 8 ações de destaque em alusão ao combate ao trabalho infantil.

A primeira ação de destaque foi uma palestra sobre o tema “Férias sem trabalho infantil”, proferida pela Juíza do Trabalho Daniele Adriana Stanislowski, Presidente da Comissão Regional de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem. O evento ocorreu no dia 27 de janeiro de 2024, durante ação social do projeto “Amigos Solidários”, com a doação de kits escolares, na cidade de Rio Branco/AC.



Outro evento importante, realizado pelo TRT 14, foi uma palestra a respeito da aprendizagem profissional, conduzida pela Juíza do Trabalho Sabina Helena Rodrigues, membro da Comissão Regional de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem, em Porto Velho/RO. O evento ocorreu no dia 30 de abril de 2024.



Além disso, ocorreu palestra em alusão ao Dia de Combate ao Abuso e Exploração Sexual Infantil, em 18 de maio de 2024. A palestra foi proferida pela Juíza do Trabalho Carla Gabriela Grah Sens, membro da Comissão Regional de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem, na Escola Municipal Elson Dias Dantas, na cidade de Brasiléia, no Estado do Acre, com distribuição de kits de materiais escolares para as crianças em vulnerabilidade.



Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

O **Tribunal Regional do Trabalho da 15ª região** (TRT15) informou a respeito do desenvolvimento de 23 ações no âmbito do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem. Dentre as quais, destacam-se:

A realização do Projeto “Visitando o JEIA Campinas e a Justiça do Trabalho” pelo JEIA Campinas, com palestra da coordenadora do JEIA Campinas para 60 aprendizes do CIEE Campinas e realização de audiência simulada pelos jovens, com base em roteiro previamente fornecido pela magistrada.

O objetivo do projeto, ocorrido no dia 30 de julho de 2024, foi promover a conscientização sobre a importância do combate ao trabalho infantil, aproximar o Judiciário da comunidade e esclarecer os jovens sobre o princípio da proteção integral e prioritária e direitos correlatos. Também houve distribuição de material impresso sobre a temática.

Além disso, foi realizado um seminário em alusão ao “Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil: avanços e retrocessos na região metropolitana de Sorocaba”.

A programação do evento contou com abertura e três painéis de debates. Com o tema “Aprendizagem como política pública de ingresso do adolescente no mercado de trabalho”, o primeiro painel foi coordenado pelo vice-presidente da OAB/Sorocaba, João Paulo Milano, e contou com exposições do presidente e da corregedora do TRT-15, desembargadores Samuel Hugo Lima e Rita de Cássia Penkal Bernardino de Souza.

No segundo painel foi debatido o tema “Estágio no Ensino Médio: formação ou exploração”. Sob a condução do desembargador João Batista Martins César, também presidente do Comitê de Erradicação do Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem do TRT-15, os painelistas Rossenilda Gomes Farias, secretária municipal de cidadania, José Ubiratan Vieira, chefe regional do Ministério do Trabalho e Emprego, e Gustavo Rizzo Ricardo, procurador do Ministério Público do Trabalho, discorreram sobre o assunto.

O terceiro e último painel abordou o “Funcionamento da rede de proteção”. Presidido pelo juiz coordenador do Jeia de Sorocaba, Valdir Rinaldi, o painel contou com exposições da secretaria do Núcleo de Atendimento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Napeti) Mariangela Rodrigues Gallo, da promotora de justiça Cristina Palma, do psicanalista especialista em saúde mental Nestor Ribeiro Filho e do delegado da Receita Federal Ari Brandão.



Além disso, houve a Criação do Fórum Municipal de Estímulo à Aprendizagem e Combate e Erradicação ao Trabalho Infantil de São José do Rio Preto, espaço permanente de articulação das entidades da rede de proteção à criança e ao adolescente com a finalidade de propor ações para estímulo à aprendizagem e combate ao trabalho infantil, bem como para estabelecimento de fluxos para atuação dos integrantes da rede de proteção. O evento ocorreu no dia 12 de junho de 2024.



Por fim, destaca-se a realização do Seminário “10 Anos dos Juizados Especiais da Infância e Adolescência da Justiça do Trabalho no TRT15 – Atuação do Poder Judiciário Trabalhista na garantia do acesso à Justiça e na realização dos direitos humanos de crianças e adolescentes”. O evento, que reuniu magistrados, procuradores do trabalho, servidores, aprendizes do Ensino Social Profissionalizante (Espro) de Campinas, dos Patrulheiros e do Soma de Americana, entre outros convidados, foi realizado no Plenário Ministro Coqueijo Costa, no edifício-sede judicial, no dia 29 de novembro de 2024, e contou com a participação dos Comitês do Trabalho Seguro, de Erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas, e do Subcomitê de Equidade e Combate à Discriminação do TRT-15.



Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região

No âmbito do **Tribunal Regional do Trabalho da 16ª região** foram realizadas 9 ações de destaque a respeito do combate ao trabalho infantil. A primeira delas foi a participação do regional na campanha contra o trabalho infantil no período carnavalesco, nomeada de “Carnaval sem trabalho infantil: nesse bloco eu vou brincar!”. A ação reuniu diversas entidades públicas federais, estaduais e municipais, para uma programação destinada a alertar a população em geral quanto à prevenção e à conscientização da exploração infantil em atividades

trabalhistas, nesta época do ano. A iniciativa começou no dia 20 de janeiro e finalizou no dia 4 de fevereiro de 2024.

Outro evento importante desenvolvido foi o seminário "O Sucesso Após a Aprendizagem: O Start na Empregabilidade!", que fez parte das comemorações do Dia Internacional do Jovem Trabalhador, celebrado no dia 24 de abril. O encontro serviu para trocar ideias e discutir a importância da aprendizagem, com foco no impulso à empregabilidade dos jovens. A Juíza do Trabalho, Liliana Bouéres, proferiu a palestra que teve como tema: A relação entre trabalho, adolescentes e o Judiciário, no Polo de Capacitação do Centro de Integração Empresa Escola (CIEE), em São Luís.



Além disso, foi realizado o I Encontro de Aprendizes do TRT-MA, para tratar do tema “Inteligência Artificial e o Futuro do Trabalho”, promovido em alusão ao Dia Mundial do Combate ao Trabalho Infantil, comemorado em 12 de junho, com o objetivo de proporcionar aos jovens aprendizes uma compreensão sobre as transformações que a Inteligência Artificial está promovendo no mercado de trabalho, visando preparar os jovens para os desafios e oportunidades que surgem com a inovação tecnológica. O encontro fez parte das ações da Comissão de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo a Aprendizagem e aconteceu no Auditório Ari Rocha na sede do TRT 16, no dia 10 de junho de 2024.



O TRT 16 também desenvolveu o Fórum “Caminhos da Liberdade”, na cidade de São Luís/MA. O evento foi a atividade de encerramento do projeto, após percorrer oito cidades no interior do Maranhão. O Fórum aconteceu no auditório Juiz Ari Rocha, que fica no prédio-sede do TRT-16, e contou com a presença de magistradas, servidores, servidoras, estudantes, professores, conselheiros tutelares, gestores municipais, membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e integrantes das redes de apoio da assistência social, da educação, e de saúde. O evento buscou capacitar e conscientizar os profissionais sobre a importância do trabalho em rede no combate ao tráfico de pessoas, na erradicação do trabalho análogo ao escravo e trabalho infantil e ocorreu no dia 10 de dezembro de 2024.





Outro evento importante ocorrido no regional foi a Roda de Conversa com o tema “Abuso Sexual e Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes”. O evento, que reuniu autoridades e especialistas que atuam como rede de proteção aos direitos de crianças e adolescentes, foi promovido pelos Subcomitês de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual no Âmbito dos 1º e 2º Graus do TRT-16, por meio do Programa Infância sem Trabalho, em alusão ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, celebrado anualmente no dia 18 de maio. A roda de conversa reuniu integrantes da magistratura, corpo funcional, terceirizadas, terceirizados, estagiárias e estagiárias do TRT-16, além de diversos estudantes de instituições parceiras.



Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região

O **Tribunal Regional do Trabalho da 17ª região** desenvolveu 8 ações de destaque no âmbito do combate ao trabalho infantil. O primeiro deles foi uma palestra, mediada pela Juíza Gestora Regional Denise Marsico do Couto, para o Programa Trabalho, Justiça e Cidadania – TJC, executado pela AMATRA XVII. A palestra, com o tema “A proibição do Trabalho Infantil”, foi realizada no dia 5 de abril de 2024 e teve como público-alvo diretores, professores e pedagogos da Rede Municipal de Ensino do Município de Vila Velha e Escola Marista Padre Champagnat de Vila Velha.

Outro evento importante foi a 2ª Feira de Aprendizagem do Projeto Feira Livre de Trabalho Infantil, realizada no dia 14 de junho de 2024 no auditório do TRT-ES. Os adolescentes cadastrados nas feiras tiveram seus contratos formalizados e, ainda, com a companhia de seus representantes legais, ouviram o depoimento do Sr. Felipe Caetano, que foi vítima do trabalho infantil.

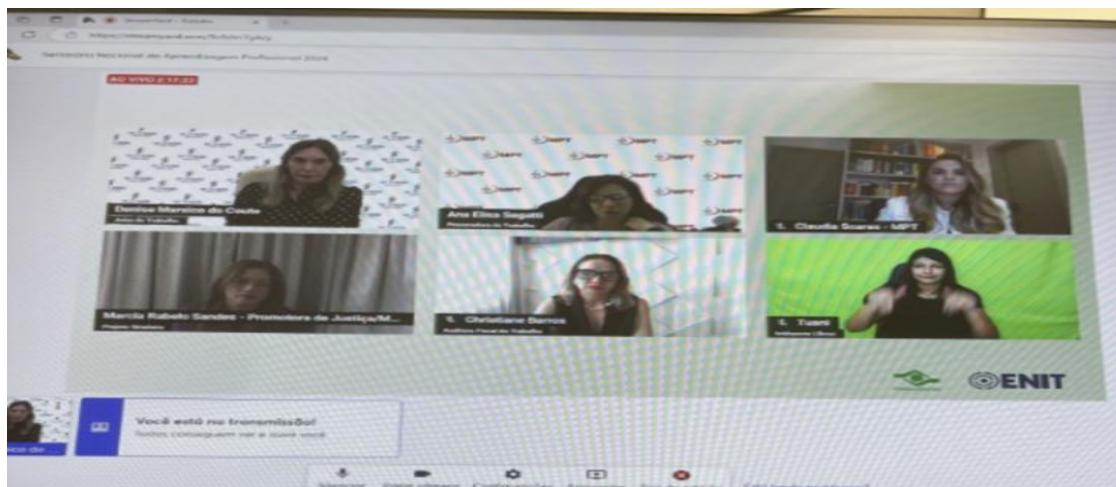


Além disso, foi realizada palestra sobre o Projeto Feira Livre do Trabalho Infantil, na Faculdade de Direito de Vitória, em 10 de setembro de 2024. A palestra foi ministrada pela Juíza Juliana Carlesso Lozer, no Projeto “A Justiça do Trabalho

como instituição cidadã". O objetivo foi apresentar à sociedade acadêmica a importância do Projeto Feira Livre do Trabalho Infantil.



Por fim, o regional participou do Seminário Nacional de Aprendizagem, realizado em 10 de setembro de 2024, de maneira virtual. O TRT foi representado pela Juíza Denise Marsico do Couto que compôs a segunda mesa – “Boas Práticas” e apresentou o Projeto “Feira Livre de Trabalho Infantil”. O objetivo do debate foi demonstrar a viabilidade e possibilidade do Projeto Feira Livre do Trabalho Infantil e o seu resultado positivo para a aprendizagem.



Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região

No âmbito do **Tribunal Regional do Trabalho da 18ª região** foram desenvolvidas 3 ações principais com o objetivo de combater o trabalho infantil. A primeira ação em destaque foi o Concurso cultural com crianças e adolescentes do ensino fundamental de escolas públicas de Goiânia-GO, em parceria com o Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (Amatra 18).

O objetivo do projeto é sensibilizar adolescentes e seus familiares sobre a importância do aprendizado e do combate ao trabalho infantil, bem como envolver estudantes, professores e familiares na temática do combate ao trabalho infantil e estímulo à aprendizagem por meio da educação, da cultura e da arte.

O concurso ocorreu entre os meses de março e novembro de 2024.



Outro evento importante, desenvolvido pelo regional foi a "Ação: Campanha em escola pública em alusão ao dia 18 de maio - Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes". O objetivo da ação foi conscientizar a população, por ocasião do mês em que se comemora o Dia das Crianças, dos males que o trabalho infantil traz para crianças e adolescentes submetidos a essa situação.



Por fim, ocorreu a “Campanha contra o trabalho infantil - plotagem de ônibus em Goiânia”, com a divulgação de mensagens de combate ao trabalho infantil pelas ruas de Goiânia, por meio de plotagens feitas em dez ônibus do transporte coletivo da capital goiana.

O adesivo, colocado na traseira dos veículos, mostra um cata-vento, símbolo do combate ao trabalho infantil, e a frase “Trabalho infantil não é brincadeira” - Disque 100.

A campanha ocorreu durante o mês de outubro de 2024.



Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região

O **Tribunal Regional do Trabalho da 20ª região** realizou 5 ações de destaque no âmbito do Programa de Combate ao Trabalho Infantil. A primeira ação a ser destacada é a Mesa Redonda com o tema: “Prevenção a Violência Sexual de Crianças e Adolescentes e o Trabalho Infantil”.

Participaram da roda de conversa, além dos gestores regionais do Programa, o diretor da Escola Judicial do TRT/SE (Ejud-20), Desembargador Josenildo dos Santos Carvalho e, como debatedores(as), várias autoridades representantes de instituições, como MPT e a OAB/SE.

O público-alvo, além dos servidores, magistrados e terceirizados do Tribunal, foram os estudantes do ensino médio do Colégio Estadual João Batista do Nascimento, supervisionados(as) pelo diretor Dilson Gonzaga Sampaio, e do Centro de Excelência Gilberto Freire, acompanhados(as) da professora Bárbara

Sheila Gonçalves e Freitas Araújo, além de conselheiros tutelares e técnicos da rede de proteção infantojuvenil. Na ocasião foram distribuídas para todos os participantes do evento, garrafas térmicas de 750 ml em inox. O evento ocorreu no dia 21 de maio de 2024.



Além disso, houve a divulgação do programa na "Segundona do Turista", com distribuição de leques contendo frases de efeito sobre o programa e cartilhas educacionais. O evento aconteceu no dia 17 de junho de 2024, na Rua de São João, Aracaju. Na ocasião, houve fala dos Gestores do Programa de Combate ao Trabalho ao público externo.



Além disso, ocorreram palestras abordando o tema “Trabalho Infantil - educação transforma vidas”. As palestras foram ministradas no dia 19 de novembro de 2024, na cidade de Cedro de São João e tiveram com público-alvo os alunos do 6º ao 9º ano da Escola Municipal Padre Manuel Guimarães. O evento contou com a presença da Prefeita e da Diretora da Escola e os palestrantes foram: Dr. Thenisson Santana Dória e Dra. Kamilla Laporte. Durante o evento, houve distribuição de camisas, botons, canetas e cadernetas de anotação.



Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região

No âmbito do **Tribunal Regional do Trabalho da 21ª região** foram realizadas 10 ações de destaque com enfoque ao combate ao trabalho infantil.

A primeira ação a ser destacada foi palestra e distribuição de material na Escola Casa de Caminho. A escola atende 75 crianças em uma comunidade carente na cidade de Natal. A ação teve a intenção de conversar com os dos estudantes sobre os efeitos deletérios do trabalho infantil, bem como, das vantagens da aprendizagem. Foram entregues cartilhas e brindes para as crianças. O evento ocorreu no dia 26 de setembro de 2024.



O regional também participação do Projeto PopRua Jud, nas cidades de Natal e Mossoró. Durante o evento, o tribunal montou uma tenda infantil, onde foram atendidas aproximadamente 30 crianças com brincadeiras, lanches, apresentação de material educativo, além de fornecimento de inúmeros serviços públicos. O objetivo do evento é proporcionar o acesso à justiça a pessoas em situação de rua e de vulnerabilidade.

O evento foi desenvolvido entre os meses de janeiro e outubro de 2024 (planejamento e execução).



Por fim, ocorreu uma roda de conversa sobre o “Trabalho infantil e o Trabalho do Aprendiz” no Espaço Educativo de Paz Santa Serena. A instituição atende a crianças no contraturno escolar, cujas famílias se encontram em situação de vulnerabilidade. A intenção foi mostrar aos pais os efeitos deletérios do trabalho infantil e da importância da educação. Houve entrega de material explicativo e de brindes para as crianças e pais.

Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região

O **Tribunal Regional do Trabalho da 23ª região** destacou a realização de campanhas com o tema: Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem. As mensagens foram veiculadas nos canais interno e externos de comunicação do Tribunal, elaborados e transmitidos pela Coordenadoria de Comunicação Social do órgão. Tais como: Programa Jovem Aprendiz do TRT 23ª Região, Multiação, Palestras em escolas e entidades filantrópicas, eventos para a comunidade cuiabana (roda de capoeira) em parceria com a FEPETI-MT, mídias no Shopping Pantanal, Game Futuro em Jogo.

As campanhas foram realizadas entre os meses de março e novembro de 2024.



Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região

No âmbito do **Tribunal Regional do Trabalho da 24ª região** foram desenvolvidas 3 importantes ações em alusão ao combate ao trabalho infantil. A principal ação a ser destacada é o “1º Torneio de Futebol Feminino Indígena”.

O evento proporcionou um espaço de visibilidade e de valorização das mulheres indígenas, promovendo a inclusão social, o empoderamento feminino e a conscientização sobre questões sociais, como a violência contra a mulher, o trabalho infantil e a desigualdade de gênero.

A escolha do futebol como ferramenta para atingir esses objetivos foi estratégica, pois o esporte tem o poder de engajar, fortalecer a autoestima e criar uma rede de apoio entre as participantes. O evento teve uma relevância significativa, não só como uma competição esportiva, mas como um espaço de troca de saberes, onde as jovens puderam se expressar, discutir desafios e construir soluções em conjunto. O evento foi realizado de 18 a 20 de outubro de 2024.





TRABALHO SEGURO

PROGRAMA NACIONAL DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES DE TRABALHO



**TRABALHO
SEGURO**
Programa Nacional de Prevenção
de Acidentes de Trabalho

Mensagem do Coordenador do Programa Trabalho Seguro

O Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho (Programa Trabalho Seguro – PTS) foi criado tendo em vista que a concretização da dignidade da pessoa do trabalhador e dos valores sociais do trabalho são fundamentos do Estado Democrático de Direito, que a proteção ao meio ambiente, nele incluído o de trabalho, é dever constitucional e que no Brasil são alarmantes os números de acidentes de trabalho e doença ocupacional. As atividades desenvolvidas pelo PTS alinham-se ao exercício da jurisdição, ante seu papel de sensibilizar e conscientizar a sociedade para a promoção do trabalho digno e decente.

Em 2024, a partir do tema do biênio *“Democracia e Diálogo Social como ferramentas para construção de meio ambiente de trabalho saudável e seguro”* e das metas estipuladas pela coordenação do Programa, foram apresentadas, discutidas e concretizadas propostas de implementação de campanhas, eventos e outras medidas preventivas de sensibilização; providenciada a inclusão dos conteúdos correlatos a este Programa nos currículos de aperfeiçoamento, capacitação inicial e continuada de magistrados e servidores; formalizadas parcerias com instituições públicas e privadas relevantes para o cumprimento dos objetivos do Programa, em especial Acordo de Cooperação Técnica com a AGU e convênio com a USP, para instituição de grupo de pesquisa, e publicada a 2ª Edição da Revista PTS, de veiculação anual.

É imperioso lembrar que, independentemente da existência de relação de emprego, as normas de saúde, segurança e medicina do trabalho são destinadas à proteção humana. O vínculo de emprego, ou a ausência dele, não pode ser obstáculo à implementação, fiscalização e efetivação de padrões de conduta que visam proteger a pessoa humana.

Daí a importância de uma ampla divulgação de todo material científico, mas também de boas práticas empregadas pela sociedade. Objetiva-se, pois, que o ambiente de trabalho seja mais hígido, livre de agentes nocivos à saúde física e mental das pessoas, destinado à produção da riqueza nacional com qualidade de vida e em convergência com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

Iniciativas implementadas pelo Tribunal Superior do Trabalho e por todos os Tribunais Regionais do Trabalho mostram o grande engajamento na temática e reforçam a importância do Programa para a garantia das políticas públicas que engrandecem a Justiça do Trabalho e reforçam o papel constitucional do Tribunal da Justiça Social.

Alberto Bastos Balazeiro
Ministro Coordenador-Geral do Programa

Ações da Comissão Nacional do Programa Trabalho Seguro

Abril verde: foram realizadas diversas ações no País, a fim de destacar duas datas importantes: o Dia Mundial da Saúde, 7 de abril, e o Dia Nacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho, 28 de abril. Ambas as datas enfatizam a necessidade de atenção à saúde e à segurança dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Diversos pontos turísticos de destaque foram iluminados de verde ao longo do mês de abril. Entre esses, destacaram-se o Teatro da Paz e o Estádio do Mangueirão em Belém; a Ponte Hercílio Luz, em Florianópolis; o Marco Zero do Equador, em Macapá; o Teatro Amazonas e a Ponte do Rio Negro, em Manaus; além do Corcovado, da Ponte Rio-Niterói e dos Arcos da Lapa, no Rio de Janeiro.



Os prédios que compõem o **Tribunal Superior do Trabalho** também foram iluminados na cor verde em cerimônia na marquise da sede na presença de Ministros do TST.



Na foto: Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, atual Presidente do TST e CSJT, Ministro Alberto Bastos Balazeiro, Coordenador-Geral do PTS, Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, Ministra Katia Magalhães Arruda, Ministra Morgana de Almeida Richa e o Representante do MPT.



O TST também realizou o “**Seminário Democracia é inclusão: impactos da informalidade na saúde e segurança do trabalho**”, nos dias 23 e 24 de abril. O evento teve como público-alvo a magistratura trabalhista, servidoras e servidores, integrantes da advocacia, além do público acadêmico e da sociedade em geral.

A programação abordou as seguintes temáticas: a dimensão social da sustentabilidade, o trabalho informal no mundo, impactos da ausência da previdência e seguridade social do trabalho informal, também foram realizadas oficinas e rodas de conversas.



Durante a programação do seminário foi realizada a cerimônia de assinatura do **Acordo de Cooperação Técnica do Grupo de Trabalho Interinstitucional (GETRIN)**. Fizeram a adesão ao acordo os tribunais do trabalho, instituições do Poder Executivo, entidades representantes de trabalhadores (as) e empregadores (as), além de organizações da sociedade civil e grupos de pesquisa de universidades.

O acordo tem como objetivo desenvolver práticas conjuntas para promover a participação da Justiça do Trabalho na implementação de ações nacionais voltadas à promoção da saúde de trabalhadores e trabalhadoras, à prevenção de acidentes de trabalho e ao fortalecimento da Política Nacional de Segurança e Saúde no

Trabalho (Decreto Nº 7.602/2011), observadas as particularidades regionais de cada participante.

Outra importante ação realizada pelo PTS no ano de 2024 foi **a criação de dois grupos de trabalho, destinados a propor projetos institucionais voltados ao fomento do trabalho decente para trabalhadores (as) camelôs e catadores(as) de recicláveis**. Os grupos realizaram estudos e entregas de produtos com o objetivo de promover mecanismos para o alcance de condições de trabalho e remuneração dignas para trabalhadores (as) camelôs e catadores(as) de materiais recicláveis em todo o país.



A respeito das entregas dos grupos de trabalho, o GT dos Camelôs entregou uma cartilha educativa para esse segmento de trabalhadores (as), com orientações sobre a importância de se buscar a formalização para ter acesso a direitos e garantias, proteção à saúde e segurança no trabalho.

Além disso, foi apresentado um estudo que mapeou as cinco capitais com maior concentração de camelôs (Rio de Janeiro, Salvador, São Luís, São Paulo e Porto Alegre). O documento traz uma pesquisa comparativa das normas municipais dessas cinco capitais que também será encaminhada à nova gestão no intuito de subsidiar a atuação da Justiça do Trabalho, como mediadora e articuladora, por intermédio dos Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (CEJUSCs).

Já o GT dos Catadores, a partir da realização de estudos e debates sobre as condições ideais de trabalho e remuneração digna para catadores e catadoras de materiais recicláveis, apresentou documento com informações que contribuíram para a elaboração de Nota Técnica firmada entre o Ministério Público do Trabalho (MPT) e Defensoria Pública da União (DPU).

O documento visa dar visibilidade e fomentar a priorização da contratação de catadores e catadoras pelo Poder Público, reunindo as principais normas aplicáveis ao caso concreto.

Por fim, foi realizado o lançamento da 2ª edição da revista do programa Trabalho Seguro da Justiça do Trabalho. Esta edição deste ano homenageou o Ministro João Oreste Dalazen, que faleceu neste ano e foi o fundador do programa, em 2012, quando era presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.



A publicação anual tem como objetivo incentivar a produção acadêmica e doutrinária sobre saúde e segurança no trabalho. Todas as edições da revista são disponibilizadas gratuitamente no portal do programa.





Ações dos comitês Regionais do Programa Trabalho Seguro

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

No âmbito do **TRT da 1ª Região**, foram realizadas 3 ações importantes com o objetivo de promover o debate, a reflexão sobre a saúde e segurança no trabalho, cabe destacar: A realização do “Seminário Abril Verde” com o tema: “Adoecimento também é acidente do trabalho.” promoveu uma reflexão sobre acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, abordando causas, efeitos, medidas de prevenção e precaução, gerenciamento de riscos ocupacionais e impactos nas relações de trabalho.

Como também promoveu o projeto “Cine criança: juntos contra o trabalho infantil e por um futuro de trabalho seguro” - foi uma iniciativa do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem em parceria com o Programa Trabalho Seguro do TRT-RJ. A intenção foi sensibilizar a comunidade sobre o problema do trabalho infantil e a importância da educação, incentivando as crianças a estudarem. Em paralelo, o evento também buscou conscientizar sobre a importância de zelar pela segurança no trabalho e pelo respeito à vida. Em razão disso, antes da sessão, Foram exibidos vídeos sobre os temas, trabalho seguro e trabalho infantil.

Em conversa informal com as crianças, antes da exibição do filme, os (as) representantes do TRT-RJ abordaram as temáticas envolvidas na iniciativa com uma linguagem própria para o público infantil.



Ainda em parceria institucional, promoveu o "CARNAVAL SEM TRABALHO INFANTIL, COM TRABALHO SEGURO E SUSTENTÁVEL", Com música e descontração, mas sem deixar de lado a conscientização, o TRT-1 movimentou a Rua da Imprensa. O evento "Carnaval sem trabalho infantil, com trabalho seguro e sustentável" transformou a frente do prédio-sede do tribunal em uma ação pré-carnavalesca, cujo ritmo teve um propósito sério: alertar sobre os perigos do trabalho infantil.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

No âmbito do **TRT da 2ª Região**, foram realizadas 15 ações importantes com o objetivo de promover o debate, a reflexão sobre a temática, cabe destacar:

Foi realizada a palestra "Janeiro Branco - Cuidando da Saúde Mental: Um Compromisso para a Vida." Evento realizado de forma telepresencial, abrangendo Público Interno e Externo de diversas áreas, objetivando a análise sob o ponto de vista médico/psiquiátrico da importância da higiene mental, em contexto de medicina do trabalho, inclusive, proporcionando, assim, a explanação e orientação/conhecimentos sobre a importância do cuidado com a saúde mental de toda a sociedade, do público que assiste e cuidado deste e atenção às necessidades de quem está a seu lado, seja na família, no trabalho, nas relações sociais.

Palestra

Janeiro Branco - Cuidando da Saúde Mental: Um Compromisso para a Vida

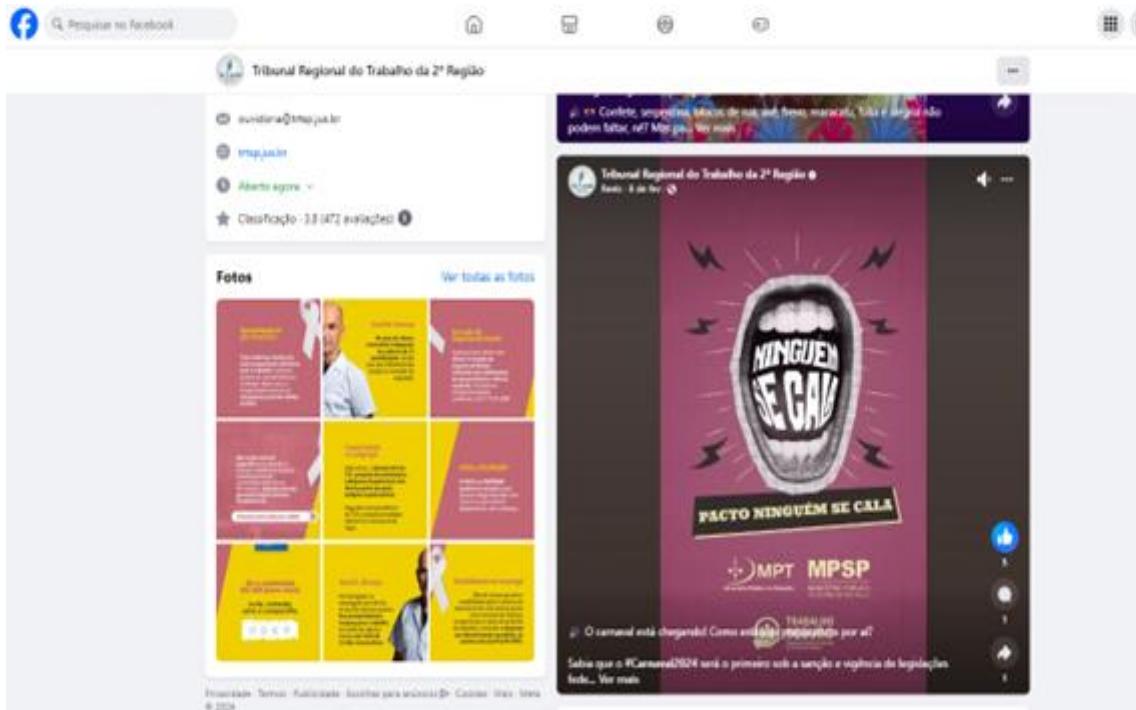
29/01/24

das 17h às 18h

www.youtube.com/ejud2



Campanha “Pacto Ninguém se Cala” desenvolvida pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) e Ministério Público de São Paulo (MPSP), objetivando o enfrentamento da violência e assédio contra a mulher no período de carnaval. A campanha decorreu do fato de que o Carnaval de 2024 foi o primeiro sob a sanção e vigência de legislações federais, estaduais e municipais com o objetivo de enfrentamento das formas de violência e assédio ocorridas em ambiente de lazer contra mulheres.



Também realizou o Seminário com tema “A IMPORTÂNCIA E OS DESAFIOS DA APLICAÇÃO DA NR 12 NA SAÚDE E SEGURANÇA DOS TRABALHADORES.” em parceria com a EJUD2 com o tema: “A aplicação da Norma Regulamentadora 12 (NR 12) na atualidade como instrumento de preservar a saúde e segurança dos trabalhadores”, com palestra do Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão do TST e mesa sobre “Resistências e desafios quanto ao cumprimento e fiscalização da NR12”, com diversos debatedores da área.

Painel

A importância e os desafios da aplicação da NR12 na saúde e segurança dos trabalhadores - Campanha Abril Verde

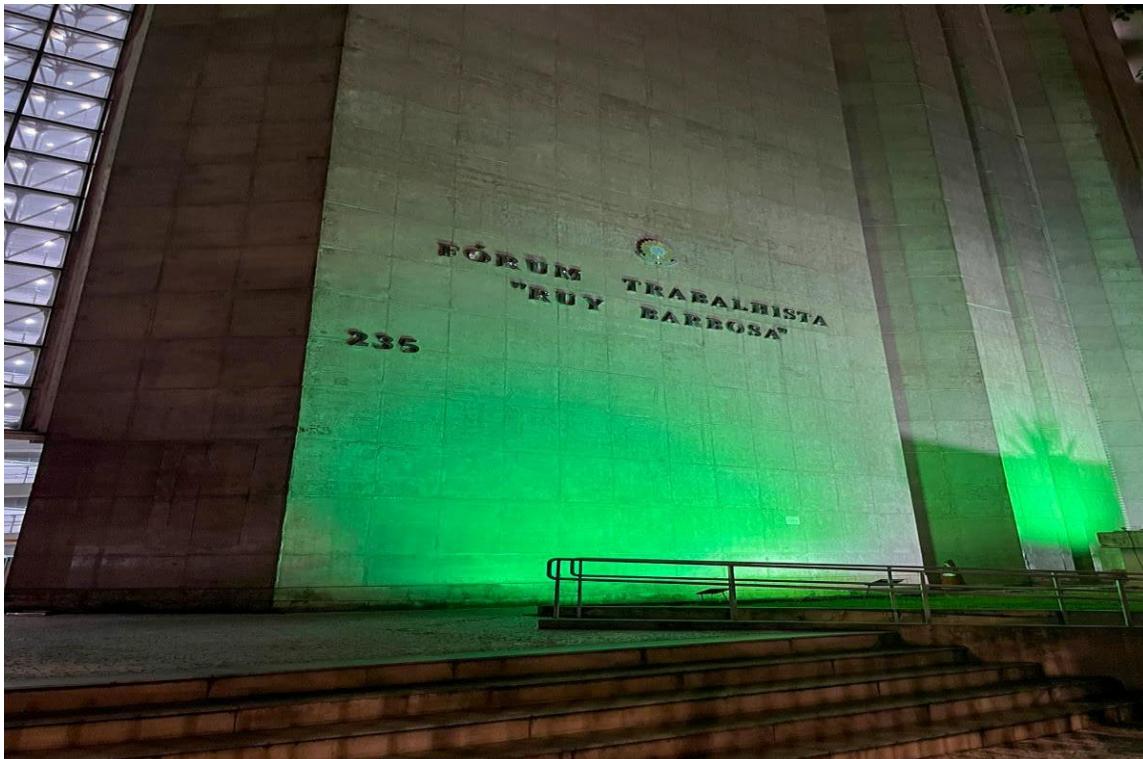
26/04/24

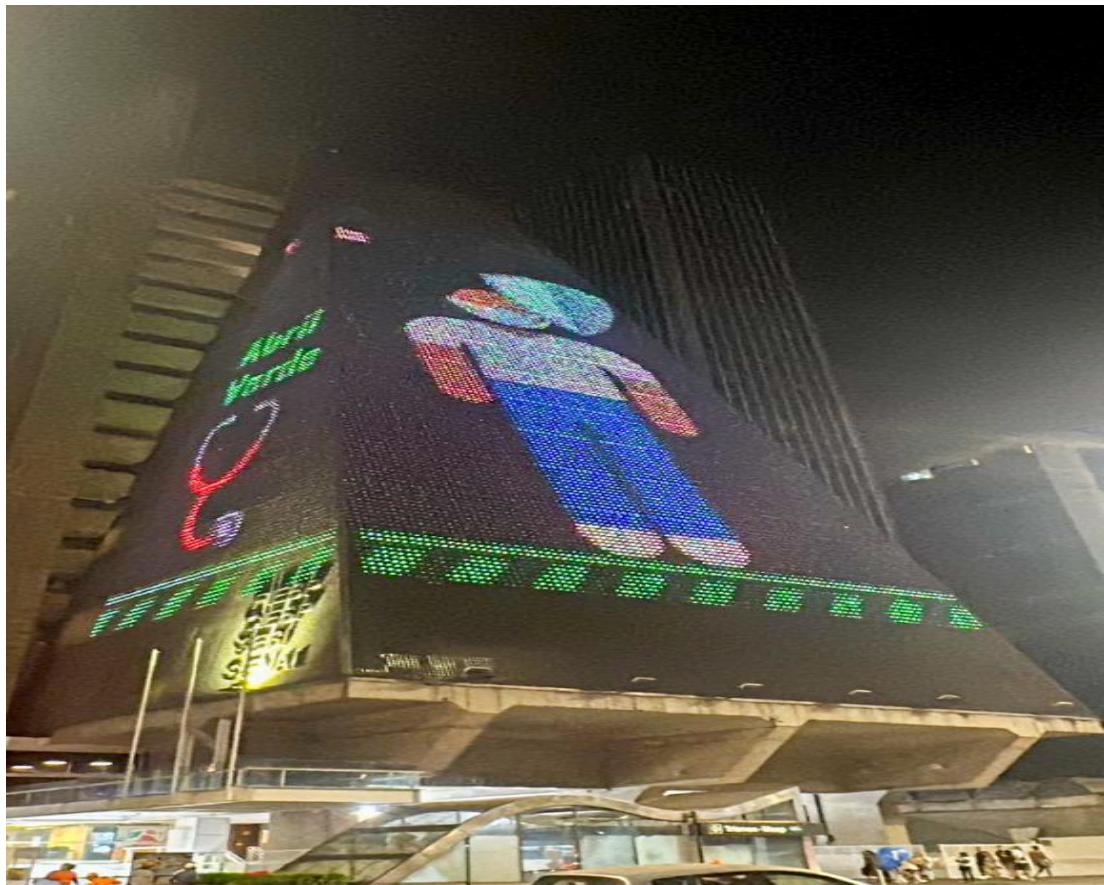
Das 14h às 16h

Youtube



Foram iluminados os seguintes edifícios históricos: Edifício Matarazzo (sede da Prefeitura de São Paulo-SP), Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Pateo do Colégio, Viaduto do Chá, Biblioteca Mário de Andrade, Monumento às Bandeiras e Ponte Estaiada. As fachadas de unidades do Regional também receberam iluminação especial, fruto da articulação do Programa Trabalho Seguro do TRT-2.





Realizado o “Encontro Sudeste do Programa Trabalho Seguro: Setembro Amarelo.” idealizado em parceria com os Subcomitês de Trabalho Decente e Seguro (especificamente o PTS TRT2) do TRT1, TRT3, TRT15 e TRT17, Programa do Trabalho Seguro da Justiça do Trabalho, e EJUD2.

Evento:

Encontro Sudeste do Programa Trabalho Seguro: Setembro Amarelo

10/09/2024

das 16h às 19h

Telepresencial (Youtube)



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3^a REGIÃO

No âmbito do **TRT da 3^a Região**, foram realizadas 35 ações importantes com o objetivo de promover o debate, a reflexão sobre a temática, cabe destacar:

O Programa Trabalho Seguro promoveu visita a Associação dos Catadores de Papelão e Material Reaproveitável (Asmare), com objetivo de conhecer o trabalho dos catadores e catadoras e estiveram presentes na visita, o desembargador Marcelo Pertence, gestor regional do Programa Trabalho Seguro no TRT-MG, e juízes Ângela Castilho Rogêdo Ribeiro e Márcio Toledo Gonçalves. Durante a Visita, Romário Anunciação dos Reis, um dos gestores da Asmare, apresentou aos gestores a forma de organização e de funcionamento da associação, bem como o número de pessoas envolvidas e os números relativos às atividades de coleta.



O Programa Trabalho Seguro do TRT-3 realizou em Belo Horizonte, a entrega de camisetas e brinquedos (bolas, animais marinhos e dinossauros) para os filhos dos 32 associados da Associação dos Catadores de Papelão e Material Reaproveitável (Asmare). Os brinquedos são parte de doação realizada pela Receita Federal, que firmou convênio com o TRT em dezembro de 2023, para repasse de brinquedos fruto de apreensões realizadas pela Receita Federal do Brasil.



Durante a abertura do jogo do campeonato mineiro de futebol, foi divulgada uma faixa com a mensagem: “Ambiente de trabalho saudável, direito de todas e todos”, com o objetivo de destacar para toda a sociedade a importância de se promover mais segurança, saúde, respeito aos direitos e inclusão no ambiente de trabalho. Esta é uma iniciativa conjunta dos Programas do Conselho Superior da Justiça do Trabalho no estado de Minas.



A caravana do trabalho decente do TRT-MG promoveu o primeiro encontro do ano com jovens na grande Belo Horizonte. O destino foi o Instituto Federal de Minas Gerais – campus Ribeirão das Neves (IFMG). Em comemoração ao Dia Mundial da Juventude, celebrado em 30 de março, a ação conjunta foi iniciativa dos programas institucionais da Justiça Trabalhista.



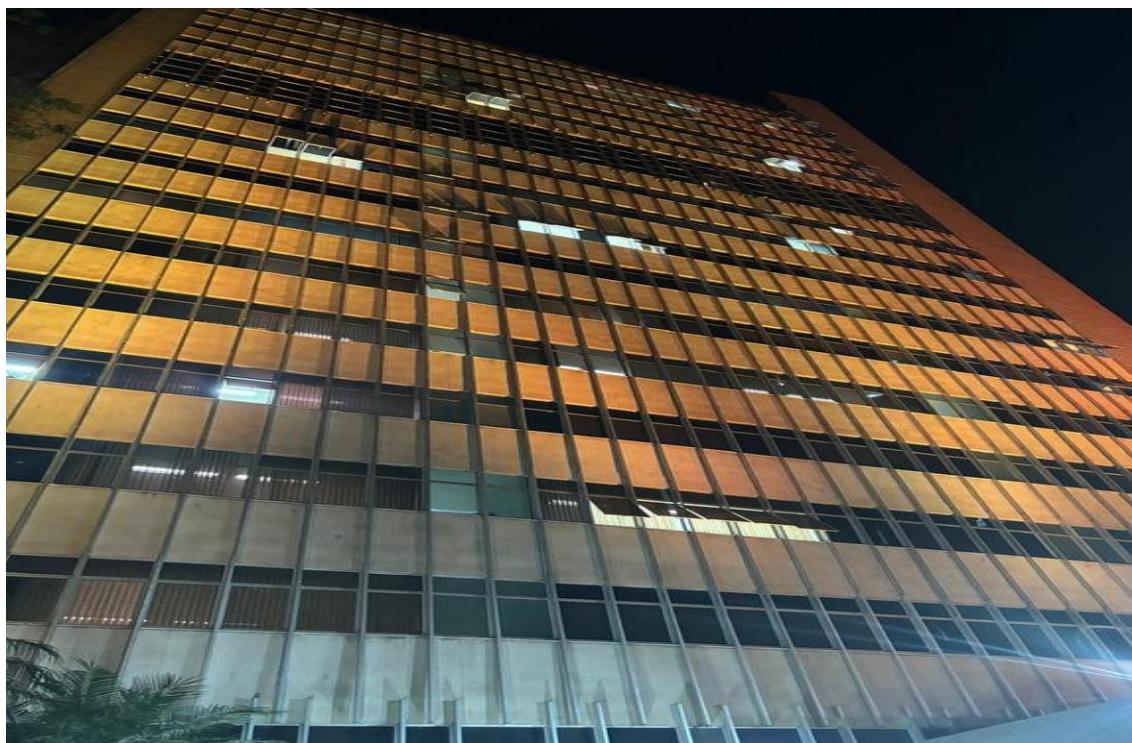
A iluminação na cor verde na fachada de instituições e órgãos públicos durante o mês de abril significa engajamento nas questões relativas à prevenção de doenças e de acidentes de trabalho, tendo em vista que o dia 28 é dedicado à memória de suas vítimas de acidente de trabalho.



Realizou também o Seminário "Segurança no Trabalho: Saúde Mental e Física dos Trabalhadores", o evento, que teve dois dias de duração, contou com uma roda de conversa sobre "Democracia e inclusão social", com representantes da ASMARE; o painel "Trabalhadores prestadores de serviço em motocicleta, atividades de risco", o painel "Neossujeito e adoecimento no trabalho", e o painel "Como não viver juntos". o Evento ainda contou com a brilhante presença na abertura, da participação da Orquestra Jovem das Gerais, regida pelo maestro Renato Almeida e a exposição de fotos "CATA - Mudanças Climáticas e Catadoras", que descreve o cotidiano de trabalhadoras de quatro cooperativas de reciclagem da região metropolitana de Belo Horizonte.



O TRT-3 realizou palestra “Prevenção ao Suicídio: cuidado e atenção à vida”, ministrada pelo professor de psiquiatria Humberto Corrêa. O evento ocorreu no plenário do 8º andar do edifício-sede e foi voltado a magistrados, servidores, estagiários e terceirizados, como também, o prédio sede do TRT-MG foi iluminado, ao longo do mês de setembro na cor amarela, em apoio às ações da campanha “Setembro Amarelo”, no intuito de esclarecer e conscientizar sobre o suicídio. Nesta edição, o lema é “Se precisar, peça ajuda!”. Instituído pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como mês internacional de sua prevenção, setembro trata da questão de saúde pública. Desde 2015 no Brasil, a campanha visa conscientizar as pessoas sobre o suicídio, cujo dia mundial de prevenção é 10 de setembro de cada ano.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4^a REGIÃO

No âmbito do **TRT da 4^a Região**, foram realizadas 17 ações importantes com o objetivo de promover a saúde e segurança do trabalhador e a reflexão sobre a temática, que cabe destacar as seguintes atividades:

O TRT-4 realizou a fixação das faixas “Abril Verde”, contendo mensagens de conscientização sobre o tema da saúde e segurança no trabalho nos prédios do Tribunal, do Foro Trabalhista de Porto Alegre e de outras localidades no interior do RS.



Realização também importante Audiência Pública alusiva ao Abril Verde em parceria com o Ministério Público do Trabalho, discutindo a saúde e segurança do trabalhador no estado.



TRT-RS criou grupo com cinco instituições parceiras para a prevenção de acidentes de trabalho, a partir de um protocolo de cooperação técnica com cinco entidades parceiras para a criação do Grupo de Trabalho Interinstitucional da 4a Região (Getrin). O objetivo é unir esforços para a implementação de programas e ações regionais voltadas à prevenção de acidentes de trabalho no âmbito do Programa Trabalho Seguro.



Realização do 2º Concurso Cultural de Direitos Humanos nas Escolas. O Concurso é iniciativa conjunta da Comissão de Direitos Humanos e Trabalho Decente do Tribunal, do Programa Trabalho Seguro, do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem Profissional, do Programa de Enfrentamento ao Trabalho Escravo e de Proteção ao Trabalho do Migrante e do Programa de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade, em parceria com a Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul e com o programa RS Seguro Comunidade, do governo estadual. Nesse projeto, durante o ano de 2024 foram visitadas 10 escolas do interior do Estado (nas cidades de Alvorada, Bento Gonçalves, Canoas, Capão da Canoa, Cruz Alta, Farroupilha, Ijuí, Passo Fundo, e Tramandaí).



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5^a REGIÃO

No âmbito do **TRT da 5^a Região**, foram realizadas 7 ações importantes com o objetivo de promover a saúde e segurança do trabalhador, que cabe destacar as seguintes atividades:

Assinatura de Termo de Cooperação entre a Universidade Federal da Bahia e o Tribunal Regional do Trabalho da 5a Região e o Programa Trabalho Seguro, para realização de estudo epidemiológica sobre saúde e trabalho. O convênio objetiva o apoio institucional à realização do projeto EpisSAT Entregadores - ESTUDO EPIDEMIOLÓGICO SOBRE SAÚDE E TRABALHO.

A série de eventos “Diálogos Sociais sobre Trabalho Seguro”, conduzida na cidade de Vitória da Conquista pelo Juiz Marcos Neves Fava, Titular da 1^a Vara do Trabalho daquele município, no âmbito do Programa Trabalho Seguro do TRT da 5^a Região, foi motivada pela constatação da grande incidência de processos trabalhistas com pedidos decorrentes de doenças ocupacionais, com adoecimentos graves de trabalhadores da categoria dos bancários.



Participação na jornada pedagógica de Santo Antônio de Jesus, com o objetivo de levar os temas do trabalho seguro e combate ao trabalho infantil e o caso da fábrica de fogos e da decisão da Corte IDH para a construção de conteúdo da educação no município.



Participação nas caravanas da Cidadania da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos da Bahia, onde são promovidas ações formativas para gestores e técnicos da rede de Educação e palestras para a comunidade escolar. Além disso, a participação nas caravanas permite à Justiça do Trabalho maior aproximação com a sociedade. Através desses postos itinerantes, realizando atendimentos e levando noções básicas de direitos humanos e do trabalho, ampliamos o acesso à justiça. A participação da Justiça do Trabalho tem se pautado na ampliação da base de conhecimento da população, através de reflexões e debates sobre temas cruciais quando se trata de trabalho decente, a exemplo das temáticas do trabalho infantil, do trabalho escravo e do ambiente de trabalho seguro e saudável.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6^a REGIÃO

No âmbito do **TRT da 6^a Região**, foram realizadas 6 ações importantes com o objetivo de promover a saúde e segurança do trabalhador, que cabe destacar as seguintes atividades:

Evento idealizado para dar cumprimento a diretrizes voltadas à promoção da saúde do trabalhador, à prevenção de acidentes de trabalho e ao fortalecimento da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho – PNSST, o evento propôs-se a abordar o tema Controle de convencionalidade e reforma trabalhista - Teoria e prática. O trabalho seguro e saudável foi acrescido como a quinta categoria de Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, na 110^a Conferência Internacional do Trabalho (CIT), realizada em 2022. A partir de então, todos os Estados membros da OIT, independentemente de seu nível de desenvolvimento econômico, e tenham ou não ratificado as Convenções correlatas, estão comprometidos ao respeito e à promoção do trabalho seguro e saudável. Em decorrência disso, aumentou a relevância para o tema do controle de convencionalidade das normas internas, especialmente das alteradas e/ou inseridas pela Reforma Trabalhista de 2017, à luz da Convenção sobre Segurança e Saúde dos Trabalhadores, de 1981 (Nº 155), e da Convenção do Quadro Promocional para a Segurança e Saúde Ocupacional, de 2006 (Nº 187).



Ação promovida em parceria com o Sport Club do Recife, visando à formação de consciência em alusão ao Dia Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho, 27 de julho. Atletas do clube, no centro de treinamento, exibiram uma faixa com a mensagem "Segurança e Saúde no Trabalho: a prevenção é o melhor caminho".



Evento realizado em parceria com o Centro Universo Recife da Universidade Salgado de Oliveira e diversos parceiros membros do GETRIN 6. O evento foi idealizado para concretizar as diretrizes “educação para a prevenção” e “diálogo social”, o evento voltou-se ao público feminino, formado primordialmente pelas estudantes de graduação dos cursos de Direito e de Psicologia do Centro Universo Recife da Universidade Salgado de Oliveira e pelas mulheres da Comunidade do Sítio Grande.



O Programa Trabalho seguro e o Grupo de Trabalho Interinstitucional da Sexta Região realizou o 10º Congresso Pernambucano do Trabalho Seguro com o tema “Segurança e saúde integral no trabalho: indicadores de responsabilidade ambiental, social e de governança (ESG)”. As atividades do congresso foram divididas em três tardes, iniciando-se com a explanação sobre os motivos de existência e desenvolvimento do Programa Trabalho Seguro e das políticas de responsabilidade social, corporativa e de sustentabilidade. Seguiu-se com a conferência de abertura, com o tema “ESG - indicadores em saúde e segurança do trabalho” e reuniu representantes de tribunais de todo país.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7^a REGIÃO

No âmbito do **TRT da 7^a Região**, foram realizadas diversas ações importantes com o objetivo de promover a saúde e segurança do trabalhador, que cabe destacar as seguintes atividades:

Gestão Regional do Programa Trabalho Seguro se reúne com instituições que compõem o Getrin7, reunindo cerca de 30 instituições parceiras no Tribunal Regional do Trabalho da 7^a Região. O Grupo Interinstitucional do Programa Trabalho Seguro (Getrin7), formado por instituições públicas e privadas ligadas ao mundo do trabalho, fez um balanço das ações promovidas em 2023, além de definir projetos e iniciativas para promoção da segurança de trabalhadores, a serem implementadas no ano de 2024.



Encontro da gestora regional do Programa Trabalho Seguro, Desembargadora do Trabalho Regina Gláucia Cavalcante Nepomuceno, com 18 alunos residentes da Escola de Saúde Pública, por intermédio do CEREST/Estadual e CEREST/Fortaleza - (15 de março): O Encontro da Gestora Regional, Desembargadora Regina Gláucia Cavalcante Nepomuceno, realizado em 15/03 com 18 alunos residentes da Escola de Saúde Pública, teve como objetivo apresentar o Programa Trabalho Seguro, incluindo seus objetivos e ações, além de exibir a mostra digital "Mapa da Miséria: O Ciclo Vicioso que Liga o Trabalho Infantil ao Trabalho Escravo Contemporâneo". Durante o encontro, também houve distribuição de material institucional. A ação justifica-se pela importância de conscientizar os futuros profissionais sobre a segurança no trabalho e os impactos do trabalho infantil e escravo.



Seminário em Memória das Vítimas de Acidente do Trabalho e Adoecimento Ocupacional - Abril Verde Sobral. Dia em memória das vítimas de acidentes de trabalho e de doenças ocupacionais realizado no Auditório do Sindicato dos Calçadistas de Sobral em Sobral/CE - (11 de abril): O Seminário em Memória das Vítimas de Acidente do Trabalho e Adoecimento Ocupacional - Abril Verde Sobral, realizado no Auditório do Sindicato dos Calçadistas de Sobral em 11 de abril, teve como objetivo lembrar as vítimas de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, promovendo a conscientização sobre a importância da segurança no trabalho e da prevenção. A ação se justifica pelo compromisso com a promoção da saúde e segurança do trabalhador, além de reforçar as iniciativas do Abril Verde no estado.



I Congresso Espfor 2024. "O desafio da Integralidade da Atenção à Saúde". 2º Encontro do Programa Mais Médicos. "Saúde Mental na Atenção Primária à Saúde". IV Expo Saúde 2024: Os eventos I Congresso Espfor 2024, com o tema "O Desafio da Integralidade da Atenção à Saúde", o 2º Encontro do Programa Mais Médicos e a IV Expo Saúde 2024, ocorreram na Praia de Iracema, em Fortaleza/CE.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8^a REGIÃO

No âmbito do **TRT da 8^a Região**, foram realizadas mais de 10 ações importantes com o objetivo de discutir e promover a saúde e segurança do trabalhador, que cabe destacar as seguintes atividades:

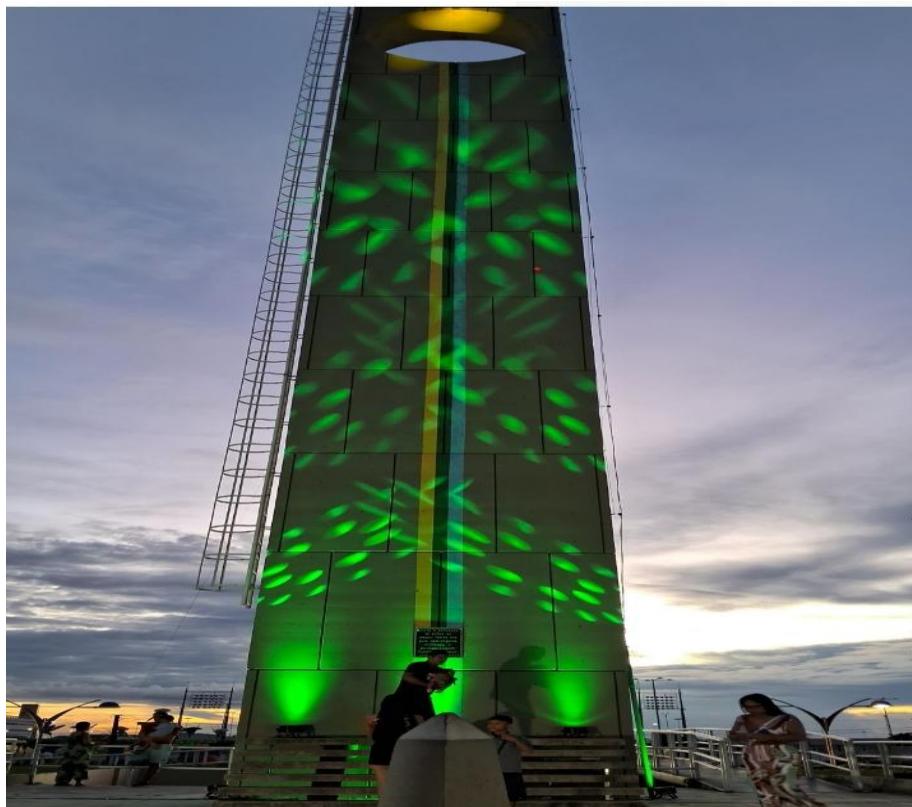
Foram realizadas apresentações de peça teatral com a temática do Programa Trabalho Seguro , em escolas públicas da Região Metropolitana de Belém; Durante essa semana as escolas públicas de Belém: Graziela Moura Ribeiro (Pedreira); Dr. Justo Chermont (Pedreira); Dom Pedro II (Marco); Lauro Sodré (Marco) e Fernando Ferrari receberam a visita da peça teatral sobre o Trabalho Seguro “Com segurança não se brinca” , apresentada pela Companhia Cecim Puppet Arts e visita do desembargador Paulo Isan Coimbra da Silva Júnior, gestor do Programa do Trabalho Seguro no TRT-8.



Palestra com o tema “A importância do abril verde: A segurança física e psicológica dentro do ambiente de trabalho”, ministrada pelo Gestor Regional do Programa Trabalho Seguro, Desembargador Paulo Isan Coimbra da Silva Júnior, no dia 19.04.2024. A palestra foi destinada para os diretores, coordenadores, funcionários e terceirizados da SEOP, que estão envolvidos, dentre vários projetos, com as obras que serão realizadas para a COP30, que ocorrerá em novembro de 2025, em Belém.



Ações de iluminação de prédios históricos nos estados do Pará e Amapá com objetivo de conscientização acerca do tema, como:
Monumento “Marco Zero do Equador”, na cidade de Macapá-Ap.



Do histórico “Theatro da Paz”, na cidade de Belém-Pa.



Do Estádio Olímpico do Pará " Jornalista Edgar Proença ("Mangueirão), na cidade de Belém-Pa,



Iluminação da fachada do prédio sede do TRT-8, na cor verde.



Palestra sobre Meio Ambiente do Trabalho, ministrada pelo Gestor Regional do Programa, Juiz Albeniz Segundo, na 2ª Jornada de Oficinas Profissionalizantes Ubíqua Amazônia e os Desafios da COP30.



SEMINÁRIO MUDANÇAS CLIMÁTICAS E O TRABALHO NA AMAZÔNIA - Tribunal Regional do Trabalho da 8ª região (Belém-PA) - Pará e Amapá - Sensibilização para a influência das alterações climáticas na vida juslaboral dos trabalhadores da Amazônia.



Simpósio Internacional Neoliberalismo e Alternativas, o evento marca a criação do Gena-Amazônia, novo braço de uma rede de pesquisa internacional. Na busca por alternativas ao neoliberalismo na Amazônia, o Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT-8), em parceria com a Universidade Federal do Pará (UFPa) e a Defensoria Pública do Estado do Pará (DPE), recebe nos dias 18 e 19 de junho, o Simpósio Internacional Neoliberalismo e Alternativas (Gena-Amazônia), no auditório Aloysio da Costa Chaves, localizado em sua sede, em Belém.



Participação do Desembargador Paulo Isan, na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - COP29 - Participação do desembargador Paulo Isan como painelista no estande do consórcio da Amazônia na COP 29. Painel: Desenvolvimento sustentável e Bioeconomia na Amazônia.





Criação dos Getrins Pará e Amapá, com a assinatura de Acordo de Cooperação Técnica com objetivo de formar grupos de atuação institucional focados em ações na promoção do Trabalho Seguro e fortalecimento de diálogo interinstitucional :

1 - ACT Nº 14/2024 entre O TRT8 e Procuradoria Regional do Trabalho da 8ª Região, a Superintendencia Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Pará.

2 – ACT Nº 15/2024 entre O TRT8 e Procuradoria Regional do Trabalho da 8ª Região, a Superintendencia Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Amapá e a Superintendência de Vigilância em Saúde do Amapá.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9^a REGIÃO

No âmbito do **TRT da 9^a Região**, foram realizadas diversas ações importantes com o objetivo de discutir e promover a saúde e segurança do trabalhador, que cabe destacar as seguintes atividades:

Apresentou o “Projeto Multiplicando Sustentabilidade 2023/2024”, que teve como objetivo viabilizar ciclo de palestras acerca dos temas de trabalho seguro e sustentabilidade por meio de encontros periódicos, alinhado ao objetivo estratégico “Promover o trabalho decente e a sustentabilidade” do Plano Estratégico Institucional TRT-PR 2021-2026.

CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: RECONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO DOS TRABALHADORES NA ATIVIDADE

Anita Cristina de Jesus
Servidora do TRT 4^a Região (RS)

Maria José de Oliveira Santos
Presidente da CATAMARE

23/02 Sexta-feira 14h às 16h Juíza Angélica Slomp Mediadora

TRABALHO SUSTENTÁVEL TRABALHO SEGURO PR TRT-9^a REGIÃO

“Realizou o evento com tema: ATUANDO TRANSVERSALMENTE CONTRA O ASSÉDIO, VIOLÊNCIA E AGRAVOS À SAÚDE NO AMBIENTE DE TRABALHO” - JBS e CEJUSC, realizado em parceria entre Escola Judicial, Programa Trabalho Seguro Regional, CEJUSC Trópico de Capricórnio, sendo os três componentes do TRT9/PR, Programa Nacional de Enfrentamento ao Trabalho Escravo e ao Tráfico de Pessoas e de Proteção ao Trabalho do Migrante (gestão regional- PR), além da Seara Alimentos Ltda. (Grupo JBS).



O TRT9 realizou diversas ações em alusão ao abril verde, entre elas: Iluminação cênica na cor verde: prédio sede do TRT-PR, em Curitiba-PR; Fórum Trabalhista de Maringá/PR; iluminação da Vara do Trabalho de Pinhais/PR e realização de painel online, versando sobre o tema "Acessibilidade: Direitos Fundamentais das Pessoas com Deficiência como Meio de Ampliação da Dignidade, Saúde no trabalho.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10^a REGIÃO

No âmbito do **TRT da 10^a Região**, foram realizadas 21 ações importantes a respeito do trabalho seguro, cabe destacar:

Realização de "Palestra sobre Saúde e Segurança do Trabalho na OAB/DF Subseção Águas Claras - Ciclo de Palestras "Conscientização da Saúde e Segurança no Trabalho".

O Gestor Regional Juiz João Otávio Fidanza Frota proferiu palestra sobre o tema da saúde e da segurança no trabalho para o público de advogados, em evento em alusão ao Abril Verde. O evento ocorreu no dia 16 de abril de 2024.



Abril verde Conscientização da Saúde e Segurança do Trabalho
Ciclo de palestras

João Otávio Fidanza Frota
Juiz do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 10^a Região; Juiz Auxiliar da Presidência para Gestão de Precatórios e de RPVs; Vice-Coordenador do CEJUSC de Brasília/DF; Gestor Regional do Programa Trabalho Seguro na 10^a Região.

Hailane Nayara e Amanda Andrade
ÁGUA - Consultoria Empresarial.
Empresa responsável por capacitar outras empresas sobre segurança no trabalho.

Denilson Rodrigues Santana
Engenheiro de Segurança do Trabalho; Especialista em Higiene Ocupacional; Diretor da Associação Brasiliense de Engenharia de Segurança do Trabalho - ABRAEST; Diretor da Associação Nacional de Engenharia de Segurança do Trabalho - ANEST; Professor e Perito/Assistente Técnico.

Realização:
Comissão de Direito e Processo do Trabalho

Dia 16/04/2024
Horário: 19hrs
Local: OAB Águas Claras



Outro evento importante, realizado pelo TRT 10 em parceria com o GETRIN-10, na sede do CREA-DF, foi o "Aprimora +". A ação foi destinada a profissionais da área de saúde e segurança no trabalho. O Juiz João Otávio Fidanza Frota foi mediador do evento, e tiveram falas membro do MPT, presidente do SINTEST-DF, presidente do SINDUSCON-DF, Deputado Distrital e Auditor Fiscal do Trabalho.

O evento ocorreu no dia 18 de abril de 2024 e teve como objetivo promover o aprimoramento e a integração de profissionais da área de saúde e segurança no trabalho.

A ação proporcionou um ambiente propício ao diálogo entre os setores público e privado, com a troca de experiências e a busca por soluções eficazes para a prevenção de acidentes e doenças ocupacionais. A parceria entre as instituições proporcionou o compromisso da prevenção aos acidentes de trabalho a fim de garantir um ambiente seguro e saudável para os trabalhadores.



Além disso, foi realizada palestra sobre “como as iniciativas voltadas à saúde do trabalhador ajudam na formação de profissionais mais conscientes e responsáveis, capazes de contribuir para um futuro mais sustentável e saudável”, pela Gestora Regional Katarina Mousinho, do Programa Trabalho Seguro.

A palestra aconteceu no dia 14 de maio de 2024 e contou com a participação de 22 adolescentes do Distrito Federal (DF) assistidos pela associação Ensino Social Profissionalizante (Espro). A instituição atua na inserção de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social no mercado de trabalho.



Outro evento importante, realizado pelo regional em parceria com o GETRIN-10 e com o Instituto Trabalho e Vida, foi uma palestra destinada a profissionais da área de saúde e segurança no trabalho, sobre o tema da Gestão da Saúde e da Segurança no Trabalho. O gestor Juiz João Otávio Fidanza Frota falou, no evento, sobre a interdisciplinariedade necessária à cultura prevencionista.

A palestra ocorreu no dia 25 de julho de 2024.



Destarte, ocorreu o "1º Simpósio sobre Trabalho Seguro: "Boas práticas nos serviços de saúde com foco em saúde e segurança do trabalhador". O evento foi organizado pelo Hospital das Forças Armadas - HFA em parceria com o GETRIN-10 e com o PTS da 10ª Região e aconteceu entre os dias 30 de julho e 1º de agosto de 2024.

A fala do Juiz João Otávio Fidanza Frota no evento abordou sobre a interdisciplinariedade necessária à cultura prevencionista.



Vale ressaltar, também, a ocorrência da "Mesa Redonda Saúde Mental no Trabalho & Prevenção ao Suicídio - Um diálogo Sobre Viver", evento de abertura da Campanha Setembro Amarelo no TRT-10.

Os gestores Regionais do Programa Trabalho Seguro, João Otávio Fidanza Frota e Mariana Nascimento Ferreira auxiliaram na organização do evento e participaram da mesa de abertura, com falas sobre o tema e sobre a campanha. O evento ocorreu no dia 9 de setembro de 2024.



Outra ação de destaque, realizada no âmbito do TRT 10 foi a "Campanha Abril Verde", que busca conscientizar toda a população, incluindo trabalhadores, empregadores e tomadores de serviços, em geral, tanto na esfera pública quanto privada, de que o meio ambiente de trabalho deve ser um local saudável e seguro.

Foram desenvolvidas diversas atividades em parceria com os membros do GETRIN-10 durante todo o mês de abril, além da iluminação do prédio do TRT 10 na cor verde.



Destaca-se, ainda, a produção de vídeo em homenagem ao Dia Nacional da Segurança no Trabalho, uma ação de planejamento estratégico que visa aumentar a sensibilização e a conscientização sobre a importância da segurança e saúde no local de trabalho.

O vídeo está disponível no canal do TRT 10 do YouTube e pode ser acessado por meio do QR Code:



Destarte, ocorreu a "Caminhada pela Vida - Setembro Amarelo". O evento foi organizado pelo Programa Trabalho Seguro juntamente com a Divisão de Saúde,

Escola Judicial e Associação dos Servidores do TRT-10 (ASDR). A ação ocorreu no Parque da Cidade de Brasília/DF, no dia 28 de setembro de 2024.

A conscientização e a sensibilização sobre a importância da saúde mental e da prevenção ao suicídio são os principais objetivos da Campanha de Prevenção ao Suicídio que acontece durante o mês de setembro.



Outra ação de destaque, realizada pelo TRT 10, foi a palestra a respeito da “relevância da qualidade do ensino da engenharia de segurança do trabalho no Brasil”, realizada pelo gestor regional João Otávio Fidanza Frota durante o “9º Congresso Nacional dos Docentes em Engenharia de Segurança do Trabalho”. O evento ocorreu nos dias 25 e 26 de setembro de 2024.



Destarte, foi realizado o "Encontro do Programa Trabalho Seguro do Centro-Oeste", que reuniu os Tribunais da 10ª, 18ª 23ª e 24ª Regiões, com a colaboração do Grupo Interinstitucional da 10ª Região. A ação contou com a participação do coordenador nacional do Programa Trabalho Seguro, ministro Alberto Balazeiro, e com a presença do cantor Genival Oliveira Gonçalves, conhecido como GOG.

O objetivo do encontro foi aumentar a conscientização e a prevenção de acidentes e doenças no ambiente de trabalho, bem como proporcionar a acessibilidade dos jovens à Justiça do Trabalho. O evento ocorreu no dia 11 de outubro de 2024.



Destaca-se, ainda, a gravação do primeiro episódio do *videocast* "Papo Seguro". O *videocast* é uma iniciativa do Programa Trabalho Seguro da 10ª Região e tem a finalidade de difundir ideias sobre segurança no trabalho e cultura preventiva para a população em geral, com linguagem acessível a todos os públicos. No primeiro episódio, o Gestor Regional do Programa Trabalho Seguro, Juiz João Otávio Fidanza Frota, entrevistou o ministro Alberto Bastos Balazeiro, do Tribunal Superior do Trabalho, e o Desembargador aposentado Mário Macedo Fernandes Caron, do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região.

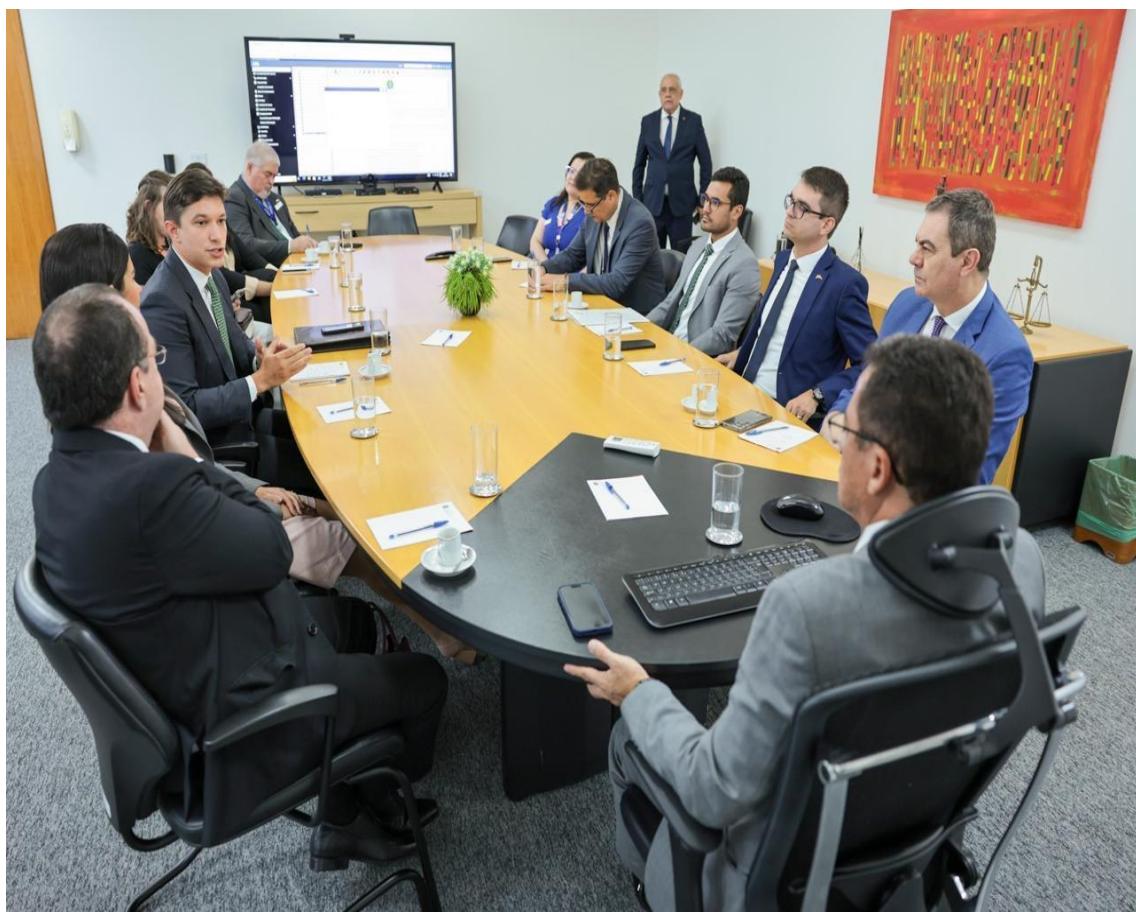
O primeiro episódio tem previsão de ir ao ar em meados de fevereiro de 2025.



Por fim, o Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região celebrou a adesão do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Distrito Federal (Senac-DF) ao Grupo Interinstitucional do Programa Trabalho Seguro da 10ª Região (GETRIN10). O termo de adesão foi assinado pelo presidente do TRT-10, Ribamar Lima Junior, pelos gestores regionais do Programa Trabalho Seguro, João Otávio Fidanza Frota e Mariana Nascimento Ferreira e pelos representantes do Senac-DF: José Aparecido da Costa Freire, presidente do Conselho Regional do Senac-DF, e Vitor de Abreu Corrêa, diretor regional da instituição.

A adesão de novos parceiros ao Getrin10 é fundamental para o fortalecimento de parcerias com outras instituições.

A adesão do Senac-DF ao Grupo Interinstitucional é uma importante estratégia para ampliar o alcance e a efetividade das ações do Programa Trabalho Seguro e ocorreu no dia 9 de dezembro de 2024.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

O **Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região** realizou três importantes ações no âmbito do Programa Trabalho Seguro. A seguir, serão apresentados resumos das iniciativas desenvolvidas:



O TRT11, por meio do Programa Trabalho Seguro (PTS), integrou-se ao projeto "Difícil Arte de Julgar" para promover a conscientização sobre trabalho seguro e saudável, especialmente durante o Abril Verde. A atividade, realizada no Centro de Convivência da Cidade Nova, envolveu uma peça teatral sobre um entregador de comida que sofreu um acidente, um desfile de estudantes com EPIs representando diversas profissões, e a apresentação do grupo Garis da Alegria. Utilizando um sistema de votação por QR Code, os alunos participaram ativamente da discussão sobre o tema, conectando o PTS ao sistema educacional e promovendo a reflexão sobre a importância da segurança e saúde no trabalho.

Em maio, em parceria com o Programa Trabalho Justiça e Cidadania da ANAMATRA, o TRT 11 realizou uma palestra para professores do SESI sobre Saúde e Segurança do Trabalho, ESG, trabalho verde e a interação trabalho-meio ambiente. O evento, ocorrido na Escola SESI Dra. Emina Barbosa Mustafa e transmitido ao vivo para outras cidades do Amazonas, teve como objetivo multiplicar o conhecimento, capacitando professores para levar esses conceitos para seus alunos, suas famílias e comunidades, promovendo assim a conscientização sobre a importância de práticas sustentáveis e de segurança no ambiente de trabalho.

O TRT11, por meio do Programa Trabalho Seguro (PTS), integrou-se ao projeto "Difícil Arte de Julgar" para promover a conscientização sobre trabalho seguro e saudável, especialmente durante o Abril Verde. A atividade, realizada no Centro de Convivência da Cidade Nova, envolveu uma peça teatral sobre um entregador de comida que sofreu um acidente, um desfile de estudantes com EPIs representando diversas profissões, e a apresentação do grupo Garis da Alegria. Utilizando um sistema de votação por QR Code, os alunos participaram ativamente da discussão sobre o tema, conectando o PTS ao sistema educacional e promovendo a reflexão sobre a importância da segurança e saúde no trabalho.



No mês de julho, foi realizada importante parceria com o Comitê de Combate ao Trabalho Escravo, o que proporcionou a realização do evento "Trabalho Decente - Diálogos para a inclusão sociolaboral do migrante e refugiado". O evento reuniu magistrados, especialistas, professores, representantes do ACNUR, sindicatos e entidades de classe para discutir a inclusão de migrantes e refugiados no mercado de trabalho de forma segura, saudável e digna. Por meio de palestras com especialistas como Fernando Xavier e Alzira Melo da Costa, e uma mesa redonda com representantes de diversas organizações, foram debatidas as dificuldades enfrentadas por esses trabalhadores, propondo soluções para sua inclusão com foco na saúde e segurança do trabalho. O evento contou com a participação de uma plateia diversificada, incluindo acadêmicos, magistrados, advogados e trabalhadores.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12^a REGIÃO

No âmbito do Programa Trabalho Seguro, o **Tribunal Regional do Trabalho da 12^a Região** realizou sessenta e três importantes ações. A seguir, apresentamos as principais iniciativas realizadas:



No dia 05 de março, foi realizada **visita ao Presídio Regional de Araranguá**. A recepção ao magistrado Ricardo Jahn foi conduzida pelo diretor do presídio, Daniel da Cunha Luiz, e pelo coordenador do setor laboral e pecúlio, João Batista Boteon. Durante o diálogo com os detentos, Dr. Jahn abordou temas como a função social do trabalho e os desafios relacionados aos acidentes laborais e suas consequências. A finalidade do PTS foi apresentada como uma

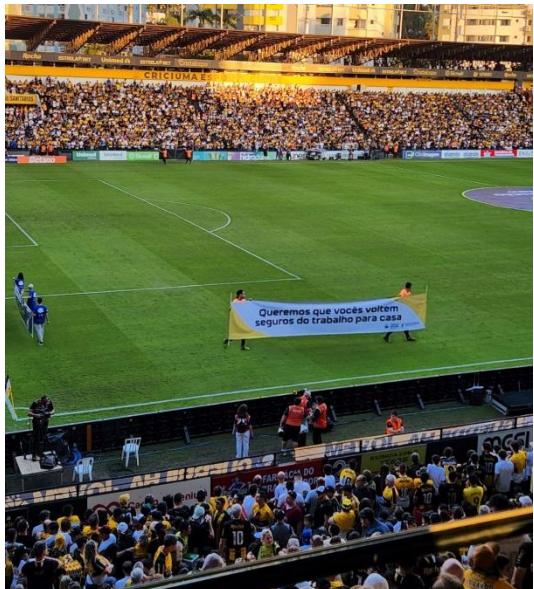
ferramenta para conscientizar os trabalhadores sobre a importância da prevenção no ambiente de trabalho.



O Programa Trabalho Seguro realizou diversas ações durante o mês de **Abril Verde** de 2024, com foco na conscientização e prevenção de acidentes e doenças do trabalho em Santa Catarina. As atividades abrangeram visitas institucionais, como a realizada à empresa AM Formaturas para tratar sobre trabalho seguro e prospecção de adesão ao programa; ampla divulgação em meios de comunicação, incluindo entrevistas em rádios como a Araranguá, Jovem Pan e

Líder FM, além do programa Bom Dia SC e participação em podcast; e ações presenciais como a blitz educativa em Luzerna, em parceria com o IFC, e a participação em seminário em Lages. A iluminação de edifícios e monumentos públicos de verde, como a Prefeitura de Florianópolis, o Fórum Trabalhista de Lages e a Figueira da Praça XV, simbolizou o comprometimento com a causa e ampliou a visibilidade da campanha, o que demonstrou um esforço significativo

para difundir a mensagem da prevenção de acidentes e doenças ocupacionais, atingindo diferentes públicos e promovendo uma maior conscientização sobre a importância do trabalho seguro em diversos setores da sociedade catarinense.



Durante o ano de 2024, o PTS aproveitou a visibilidade de jogos de futebol do Figueirense, Avaí x Santos e Criciúma para conscientizar sobre segurança e saúde no trabalho durante o Abril Verde. Utilizando faixas com a mensagem "Queremos que vocês voltem seguros para casa" e, no caso do Figueirense, crianças com capacetes verdes, o PTS atingiu um público considerável, transmitindo a importância da prevenção de acidentes. Além da conscientização, a ação no jogo do Criciúma visou também estabelecer uma futura parceria com o clube,

demonstrando a eficácia da estratégia de utilizar eventos esportivos para alcançar diferentes públicos e promover a cultura de segurança no trabalho.





Ainda, foram promovidos diversos seminários durante o ano, abordando temas relevantes de segurança e saúde no trabalho. O seminário "Trabalho Seguro e o Setor da Fruticultura da Maçã" discutiu a segurança do trabalho na fruticultura, direitos humanos e a Agenda 2030,

enquanto o "Seminário Técnico: Desafios na Gestão em SST" focou em saúde mental, boas práticas em gestão de SST e riscos químicos. Um seminário sobre a NR 36 celebrou dez anos da norma e reuniu representantes da JT, MPT, MTE, sindicatos e empresas do setor de carnes. A participação no I Seminário Abril Verde em Lages reforçou o compromisso do PTS com a conscientização e prevenção em segurança e saúde no trabalho em diferentes setores e regiões. Além disso, o 2º Encontro de Boas Práticas, realizado em Jaraguá do Sul, reuniu mais de 200 participantes para compartilhar experiências e fortalecer a cultura de prevenção em saúde e segurança do trabalho na região, consolidando o compromisso do programa com a conscientização e prevenção em diferentes setores e regiões.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13^a REGIÃO

O **Tribunal Regional do Trabalho da 13^a Região** realizou quatorze relevantes ações no âmbito do Programa Trabalho Seguro. A seguir, apresentamos as principais iniciativas realizadas:



No âmbito da **campanha Janeiro Branco**, foi realizada uma ação de conscientização sobre saúde mental no Auditório do Fórum Maximiano Figueiredo, em João Pessoa, com a **palestra do psicólogo Leonardo Abrahão**, fundador e idealizador da campanha, mediada pela juíza Rafaela Queiroz de Sá e Benevides, gestora do Programa Trabalho

Seguro. A iniciativa, promovida em conjunto pela Secretaria de Gestão de Pessoas e Pagamento de Pessoal, Coordenadoria de Saúde, Gestores do Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho e Escola Judicial, contou com transmissão remota para ampliar o acesso ao público. O evento marcou o início das ações afirmativas do Programa Trabalho Seguro, beneficiando tanto o público interno quanto externo com reflexões e orientações sobre a importância da saúde mental no ambiente de trabalho.

A **Campanha Abril Verde** foi oficialmente aberta na sede do TRT 13^a Região, com



uma coletiva de imprensa e o acendimento das **luzes na cor verde** do prédio do Tribunal e do Fórum, contando com a adesão de outros órgãos públicos estaduais e municipais e ampla divulgação na mídia do estado. O evento contou com a participação do Ministério Público do Trabalho (MPT), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e

integrantes do Grupo de Trabalho Interinstitucional (Getrin). Além disso, foi realizado um **evento científico no auditório da EJUD-13, com palestras sobre temas relevantes**: “A importância das ações de segurança e higiene do trabalho nas relações laborais”, ministrada pelo ministro do TST Alberto Balazeiro; “Segurança do Trabalho e novas tecnologias”, apresentada pelo desembargador do TRT 6^a Região, Dr. Sérgio Torres; e “Saúde Mental no Trabalho”, conduzida pela médica perita e advogada Daniela Nobre. A iniciativa reforçou a conscientização sobre saúde e segurança no trabalho, integrando ações práticas e debates técnicos para promover ambientes laborais mais seguros e saudáveis.

No dia 26 de julho, no Pleno do TRT 13, e no dia 1º de agosto, no auditório do Fórum Maximiano Figueiredo, foi realizado um evento alusivo ao **Dia Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho**, voltado para o público interno, incluindo magistrados, servidores e prestadores de serviço. O evento contou com a presença do gestor do Programa Trabalho Seguro, juiz Eduardo Souto Maior Bezerra Cavalcanti, e a participação do Engenheiro de Segurança do Trabalho Jackson Bertamoni, que abordou temas relacionados à prevenção de acidentes. Além disso, o grupo de teatro do TRT 13 realizou uma apresentação, enriquecendo o evento com uma abordagem lúdica e educativa sobre a importância da segurança no ambiente de trabalho. A iniciativa reforçou a conscientização e a promoção de práticas seguras no âmbito laboral.



A **Segunda Edição da Olimpíada Paraibana do Trabalho Seguro** ocorreu no dia 20 de setembro, na Fábrica da São Braz, iniciando com palestras de engenheiros de segurança do trabalho e juízes gestores do Programa Trabalho Seguro (PTS), com o objetivo de conscientizar os trabalhadores de forma lúdica sobre a importância da segurança no trabalho. Após as palestras, foi aplicado um quiz sobre o tema, com premiação para os vencedores, reforçando o aprendizado de maneira interativa. A edição anterior, realizada como projeto piloto em 2023, contou com a participação de funcionários da Cagepa na sede do Sesi, consolidando a Olimpíada como uma iniciativa eficaz para promover a cultura de prevenção e segurança no ambiente laboral.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14^a REGIÃO

No âmbito do Programa Trabalho Decente, o **Tribunal Regional do Trabalho da 14^a Região** adotou dez medidas concretas para fomentar a segurança e a dignidade no trabalho. Abaixo, destacam-se:



O juiz do trabalho Edilson Carlos de Souza Cortez, presidente da Comissão Regional do Programa Trabalho Seguro, participou como debatedor no evento **"Semana de Mobilização - Subnotificação e Investigação de Acidentes e Doenças Relacionadas ao Trabalho"**, realizado nos dias 4 e 5 de abril de 2024, pelo Ministério Público do Trabalho (Procuradoria do

Trabalho no Município de Ji-Paraná/RO). O evento, alusivo ao **Abril Verde**, ocorreu no auditório da Procuradoria e teve como foco a discussão sobre a subnotificação de acidentes e doenças ocupacionais, além de estratégias para investigação e prevenção desses casos, reforçando a importância da conscientização e da adoção de medidas que garantam ambientes de trabalho seguros e saudáveis.



No dia 3 de julho de 2024, o juiz do trabalho Alexandre Moreira dos Santos, membro da Comissão Regional do Trabalho Seguro, realizou palestras em alusão ao **Dia Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho** na Associação de Catadores Unidos Pela Vida e na Cooperativa Rondoniense de Catadores (Catanorte), em Porto Velho. As palestras abordaram a importância da prevenção de acidentes e doenças ocupacionais, destacando práticas seguras e saudáveis no ambiente de trabalho, com o objetivo de conscientizar e orientar os catadores sobre medidas que garantam sua segurança e bem-estar durante suas atividades laborais.

O juiz do trabalho Edilson Carlos de Souza Cortez, presidente da Comissão Regional do Programa Trabalho Seguro, participou da **20ª edição do TRT Comunidade**, realizada no dia 3 de agosto de 2024, na Escola Dr. Oswaldo Pianna, em Porto Velho/RO. Durante o evento, foram distribuídos panfletos, folders e revistas sobre segurança no trabalho, além de protetores solares, com orientações sobre a importância da prevenção do câncer de pele e a necessidade de cuidados com a saúde no ambiente laboral, reforçando a conscientização da comunidade sobre práticas seguras e saudáveis no trabalho.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Comprometido com a garantia de condições justas e seguras no trabalho, o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região realizou vinte e seis ações alinhadas ao Programa Trabalho Seguro. Destacaram-se as seguintes atividades executadas: Em alusão ao **Abril Verde**, o TRT-15 promoveu diversas atividades para conscientizar sobre saúde e segurança no trabalho, incluindo a iluminação de prédios públicos em Campinas, Ribeirão Preto e Bauru, com adesão de prefeituras e Câmaras Municipais. No dia 26 de abril, foi realizado o seminário “Trabalho Seguro: Desafios

Legislativos do Trabalho por Aplicativo e Repercussões dos Agrotóxicos no Trabalho Rural”, em referência ao Dia Nacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho. A campanha alcançou os 599 municípios do interior de São Paulo, com destaque para o **projeto-piloto em parceria com o JEIA**, que levou o conceito de trabalho decente a escolas profissionalizantes em Bauru. Além disso, a divulgação foi ampliada com artigos em jornais, entrevistas na mídia e uma fala na Tribuna Livre da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, fortalecendo o diálogo com a sociedade e difundindo boas práticas em saúde e segurança no trabalho.

Foi realizado, no mês de setembro, o **Seminário Arte e Saúde Mental**, integrado às atividades do Setembro Amarelo e organizado pelo Programa Trabalho Seguro de São Paulo (em parceria com os Comitês Regionais do Trabalho Seguro do TRT-15 e da 2ª Região) e pela Escola Judicial do TRT-15. O evento contou com a palestra “**Cuidando da Saúde Mental: Prevenção ao Suicídio e Promoção do Bem-Estar**”, ministrada pela Prof.^a Dr.^a Érica Panzani Duran, do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da FMUSP, que destacou a importância do bem-estar emocional do trabalhador como fator essencial para reduzir riscos no trabalho e promover harmonia no ambiente laboral. O seminário reforçou a necessidade de cuidar da saúde mental como parte fundamental da segurança e da qualidade de vida no trabalho.



A Câmara Municipal de Campinas aprovou, em 8 de maio, o Projeto de Lei Ordinária nº 106/2024, que institui o dia **28 de abril como o Dia Municipal da Conscientização sobre Prevenção de Doenças e Acidentes de Trabalho**, em referência à Campanha Abril Verde e ao Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho. A sessão contou com a presença de representantes do Tribunal Regional

do Trabalho da 15ª Região, que, por meio do Comitê do Trabalho Seguro, tem promovido ações de conscientização sobre o tema. Como parte da iniciativa, a Câmara aderiu à campanha iluminando sua fachada de verde e abordando o tema no Programa Questão de Ordem da TV Câmara.



A culminância do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC) na Escola Municipal Professora Elza Maria Pellegrini de Aguiar, em Campinas, ocorreu no dia **3 de dezembro de 2024**, marcando o encerramento de um ciclo de atividades que incluiu capacitação de professores e interações com alunos. O evento foi destacado pela apresentação de um filme produzido pelos estudantes, que refletiu suas compreensões sobre o tema “Trabalho Seguro”, abordando conceitos como o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), riscos no ambiente laboral e a importância de um meio ambiente de trabalho saudável. O desembargador Fábio Bueno de Aguiar, diretor cultural e de cidadania da AMATRA XV, e a juíza Marina de Siqueira Ferreira Zerbinatti, gestora regional do Programa Trabalho Seguro, estiveram presentes, ressaltando a relevância de introduzir os jovens a temas essenciais para seu futuro profissional. O evento contou com o apoio da empresa Belgo Arames, reforçando a parceria entre instituições para promover a conscientização sobre segurança e saúde no trabalho desde a base educacional.



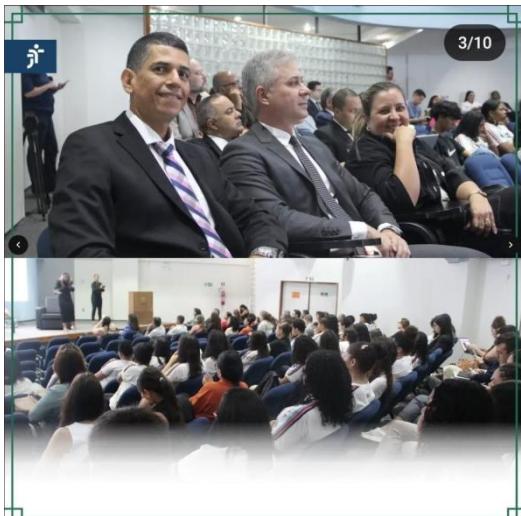
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16^a REGIÃO



Empenhado em assegurar um ambiente de trabalho digno e seguro, o **Tribunal Regional do Trabalho da 16^a Região** desenvolveu nove ações significativas no âmbito do Programa Trabalho Seguro. Destacaram-se as seguintes:

Iniciando com uma palestra sobre “LER/DORT e o Uso Excessivo de Telas”, ministrada pela fisioterapeuta Isabel Cristina Noleto Dias. O objetivo foi conscientizar servidores e o público em geral sobre os danos causados pelo uso prolongado de dispositivos eletrônicos, destacando os impactos na saúde, especialmente relacionados a Lesões por Esforço Repetitivo (LER) e Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT). O evento, que reuniu participantes presenciais no auditório da EJUD e online via plataforma Zoom, reforçou a importância da prevenção e da conscientização sobre práticas saudáveis no ambiente de trabalho.

No dia 26 de abril, foi realizado um **painel em alusão ao Dia Nacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho**, com o objetivo de capacitar os participantes sobre os direitos das vítimas de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, abordando aspectos previdenciários, reparação de danos e a importância das notificações. O evento, realizado de forma híbrida no auditório da Escola Judicial do TRT-16 e transmitido online, contou com duas palestras: a



Procuradora do Trabalho Anya Gadelha discutiu a prevenção e subnotificação de doenças e acidentes, enquanto o Juiz do Trabalho Saulo Fontes abordou os direitos assistenciais e a reparação de danos, incluindo casos de assédio e transtornos mentais. Com especialistas renomados e uma abordagem interdisciplinar, o painel capacitou magistrados, servidores, terceirizados e participantes externos, fortalecendo a cultura de prevenção e promovendo a justiça e assistência aos trabalhadores, cumprindo os objetivos de conscientização e disseminação de conhecimento para a redução de acidentes e doenças no Trabalho.

No dia 30 de julho, foi realizado o **evento “Meio Ambiente e Saúde do Trabalhador Rural: Responsabilidade Social do Agronegócio”**, em alusão ao Dia Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho, em parceria com o IFMA. O objetivo foi promover uma reflexão sobre a segurança no trabalho no setor rural e no agronegócio, reunindo magistrados, servidores, pesquisadores, trabalhadores, empregadores rurais, especialistas e estudantes do curso técnico de Segurança do Trabalho do IFMA. O evento destacou a importância da responsabilidade social e ambiental no agronegócio, incentivando práticas que garantam a saúde e a segurança dos trabalhadores rurais, além de fortalecer a conscientização sobre a prevenção de acidentes e doenças ocupacionais nesse setor.



No período de 21 a 25 de outubro de forma simultânea com a 22ª Semana de Formação de Magistrados, foi realizada a **Semana do Trabalho Decente**. Com o objetivo de debater temas que refletem os desafios contemporâneos das relações laborais, foram destacados temas como: condições de trabalho, diversidade, inclusão e enfrentamento à violência no ambiente profissional. O evento foi realizado em parceria com a Escola Judicial, no Auditório Ari Rocha no prédio sede do TRT 16, em São Luís/MA.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO

O Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região, visando a promoção de condições laborais seguras e justas, realizou seis ações no âmbito do Programa Trabalho Seguro. A seguir, serão apresentados resumos das principais iniciativas desenvolvidas:

Em março, o Programa Trabalho Seguro (PTS) promoveu o **lançamento do documentário Servidão, no Cine Jardins**, em parceria com o Ministério Público do Trabalho, seguido de uma roda de conversa com o diretor Renato Barbieri e o trabalhador ex-escravizado Marinalvo. Ainda no mesmo mês, a gestora regional do PTS, Juíza Germana de Morelo, participou do **seminário “O pacto do trabalho decente e mecanização na cafeicultura”**, em Linhares, promovido pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego.

O TRT-17 aderiu à **Campanha Abril Verde** com a iluminação em verde de prédios públicos, como o TRT, a Assembleia e a Findes. O mês também contou com a participação em um webinário sobre saúde mental, realizado pelo Cerest, e um seminário promovido pelo Getrin na EJUD, com diversos palestrantes. A gestora Germana de Morelo concedeu entrevistas sobre o Abril Verde, e o documental *Servidão* foi exibido novamente, seguido de um painel com a Presidente do TRT-17, Desembargadora Daniele Santa Catarina, e o Auditor Fiscal do Trabalho Rodrigo de Carvalho, além de uma roda de conversa mediada pela Juíza Germana de Morelo.



Em novembro, o PTS participou do **Congresso Internacional "O trabalho no século XXI: Diálogos Transdisciplinares no Enfrentamento dos Desafios Globais"**, com um painel sobre meio ambiente do trabalho, que incluiu palestras do Dr. Giuseppe Ludovico (Itália), do Ministro Augusto César Leite de Carvalho (TST) e do Dr. Alexandre Samy de Castro (IPEA). Além disso, o PTS adquiriu 16 fotos do jornalista João Ripper, retratando o trabalho escravo contemporâneo, para uma exposição itinerante que visa conscientizar sobre a necessidade de trabalho decente, integrando o acervo permanente do TRT-17.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18^a REGIÃO

O **Tribunal Regional do Trabalho da 18^a Região** buscou a promoção do trabalho seguro por meio de diversas ações. Seguem abaixo as iniciativas realizadas:

A **Campanha Abril Verde** inseriu o TRT-18 na agenda nacional de conscientização sobre segurança e saúde do trabalhador, com ações como a entrega de laços verdes, iluminação dos prédios na cor verde e divulgação nas redes sociais. A iniciativa sensibilizou trabalhadores, empresários, sindicatos e governos sobre a necessidade de investir em ambientes de trabalho seguros e saudáveis, destacando a prevenção de acidentes e doenças ocupacionais evitáveis. O diferencial da campanha foi promover a conscientização de forma prática e visível, reforçando a importância da prevenção e engajando a sociedade nessa causa essencial.

O Projeto Café Seguro teve como objetivo promover o diálogo sobre a prevenção de acidentes de trabalho, aproximando a Justiça do Trabalho de empresas e trabalhadores, com edições realizadas em Goiânia (Enec Engenharia) e Senador Canedo (Jaepel Papeis e Embalagens). A iniciativa ocorrida nos dias 1^a de março e 20 de setembro levou informações diretamente ao ambiente laboral, incentivando a responsabilidade coletiva pela saúde e segurança no trabalho, conforme destacou o coordenador



do Programa. O diferencial do projeto foi a abordagem *in loco*, permitindo um diálogo franco e eficaz com empregados e empregadores, gerando benefício a centenas de pessoas e fortalecendo a conscientização sobre a importância da prevenção.

A ação 3º Pedal Seguro - TRT Goiás teve como objetivo sensibilizar o público interno e a sociedade sobre a prevenção de acidentes e doenças ocupacionais, promovendo a conscientização por meio de práticas sustentáveis e esportivas. Realizada em Goiânia e cidades vizinhas, a iniciativa destacou-se por integrar a mensagem de cuidado com a vida à valorização da natureza, incentivando a prática de atividades físicas e a preservação do bioma cerrado. Além de reforçar a importância da saúde e segurança no trabalho, o evento contribuiu para o bem-estar físico e mental dos participantes, aliando conscientização e sustentabilidade.





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

No contexto do Programa Trabalho Seguro, o **Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região** implementou treze

medidas para garantir a segurança e a dignidade no trabalho. A seguir, serão detalhadas ações que se destacaram:

A participação do Programa Trabalho Seguro no **Seminário Abril Verde 2024**, realizado em Maceió, reforçou o compromisso do TRT-19 com a promoção da saúde e segurança no trabalho. O evento, que reuniu trabalhadores, empregadores, gestores públicos e especialistas, serviu como plataforma para disseminar boas práticas preventivas e conscientizar sobre os impactos econômicos, sociais e humanos de condições laborais inseguras. A atuação do TRT-19 focou em fortalecer parcerias interinstitucionais, ampliar a visibilidade do Programa Trabalho Seguro e promover uma cultura de prevenção, alinhada aos objetivos do movimento Abril Verde. Além disso, a iluminação verde dos prédios do TRT-19 e do MPT-AL durante o mês de abril simbolizou o engajamento na campanha, destacando a importância de ambientes de trabalho seguros e saudáveis. Durante o seminário, foram apresentados debates sobre temas como terceirização, informalidade e políticas públicas de prevenção, com a presença do ministro do TST Alberto Balazeiro.

Os objetivos centrais foram sensibilizar a sociedade sobre a necessidade de ambientes laborais seguros, divulgar boas práticas, integrar ações entre órgãos públicos e entidades, e propor medidas concretas para combater acidentes e doenças relacionadas ao trabalho em Alagoas.



A participação do TRT-19 na **audiência pública do Abril Verde**, ocorrida no dia 19 de abril, por meio do Programa Trabalho Seguro, reforçou seu compromisso com a promoção da justiça social e da dignidade no trabalho. O evento, realizado em parceria com órgãos públicos e entidades representativas, discutiu estratégias para a saúde e segurança no trabalho, com destaque para o debate sobre acidentes na

terceirização e informalidade, liderado pelo ministro do TST Alberto Balazeiro. Os objetivos incluíram conscientizar empregadores e trabalhadores sobre ambientes seguros, divulgar boas práticas, integrar ações entre instituições e propor medidas

concretas para combater acidentes e doenças ocupacionais em Alagoas.



atenção da sociedade para o tema, promover a conscientização a respeito do assunto e contribuir para o desenvolvimento de uma cultura de prevenção de acidentes. No evento, foram selecionados vídeos de alunos do Curso Técnico de Segurança do Trabalho do Instituto Federal de Alagoas situado nos municípios de Maceió, Palmeira dos Índios e São Miguel dos Campos, considerando o tema e critérios estabelecidos neste regulamento, como forma de fomentar a pesquisa, a criatividade, a originalidade, o raciocínio, o interesse pelo assunto proposto, além de promover a reflexão e o debate, valorizando o vídeo reflexivo sobre o tema "Trabalhadores informais e o risco de acidentes".

O TRT-19, em parceria com a ASSTRA XIX (Servidores da Justiça do Trabalho da 19ª Região), promoveu um **evento esportivo e educativo com foco na prevenção de acidentes de trabalho, erradicação do trabalho infantil e combate ao trabalho escravo**, oferecendo provas de caminhada, corrida (5 km, 10 km) e uma corrida infantil. A iniciativa contou com o apoio de instituições como o Sesc e a Secretaria de Estado da Primeira Infância, que proporcionaram atividades de bem-estar e recreação, além de reforçar a sustentabilidade com a destinação de materiais recicláveis a uma ONG parceira. O evento também teve um caráter solidário, arrecadando 1,2 tonelada de alimentos para o programa Alagoas Sem Fome e o Mesa Brasil, além de doar tênis, kits de corrida e shorts para crianças e adolescentes de instituições locais, unindo esporte, educação e responsabilidade social.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO

No âmbito do Programa Trabalho Seguro, o **Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região** adotou seis ações concretas para fomentar a segurança e a dignidade no trabalho. Abaixo, ressaltamos as seguintes atividades:

No dia 1º de abril de 2024, foi lançada a **Campanha Abril Verde** na sede do Ministério Público do Trabalho de Sergipe (MPT-SE), com o objetivo de promover ambientes de trabalho seguros e saudáveis.



A iniciativa, liderada pelo Grupo de Trabalho Interinstitucional da 20ª Região (Getrin20) e apoiada pelo TRT da 20ª Região (TRT/SE), destacou a importância da prevenção de acidentes e doenças ocupacionais, incluindo aspectos físicos e mentais. A desembargadora Vilma Amorim, coordenadora do Getrin20, alertou sobre a subnotificação de casos e a necessidade de fortalecer as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (Cipas) para lidar com esses desafios.

O evento reuniu representantes de instituições públicas, privadas e sindicatos, reforçando a importância da notificação de acidentes para embasar ações preventivas e melhorar a saúde do trabalhador.

No dia 25 de julho de 2024, o **3º Seminário Integrado sobre Saúde e Segurança do Trabalho: "Diversidade no Trabalho - Saúde vs Preconceito"** foi realizado no auditório da Faculdade Estácio de Sá, em Aracaju, promovido pelo Cerest Estadual com apoio do Getrin-20, em alusão ao Dia Nacional da Prevenção de Acidentes de Trabalho (27 de julho). O evento, com o tema central “Trabalho diverso, seguro e saudável”, reuniu especialistas, representantes de sindicatos e entidades para debater a importância de práticas que reduzam acidentes e doenças ocupacionais, além de combater preconceitos e promover ambientes de trabalho inclusivos. Foram apresentados três painéis abordando saúde no trabalho em relação a gênero, diversidade organizacional e preconceito racial e étnico, destacando a necessidade de combater assédio, discriminação e garantir um ambiente laboral seguro e saudável para todos os trabalhadores.



O Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região realizou no dia 30 de setembro a **Roda de Conversa “Como lidar com a depressão, perdas e luto”**, encerrando as atividades do Setembro Amarelo. O evento, promovido pela Secretaria de Gestão de Pessoas, Programa Trabalho Seguro (PTS), Getrin-20 e Subcomitês de Prevenção ao Assédio e Discriminação, teve como objetivo debater temas delicados relacionados à saúde mental, destacando a importância do autocuidado e do apoio mútuo. A juíza Júlia Borba Costa Noronha conduziu o encontro, que contou com a participação da desembargadora Vilma Amorim, do psicólogo Thiago Lima e do psiquiatra Antônio Bittencourt, além da voluntária Erna Barros, do CVV, que reforçou a importância da prevenção ao suicídio e do apoio emocional. A ação buscou conscientizar sobre os impactos do ambiente de trabalho na saúde mental, abordando fatores de risco, transtornos psiquiátricos e a necessidade de acolhimento, deixando um canal aberto para discussões sobre o tema no âmbito institucional.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

O **Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região** buscou a promoção do trabalho seguro por meio de sete ações. Destacaram-se as seguintes iniciativas:

No âmbito da **Campanha Abril Verde 2024**, o TRT da 21ª Região promoveu ações nas cidades de Natal e Mossoró, reunindo membros do Grupo de Trabalho Interinstitucional (Getrin) e o público geral para conscientizar sobre a importância da segurança e saúde no trabalho.



O **Concurso Trabalho Seguro de Desenho**, realizado em parceria com a Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 21ª Região (Amatra 21), foi uma iniciativa voltada para alunos da rede estadual de ensino médio do Rio Grande do Norte, com o objetivo de promover a conscientização sobre segurança e saúde no trabalho de forma criativa e educativa. Os estudantes foram incentivados a expressar, por meio de desenhos, sua visão sobre a importância da prevenção de acidentes e doenças ocupacionais, refletindo temas como ambientes laborais seguros e direitos dos trabalhadores. A ação, alinhada ao Programa Trabalho Seguro do TRT-21, buscou engajar os jovens na discussão sobre trabalho decente, fortalecendo a cultura de prevenção desde a base educacional e destacando o papel da Justiça do Trabalho na promoção de condições dignas e seguras no ambiente de trabalho.



No dia 26 de julho de 2024, o TRT da 21ª Região realizou um **seminário em alusão ao Dia Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho**,



na Escola Judicial (Ejud 21), com foco no tema "O uso de agrotóxicos na lavoura e seus impactos na saúde e segurança do trabalhador rural". O evento reuniu servidores, magistrados, procuradores e o público em geral, abordando os riscos associados à exposição a agrotóxicos, as medidas de prevenção e as implicações legais e sociais desse problema. Com palestras de

especialistas em saúde ocupacional, direito trabalhista e meio ambiente, o seminário destacou a necessidade de políticas públicas e práticas agrícolas mais seguras, reforçando o compromisso do TRT-21 com a proteção dos direitos e da saúde dos trabalhadores rurais, além de promover a conscientização sobre a importância de ambientes laborais livres de riscos.

O **Seminário Anual do Trabalho Seguro**, realizado em parceria com os membros do Grupo de Trabalho Interinstitucional (Getrin), ocorreu no auditório do CREA-RN e reuniu aproximadamente 120 participantes, incluindo público interno e externo do TRT da 21ª Região. O evento científico abordou os temas centrais da campanha bienal do Programa Trabalho Seguro, com palestras e debates sobre saúde, segurança no trabalho e prevenção de acidentes e doenças ocupacionais. Especialistas de diversas áreas, como direito, engenharia de segurança e saúde

ocupacional, compartilharam conhecimentos e experiências, reforçando a importância da atuação integrada entre instituições para promover ambientes laborais mais seguros.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

No contexto do Programa Trabalho Seguro, o **Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região** realizou **campanhas com o Tema: Prevenção de Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais - Trabalho Seguro**, veiculados nos canais internos e externos de comunicação do Tribunal, com transmissão pela Coordenadoria de Comunicação social do órgão. O evento contou com palestras, atendimento ao público com ações de saúde visando a prevenção de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, ações de marketing nos veículos de locomoção intermunicipais de Cuiabá e ação de mídia no Shopping Pantanal.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

O **Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região** buscou a promoção do trabalho seguro por meio de cinco ações. A seguir, apresentamos as principais iniciativas realizadas:

O **2º Encontro Estadual de Segurança e Saúde do Trabalho de Mato Grosso do Sul**, promovido pelo TRT da 24ª Região no dia 26 de abril, teve como objetivo principal promover ações voltadas à segurança no ambiente de trabalho, reforçando que o trabalho deve ser um meio de dignificação humana e realizado em condições seguras. O evento contou com painéis que abordaram temas relevantes, como o Programa de Gerenciamento de Riscos no Trabalho Rural e as alterações da NR 36, apresentado por Mauri Marques Muller e debatido pelo auditor fiscal Wallace Faria Pacheco. No período da tarde, os painéis discutiram o direito a um ambiente de trabalho seguro para trabalhadores com deficiência ou reabilitados, a busca por um meio ambiente laboral hígido e seguro e o papel da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) na prevenção e combate ao assédio moral e na promoção da saúde mental. O encontro destacou a importância de práticas preventivas e da colaboração entre instituições para

garantir ambientes de trabalho seguros e saudáveis, alinhados às diretrizes do Programa Trabalho Seguro, no âmbito do TRT-24.



Durante o **Abril Verde 2024**, o TRT da 24ª Região (MS) promoveu ações de conscientização sobre segurança e saúde no trabalho, incluindo a iluminação das fachadas do prédio-sede do TRT/MS e do Fórum Trabalhista na cor verde, simbolizando o compromisso com a prevenção de acidentes e doenças ocupacionais. Além disso, foram veiculadas placas de outdoor em pontos estratégicos da cidade, ampliando a visibilidade da campanha e engajando a sociedade na importância de ambientes laborais seguros e saudáveis. Essas iniciativas reforçaram a mensagem de que a prevenção é essencial para garantir o bem-estar dos trabalhadores, destacando o papel do TRT-24 na promoção do trabalho decente e na conscientização sobre os riscos associados ao ambiente de trabalho.



O **Evento sobre Acidente de Trabalho e Saúde Mental**, promovido pelo TRT da 24ª Região (MS) no dia 20 de setembro, teve como objetivo principal conscientizar, educar e promover a reflexão sobre os impactos dos acidentes de trabalho na saúde mental dos trabalhadores, além de discutir estratégias de prevenção e apoio psicológico. O evento contou com duas palestras: a primeira abordou a responsabilidade civil nas jurisprudências do Tribunal Superior do Trabalho (TST) em casos de acidentes de trabalho, destacando aspectos jurídicos e reparatórios; a segunda, intitulada “Um mundo em transição: Síndrome de Burnout e Trabalho”, explorou os desafios contemporâneos relacionados ao esgotamento profissional e suas implicações na saúde mental.





PROGRAMA DE EQUIDADE DE RACA, GÊNERO E DIVERSIDADE DA JUSTIÇA DO TRABALHO



PROGRAMA
DE EQUIDADE

Programa de Equidade de
Raça, Gênero e Diversidade
da Justiça do Trabalho

Mensagem da Coordenadora do Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade

O Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade, institucionalizado por meio da Resolução CSJT N.º 368, de 27 de outubro de 2023, é uma iniciativa do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). Proposto pelo Grupo de Trabalho instituído pelo Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 85, de 11 de novembro de 2022, o aludido Programa possui o objetivo de afirmar o compromisso contínuo com a busca pela promoção da equidade de raça, gênero, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, etária e de pessoas com deficiência, bem como das demais dimensões da diversidade nas relações sociais e de trabalho, no âmbito da Justiça do Trabalho. O Programa se alinha com a Agenda 2030 da ONU e reorienta práticas internas, além de parcerias e realizações externas, que contribuem para o aperfeiçoamento do Poder Judiciário Trabalhista.

Observado o escopo do Programa, foram apresentadas, discutidas e concretizadas propostas de implementação de campanhas, eventos e outras medidas preventivas de sensibilização; providenciada a inclusão dos conteúdos correlatos a este Programa nos currículos de aperfeiçoamento, capacitação inicial e continuada, especialmente nos programas de formação de magistrados (as) e gestores(as); formalizadas parcerias com instituições públicas e privadas relevantes para o cumprimento dos objetivos do Programa; observada a garantia da equidade de gênero em todas as instâncias, grupos de trabalho, comitês, subcomitês e, sempre que possível, de raça, na sua composição, ressaltando-se os colegiados cujos membros sejam elegíveis ou cuja composição esteja prevista regimentalmente; promovidos cursos de qualificação com o potencial de equalizar oportunidades de provimento de funções gratificadas e cargos em comissão por pessoas pertencentes a grupos de sub-representações; e realizado o monitoramento da eficácia deste Programa, com a definição e o acompanhamento de indicadores e de metas a serem implementadas.

Neste sentido, apresentamos o relatório com as principais ações que nortearam as discussões no país. Foram realizadas ações formativas, como: seminários, rodas de conversas, letramento, participações em ações e em parcerias institucionais; assinaturas de instrumentos institucionais para fomento dos objetivos do programa; concessão de entrevistas a veículos importantes de comunicação no país.

Iniciativas em todos os Tribunais mostra o grande engajamento na temática e reforça a importância do Programa para garantia das políticas judiciais que engrandecem a Justiça do Trabalho e reforça o papel constitucional do Tribunal da Justiça Social.

Maria Helena Mallmann
Ministra Coordenadora-Geral do Programa

Ações da Comissão Nacional do Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade

Com o objetivo de provocar reflexões sobre o direito do trabalho a partir da diversidade, o Programa de Equidade realizou, com o apoio do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Assessores e Servidores do Tribunal Superior do Trabalho (CEFAST), o curso “Letramento em Diversidade: (re) pensando o Direito do Trabalho a partir dos Territórios”. O curso foi dividido em 5 etapas e discutiu as seguintes temáticas:

O que o Direito do Trabalho aprendeu com as ruas?

A aula foi realizada no dia 4 de março de 2024 e os docentes convidados foram: Dr. José Geraldo de Souza Júnior (Professor aposentado da Universidade de Brasília), Maurício Terena (Coordenador da APIB – Brasília), Vercilene Dias (Comunidade Kalunga – Goiás), Robeyoncé (Representante da comunidade LGBT) e Dr. Ricardo Tadeu (Desembargador do TRT da 9ª Região).



O que o Direito do Trabalho tem a aprender com os povos indígenas?

A aula ocorreu no dia 25 de abril, foi mediada pelo Juiz Jônatas dos Santos Andrade, do Conselho Nacional de Justiça e contou com a participação dos seguintes docentes: Janina Karipuna (Professora da Universidade Federal do Amapá e indígena do povo Karipuna), Cris Julião Pankararu (Líder indígena do povo Pankararu) e Paulo Celso de Oliveira (Advogado e indígena do povo Pankararu).



Como a diversidade pode contribuir para relações de trabalho mais saudáveis?

A aula aconteceu no dia 9 de maio de 2024, na Maloca do Centro de Convivência Multicultural dos Povos Indígenas da Universidade de Brasília (UnB), e foi conduzido pelas seguintes docentes: Manu Tuyuka (Presidente da Associação dos Acadêmicos indígenas da Universidade de Brasília), Maíra Pankararu (Mestra em Direito) e Thaynara Xerente (Psicóloga, Pós-graduanda em Psicologia Social e Comunidades).



O que o Direito do Trabalho tem a aprender com as pessoas travestis e transexuais?

O evento ocorreu na cidade de Goiânia, durante os dias 24 e 25 de junho de 2024. Foram realizadas oficinas, rodas de conversa e a apresentação do Projeto de Empregabilidade “Mais um sem dor”, coordenado pelo MPT GO. Dentre os convidados, estiveram presentes os docentes: Letícia Carolina Nascimento (Professora da UFPI), Ludymilla Anderson Santiago Carlos (Assessora parlamentar no DF e ativista), Clarisse Mack (Bacharel em direito e militante Trans), Cristiany Beatriz (Rede de Pessoas Travestis e Trans do Brasil) e Leonora Bittencourt (Educadora Social, Ativista Organizada na ABGLT) e também promoveu 1^a reunião presencial com os gestores nacionais e regionais do programa.



O que o Direito do Trabalho tem a aprender com as Comunidades Quilombolas?

A última aula do curso ocorreu no dia 13 de agosto de 2024, no Museu Vivo da Memória Candanga e os docentes convidados foram: Dra. Karoline Bezerra Maia (Promotora de Justiça do MPPA) e Rodrigo Portela Gomes (Professor Adjunto da UFPB. Doutor em Direito, Estado e Constituição pela UnB).



O Tribunal Superior do Trabalho realizou o Seminário “Violências de Gênero e Trabalho”, que tem como objetivo discutir as intersecções e as formas em que essas violências ocorrem e seus impactos nas trajetórias profissionais de mulheres. O evento é uma iniciativa do Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade da Justiça do Trabalho.



A Justiça do Trabalho lançou três protocolos de julgamento que orientam a magistratura trabalhista a considerar, em suas decisões, desigualdades históricas e estruturais. Abordando temas como diversidade, inclusão, combate ao trabalho escravo contemporâneo e ao trabalho infantil, o documento busca incentivar julgamentos sem preconceitos e com atenção às particularidades das partes envolvidas. Trata-se de instrumentos voltados à superação das desigualdades e de todas as formas de discriminação, incorporando a gramática dos direitos humanos para todas as pessoas.

O primeiro documento é o Protocolo para Atuação e Julgamento com Perspectiva Antidiscriminatória, Interseccional e Inclusiva, que aborda as questões de gênero e sexualidade, raça e etnia e pessoa com deficiência e idosa. O segundo é o Protocolo para Atuação e Julgamento com Perspectiva da Infância e da Adolescência, e o terceiro é o Protocolo para Atuação e Julgamento com Perspectiva de Enfrentamento do Trabalho Escravo Contemporâneo.



Acesse o documento na íntegra:



Ações das Comissões Regionais do Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade

O Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região realizou um compilado de ações que resultaram em **12 projetos**, que buscaram viabilizar a escuta, a reflexão e o debate no âmbito judiciário. Dentre essas ações, destacam-se as seguintes:



“II Feira de Empreendedorismo Negro”, que teve o intuito de proporcionar às empreendedoras negras a oportunidade de apresentar suas artes, talentos e trabalhos, promovendo, assim, visibilidade em um ambiente diferenciado, frequentado por profissionais do sistema do poder judiciário.

A **segunda** ação contou com o projeto “Assédio e Discriminação: O Cativeiro Contemporâneo” que realizou a exposição do Filme Pureza e Roda de conversa com o Diretor Renato Barbieri e a Palestra com o Ministro Augusto César Leite de Carvalho, no qual teve a parceria com a Amatra 1.





Outra ação realizada foi a designação do nome da primeira advogada brasileira negra ao prédio do TRT-RJ com objetivo de trazer uma carga simbólica e política, assim valorizando a representatividade da mulher negra que se destacou na luta antirracista no País.



A **quarta** ação promoveu celebrações ao mês do Orgulho LGBTQIAPN+, que contou com iluminuras no prédio do TRT e uma roda de conversa "Orgulho: Estórias de Cidadania e Empregabilidade LGBTQIAPN+.





A **quinta** ação apresentou palestras sobre a sobre a Política de Equidade Racial do TRT-1, ministradas pelos integrantes do Subcomitê de Equidade Racial, no Curso de Aperfeiçoamento da Polícia Judicial do Programa de Reciclagem Anual (PRA), para proporcionar aos Agentes de Polícia Judiciária os conhecimentos aplicados à realização efetiva de suas tarefas, conforme as melhores práticas da área.



Com o objetivo de promover o debate e reflexão sobre a discriminação no trabalho em suas diversas acepções e possíveis ações para combatê-la, foi feita a ação “As diretrizes antidiscriminatórias na Justiça do Trabalho”, que também contou com visitas guiadas ao Cais do Valongo e ao Movimento Unido dos Camelôs.





Viabilizando o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência foi exibido o documentário "Assexibilidade" e em seguida teve uma roda de conversa, com o objetivo de abordar essa questão importante.



E, por fim, a 1ª Roda de Conversa Feminina, em parceria com a Ouvidoria da Mulher, abordou o tema: "Como Equilibrar Carreira e Vida Pessoal", visando criar um espaço seguro e acolhedor, onde as vozes femininas possam ser ouvidas, respeitadas e valorizadas.



Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

No **TRT-2**, foram implementadas 10 iniciativas relevantes para fomentar o debate, a reflexão e o enfrentamento de questões essenciais para a Justiça do Trabalho. Dentre essas ações, destacam-se as seguintes:

A primeira ação de destaque ocorreu uma Parceria em Diversidade Corporativa com o CEERT - Centro de Estudos das Relações e Desigualdades, com o objetivo ampliar conhecimento e consciência sobre diversidade, promover engajamento e mudança de cultura, implantar efetivamente a equidade material, diminuir as desigualdades, a discriminação e assédio contra servidoras, servidores, magistradas, magistrados, estagiárias, estagiários, trabalhadoras e trabalhadores de empresas terceirizadas.

Outra iniciativa de grande impacto foi os eventos em parceria com a EJUD2, com tradução em Libras e recursos de acessibilidade. As palestras abordaram datas comemorativas do Calendário da Diversidade, com destaque para temas como a Consciência Negra, o Dia Internacional das Pessoas Idosas, o Dia do(a) Nordestino(a), a Visibilidade Lésbica, os Povos Indígenas, Tereza de Benguela e a Mulher Negra, o Orgulho LGBTQIAP+, e a Liberdade Religiosa. As atividades incluíram seminários, painéis e simpósios com especialistas, ativistas e líderes de diversas áreas. Também houve capacitação sobre diversidade LGBTQIAP+, com foco em linguagem inclusiva e acessibilidade, além de uma distribuição de materiais educativos e simbólicos, como cordões temáticos e cartilhas.





Os membros do Comitê Regional do TRT-2 participaram de diversos eventos externos, representando o Comitê e o tribunal para divulgar boas práticas de diversidade e inclusão. O coordenador Juiz Roberto Vieira de Almeida Rezende palestrou no Seminário de Gêneros e

Sexualidades (novembro de 2023), abordando a construção social da sexualidade binária. Filipe Gioielli Mafalda participou do XXIX Congresso Internacional do CLAD, destacando as práticas do Judiciário Trabalhista e propondo foco em grupos vulneráveis. Adriana Domanoski Gurniak apresentou dados sobre diversidade no TRT-2 no Encontro de Administração da Justiça 2024. Filipe também esteve no podcast "Círculos de Conversa", discutindo a Visibilidade LGBTQIAPN+ no Judiciário, e na XXIV Plenária da FENAJUFE, compartilhando o relatório de diversidade do TRT-2. Essas participações ajudaram a fortalecer o compromisso do tribunal com a diversidade.

Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região



O **TRT-3** contou com 52 ações, nas quais abrangeram a diversidade, a representação e a reflexão decorrente do Programa de Equidade. Com isso, as ações realçadas são as seguintes:

A roda de conversa sobre "Coletivo feminino e feminicídio" em BH contou com palestras de Liliane Cristina Martins, que discutiu as interseccionalidades

entre gênero, raça e classe no feminicídio, e de Gláucia de Fátima Batista, que trouxe dados alarmantes sobre Minas Gerais ser o segundo estado com mais casos de feminicídio. Cláudia Andréa Mayorga Borges compartilhou sua trajetória como pesquisadora feminista, e Adriana Goulart Sena Orsini mediaram o evento. Ao final, houve interação entre as palestrantes e os participantes.

Realizou também o seminário “Julgamento sob perspectiva de gênero” com abertura no auditório da Escola Judicial do TRT-MG, com palestras da deputada Duda Salabert e da desembargadora Salise Monteiro Sanchotene. O evento, voltado para magistrados e servidores, discutiu temas como exclusão e violência contra travestis e transexuais no mercado de trabalho, e a importância de adotar a perspectiva de gênero no Judiciário. Duda Salabert enfatizou a urgência de políticas públicas para o público LGBTQIAPN+, enquanto Salise Sanchotene apresentou a resolução 492/2023, que propõe a aplicação dessa perspectiva nos julgamentos. O seminário foi uma iniciativa da Escola Judicial em parceria com o Comitê Gestor Regional do Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade.



Como iniciativa do TRT-3, durante o Curso de Formação Inicial dos 30 novos juízes empossados em 26 de julho, gestores dos Programas de Combate ao Trabalho Infantil, Trabalho Seguro, Enfrentamento ao Trabalho Escravo, Tráfico de Pessoas, Proteção ao Trabalho do Migrante e Equidade de Raça, Gênero e Diversidade realizaram palestras. A formação começou com o Módulo Regional, que foi em 9 de agosto, e inclui magistrados de outras regionais. Entre 12 de agosto e 6 de setembro, os juízes participaram do Módulo Nacional em Brasília, promovido pela Enamat, e depois retornaram a Belo Horizonte para finalizar o Módulo Regional até outubro.



A 2ª Caminhada pelo Trabalho Decente e Saúde, promovida pelo TRT-MG, contou com a participação de cerca de 2 mil pessoas. A presidente do regional, desembargadora Denise Alves Horta, destacou a importância do evento para promover saúde e integração social. A caminhada de 3 quilômetros,

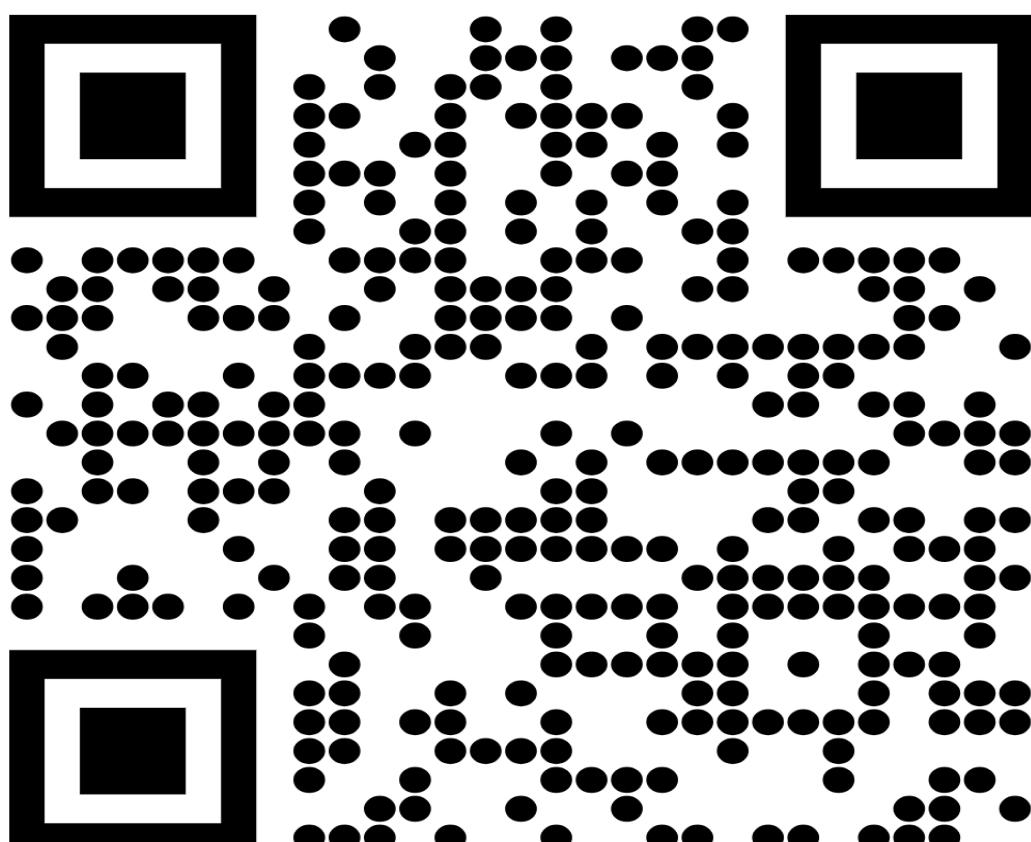
realizada no bairro Funcionários em Belo Horizonte, reuniu magistrados, servidores, terceirizados e a comunidade. Além do percurso, os participantes receberam camisas, medalhas, água, lanche e realizaram alongamento e relaxamento. O evento é uma iniciativa dos programas institucionais do CSJT, com ênfase na promoção do trabalho decente e saúde no ambiente laboral.

Ainda na temática de Promoção do Trabalho decente, o **TRT-3** realizou o **2º Seminário Trabalho Decente, realizado na Escola Judicial do TRT-MG**, no qual abordou temas como inclusão, trabalho seguro e combate ao trabalho infantil e escravo. O evento contou com um ciclo de cinco palestras e teve a participação de magistrados, servidores, alunos de cursos técnicos e público externo, tanto presencial quanto online. A presidente do TRT-MG, desembargadora Denise Alves Horta, destacou a importância de debater os desafios sociais, como a exploração e a desigualdade no trabalho. As palestras focaram na equidade, com destaque para a atuação com perspectiva interseccional de gênero. A mesa de honra incluiu representantes de diversas entidades, como o Ministério Público do Trabalho e o Ministério do Trabalho e Emprego.



Ainda no âmbito do **TRT-3**, foram produzidos 7 vídeos curtos, 2 no estilo tradicional com atores, 5 de animação no estilo Motion Graphic Collage (colagem animada com recorte de figuras), abordando situações cotidianas de preconceito e discriminação que ainda persistem no ambiente de trabalho e na sociedade sobre: racismo, homofobia/transfobia, misoginia, preconceito contra pessoas com deficiência e etarismo. As cenas serão diretas, realistas e impactantes que retratam momentos de micro agressões e discriminação sutis cotidianas, infelizmente. A distribuição dos vídeos ocorrerá mensalmente, um vídeo por vez, a fim de que o público seja adequadamente atingido em cada temática e se sensibilize sobre a urgência de se combater o preconceito e discriminação, promovendo um ambiente de trabalho mais inclusivo e respeitoso.

Acesse o vídeo na íntegra:





Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região

O TRT-4 contou com 26 ações, nas quais focaram em abranger a inclusão, a diversidade e palestras decorrentes do Programa de Equidade. Com isso, as ações realçadas são as seguintes:

A Festa Cultural da Diversidade foi uma celebração do compromisso institucional com a promoção da equidade de gênero, raça, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, geracional, etária e de pessoas com deficiência. O evento também destacou as ações em andamento para promover a diversidade nas relações sociais e de trabalho no Tribunal.

Além disso, o 6º Fórum Aberto de Educação Antirracista, promovido pela Escola Judicial do TRT-4 em parceria com o Coletivo de Servidoras Negras e Servidores Negros, teve como tema "A Negritude Gaúcha (R)Existe!". O evento buscou promover a educação antirracista, estimulando o pensamento crítico sobre racismo estrutural, racismo ambiental, políticas públicas antirracistas e a ancestralidade negra em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul. O objetivo foi incentivar reflexões sobre como contribuir para a construção de uma sociedade antirracista.





AdeMais, A Jornada de Direito Antidiscriminatório, com o tema "Unir Diversidades e Construir um Futuro sem Preconceito", foi composta por palestras que abordaram diversas formas de discriminação. O

foco incluiu a intersecção de identidades sociais e as barreiras enfrentadas por pessoas com deficiência, idosos e pessoas trans, além de discutir a discriminação racial. Também foram analisados os avanços no Direito Antidiscriminatório, decisões judiciais recentes e a conscientização sobre os estereótipos, seus significados e consequências.



Em entrevista à Secretaria de Comunicação do TRT da 4ª Região, a cogestora Lúcia Rodrigues de Matos explicou a utilização dos Protocolos para Atuação e Julgamento na Justiça do Trabalho. Ela destacou que esses protocolos superam a visão de um "sujeito neutro e universal", ao reconhecer e compreender a diversidade da classe trabalhadora e suas vivências. A proposta é adotar uma perspectiva antidiscriminatória, interseccional e inclusiva, que considera as assimetrias

estruturais, discriminações e exclusões históricas presentes no contexto laboral.

O projeto **“Sustentando os pilares do mundo: oficina de leitura e escrita com mulheres do TRT da 4ª Região”** é a construção de laços comunitários entre pessoas que trabalham no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região, promovendo espaços de fala, escuta, encontro e participação, em condições de igualdade, para trabalhadoras mediante terceirização, servidoras, magistradas e estagiárias.



o Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, realizou duas ações que abordaram uma grandiosa diversidade e inclusão. O 3º Seminário de



Gêneros e Sexualidades foi transmitido pelo canal do TRT-5 no YouTube, e ocorreu no auditório do Tribunal Pleno, em Nazaré, no qual discutiu temas como desafios para pessoas transgêneras no mercado de trabalho, perspectiva transfeminista e gênero e sexualidade para operadores do Direito. Organizado pela Escola Judicial em parceria com a Divisão de Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão, o seminário buscou promover uma sociedade mais justa e igualitária.

O TRT5 ainda realizou **entrega de exemplar físico** para todos os Magistrados e Magistradas e capacitação sobre a aplicação dos **Protocolos para Atuação e Julgamento na Justiça do Trabalho**, com a perspectiva de construir caminhos para uma justiça do Trabalho mais inclusiva e combativa. O primeiro dia de evento foi realizado presencialmente no auditório da Escola Judicial em Salvador e transmitido online para magistrados e servidores do interior do estado e para o público externo, contando com exposição dos instrutores: Ricardo Lourenço Filho, juiz do TRT da 10ª Região, Viviane Martins, Adriana Manta, juízas do TRT da 5ª Região, juíza Maria Odete Araújo, do TRT de Pernambuco, que abordou o trabalho escravo contemporâneo.



Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região



representação e a inclusão. Com isso, as ações destacadas foram as seguintes: Com o objetivo de promover a reflexão crítica e a conscientização sobre igualdade racial e de gênero, além de combater preconceitos, estereótipos e discriminações, foi realizado um **letramento dirigido para servidores da alta administração do TRT-6**. Entre os benefícios das ações de letramento estão a criação de um ambiente de trabalho mais respeitoso, empático e harmonioso.

Já o **letramento racial** foi realizado para desembargadores, advogados, servidores e servidoras durante sessão do Tribunal Pleno. O mini-curso foi apresentado pelas magistradas Ana Cristina Silva e Renata Nóbrega, representantes do Subcomitê de Igualdade de Gênero, Raça, Diversidade e Equidade do TRT-6. Durante a sessão, foi ressaltado que a assinatura da Lei Áurea não acabou com as desigualdades e discriminações enfrentadas pelas pessoas negras no Brasil. O letramento racial tem o potencial de influenciar políticas de igualdade e impactar decisões judiciais relacionadas à discriminação.





Em comemoração ao Dia Internacional do Orgulho LGBTQIAPN+ apresentaram a palestra “A inserção de pessoas trans e travestis no mercado de trabalho”. O evento foi organizado pelo Subcomitê de Acessibilidade e Inclusão, Subcomitê de Igualdade de Gênero, Raça, Diversidade e Equidade, a Divisão de Saúde - Seção de

Serviço Social e a Escola Judicial. As palestrantes, mulheres trans Samantha Valentine Souza e Jermayr Cardoso dos Santos, abordaram temas como capacitação profissional, sensibilização de empresas e a criação de uma cultura organizacional inclusiva, que garanta dignidade, respeito e igualdade de oportunidades para pessoas trans e travestis.



O curso de formação em letramento para equidade de raça, gênero e diversidade contou com palestras de Dayse Cabral de Moura, professora doutora da UFPE, e Odalita Alves, escritora e ativista dos Direitos Humanos. O evento incluiu a apresentação do espetáculo teatral “Clamor Negro”, baseado no livro de Odalita Alves, além da distribuição de cadernos para anotações. O curso visou conscientizar a comunidade sobre a importância do combate às discriminações e violências contra grupos minorizados, ajudando a interromper o ciclo de estereótipos e preconceitos. Além disso, alinha-se aos objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU e promove a inclusão e igualdade de gênero, raça e diversidade, com base nos princípios constitucionais da igualdade e da dignidade humana.



A ação das marisqueiras orientou mulheres marisqueiras das colônias de pescadores sobre direitos, violência doméstica, assédio, e prevenção de lesões no trabalho. Foram distribuídos materiais informativos e camisas UV para

proteção solar. O projeto visou melhorar as condições de vida e trabalho dessas mulheres, enfrentando a vulnerabilidade social e a falta de políticas públicas. Além disso, envolveu voluntários do TRT-6 e foi alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, promovendo saúde, igualdade de gênero, trabalho decente e inclusão. A Justiça do Trabalho desempenhou papel crucial na proteção e dignidade das marisqueiras.

Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região

O **Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região** realizou um ciclo de estudos a respeito do Protocolo para atuação e julgamento com perspectiva antidiscriminatória, interseccional e inclusiva: conhecimento e concretização.

O projeto foi desenvolvido em quatro módulos, ministrados por instrutores com conhecimentos específicos sobre as seguintes temáticas:

- Gênero e Sexualidade (Capítulo 2 do Protocolo);
- Raça e Etnia (Capítulo 3 do Protocolo);
- Pessoa com Deficiência (Capítulo 4 do Protocolo); e
- Pessoa Idosa (Capítulo 5 do Protocolo).





Para marcar o Mês do Orgulho LGBTQIAPN+, a casa sede do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região - Ceará (TRT-CE) foi iluminado com as cores do arco-íris, em sinal de respeito à diversidade. Esta ação, inédita no Judiciário cearense, é uma iniciativa do Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade da Justiça do Trabalho do Ceará.

O Dia Internacional do Orgulho LGBTQIAPN+ é comemorado em 28 de junho de cada ano, quando se celebra o sentimento de dignidade e igualdade das pessoas que apresentam identidades de gênero e orientações sexuais objeto de discriminação negativa e que resultam na vulnerabilidade social desse grupo.



Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região

O **Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região** contou com 9 ações, nas quais abrangeram a diversidade, a conscientização e a representatividade. Com isso, as ações destacadas foram as seguintes: **O Programa Diversidade e Empregabilidade 2024 capacitou 30 mulheres em situação de vulnerabilidade econômica e social**, com o curso de auxiliar administrativo e noções de informática. O programa apoiou mulheres vítimas de violência doméstica e patrimonial. Ao final de dois meses, 29 mulheres receberam certificados e foram estimuladas a integrar o mercado de trabalho formal. O curso também ofereceu orientação profissional e oficinas de elaboração de currículos, promovendo novas oportunidades e redes de colaboração entre as participantes.



A **campanha de conscientização sobre violência doméstica voltada para magistradas e servidoras**, contou com palestras, rodas de conversa, matérias e ações nas redes sociais. O tema central foi "**A violência doméstica tem vários tons**", com o objetivo de sensibilizar sobre a prevenção da violência contra a mulher. A palestra "Segurança Jurídico-Afetiva: Prevenção da Violência Patrimonial nas Relações de Afeto", ministrada pela advogada Leila Loureiro, abordou a violência patrimonial e a importância de acordos financeiros em relacionamentos. A campanha destaca a necessidade de ações de prevenção e recursos para ajudar as vítimas.



O curso imersivo ofereceu aulas sobre tecnologia, inteligência artificial, programação e desenvolvimento sustentável para estudantes de escolas públicas, com foco em grupos sub-representados. Seu objetivo foi incentivar esses jovens a ingressarem no mercado tecnológico. A justificativa envolvia a falta de diversidade na área, a desigualdade de acesso a oportunidades, o impacto positivo da diversidade na inovação e o empoderamento dos jovens, visando um futuro mais justo e inclusivo.



O treinamento em Gestão de Equipes Diversas, com foco na inclusão de pessoas com deficiência, incluiu uma aula inaugural para todos os gestores do Tribunal, uma oficina para gestão de pessoas e um curso telepresencial para 30 gestores. O objetivo foi destacar o papel dos gestores na inclusão de pessoas com deficiência no ambiente de trabalho, abordando questões como a superação de barreiras sociais. O curso visou capacitar os gestores a identificar e

agir sobre as barreiras existentes, o evento também possibilitou a reflexão sobre fluxos de acompanhamento de pessoas com deficiência no contexto laboral.



A **Semana de Responsabilidade Socioambiental de 2024 do TRT-8**, com o tema "**Equidade e Desenvolvimento Sustentável**", abordou temas como desigualdade de gênero, equidade racial, acessibilidade e justiça climática. O evento teve como objetivos promover atitudes conscientes, consumo sustentável e ambientes de trabalho inclusivos. O evento foi encerrado com uma roda de conversa, permitindo a troca de experiências sobre diversidade e sustentabilidade no TRT-8.



Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região

O Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região contou com 11 ações, nas quais abrangeram diversos projetos inclusivos. Com isso, as ações destacadas foram as seguintes:

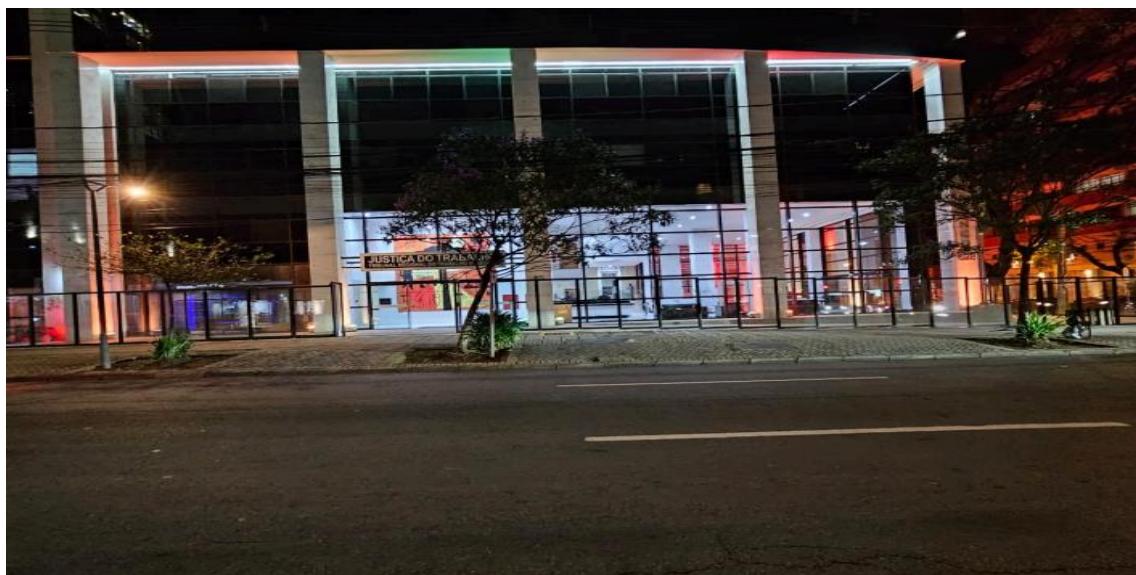
Os objetivos buscaram destacar a visibilidade e conscientização sobre a criação de uma cultura anti-discriminatória. Diferenciais como a liberação inédita de terceirizados do interior para participar da palestra on-line, ampla divulgação e recursos para os participantes marcaram o evento. Com a presença de uma mesa majoritariamente feminina e palestras de especialistas, o evento abordou temas como capacitismo, machismo, LGBTfobia e racismo, promovendo a conscientização em todas as unidades do TRT-9 e ao público externo.



Foi realizado o evento híbrido “**Comunidade LGBTQIAP+ no mundo do trabalho” no Plenário do TRT-9**, em Curitiba, transmitido também via YouTube. Os objetivos foram alcançados, promovendo visibilidade e conscientização sobre a criação de uma cultura anti-discriminatória em relação às pessoas LGBTQ+. O diferencial do evento foi a primeira mesa/palestrantes 100% composta por pessoas da comunidade LGBTQ+ no TRT-9.



O prédio-sede do TRT-9, localizado em Curitiba, foi iluminado com as cores alusivas à bandeira LGBTQ+, promovendo visibilidade interna e externamente. Embora tenha envolvido outros setores, o objetivo de exibir as cores do arco-íris não tenha sido plenamente alcançado. O diferencial foi que, até onde se sabe, foi a primeira vez que uma ação afirmativa como essa foi realizada no TRT-9, abrindo espaço para outras iniciativas. O impacto visual gerou reflexão e conscientização sobre o tema, beneficiando todos que visualizaram o prédio iluminado.



Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região

O Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região realizou ação que buscou trazer uma visibilidade às questões raciais. O projeto **Ciclos Sankofa buscou enfrentar a invisibilidade racial na Justiça do Trabalho**, abordando o contexto histórico de marginalização e racismo estrutural. As ações incluem capacitações sobre letramento racial para magistrados, servidores e terceirizados, além de exposições e entrega de cartilhas antirracistas. O objetivo foi promover a formação contínua em questões raciais, garantir a equidade, prevenir e combater a discriminação racial, e garantir igualdade de oportunidades no TRT 10ª Região. A justificativa se baseia em diversos tratados internacionais, legislações nacionais e compromissos com a Agenda 2030 da ONU, visando a promoção da igualdade racial e o combate ao racismo estrutural. O projeto também apoia a implementação de políticas públicas de equidade racial e a construção de uma cultura institucional inclusiva e antirracista no TRT.



Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

O **Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região** realizou ação que buscou abordar a igualdade entre uma sociedade diversificada, com isso foram realizados dois projetos. O **projeto "Equilibra"** visou promover um ambiente de trabalho mais justo e equitativo no TRT 11ª Região, com foco na equidade de raça, gênero, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, idade e pessoas com deficiência. A iniciativa inclui a revisão do código de ética, incorporando valores que promovam igualdade e diversidade. Já o projeto "Cores de Igualdade" teve como objetivo criar cartilhas informativas sobre o Comitê de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade do TRT-11. O material visa aumentar a conscientização sobre a promoção da equidade e combate ao preconceito, abordando a importância dos direitos fundamentais e a luta contra a discriminação, especialmente de grupos vulneráveis. Também, destacam-se a publicação de informativos nas redes sociais e meios internos do TRT-11 e o evento "Diálogos de convivência", que contou com palestras sobre diversidade religiosa e interculturalidade.



Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região

O **Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região** contou com duas ações, nas quais abrangeram as questões com perspectiva na diversidade. A capacitação em julgamento com perspectiva de raça, gênero e diversidade foi promovida pelo Programa de Equidade da Justiça do Trabalho de Santa Catarina, em parceria com a Escola Judicial (Ejud-12). A atividade foi realizada de forma híbrida, permitindo participação presencial em Florianópolis ou telepresencial. O objetivo foi capacitar os participantes para aplicar uma perspectiva inclusiva e equitativa nos julgamentos, considerando questões de raça, gênero e diversidade.



Também foi realizado um **evento alusivo ao Dia da Consciência Negra no TRT de Santa Catarina, com a participação de magistrados, servidores, terceirizados e público externo**. As palestras, definidas pelo Comitê Gestor Regional de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade, abordaram temas voltados à promoção da equidade racial e étnica. A programação artística teve o objetivo de promover reflexões sobre o tema e estreitar os laços da comunidade local com o TRT.





Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região

Foram realizadas seis ações distintas com o intuito de promover a inclusão, a igualdade de gênero e o respeito às diversas condições sociais e individuais. Essas iniciativas, promovidas pelo TRT-13, abrangem uma variedade de temas, desde a inclusão de pessoas com deficiências ocultas até a promoção da participação feminina em espaços de poder. A seguir, um resumo das ações realizadas:

A primeira ação foi a disponibilização do cordão de

girassol, um símbolo inclusivo voltado para identificar pessoas com deficiências ocultas, como o transtorno do espectro autista (TEA). Essa ação teve como objetivo proporcionar um ambiente mais inclusivo e respeitoso, tanto dentro do Tribunal quanto para os usuários externos, como advogados e jurisdicionados. O uso do cordão permite uma maior empatia e compreensão das necessidades dessas pessoas, contribuindo para a redução do estigma relacionado a essas condições. Com isso, o TRT-13 garante um espaço acessível e acolhedor para todos, de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e a Lei Berenice Piana.

A Oficina "A Invisibilidade do Autista de Suporte 1 e 2" foi realizada com o objetivo de discutir a invisibilidade dos autistas. A oficina teve grande êxito e foi realizada no Auditório e Pleno do TRT-13 em João Pessoa e no Fórum Irineu Joffily, em Campina Grande. Essa iniciativa buscou sensibilizar os participantes sobre a importância de reconhecer e entender as necessidades específicas de pessoas com autismo, especialmente as que não apresentam sintomas visíveis de suas condições.

O Ciclo de Palestras: "As Promessas Constitucionais e as Mulheres nos Espaços de Poder" foi organizado pela Escola Judicial do TRT-13 (Ejud-13), com apoio do Comitê Gestor de Igualdade de Gênero, Raça e Diversidade. O evento discutiu temas como igualdade salarial e a atuação feminina nos espaços de poder, destacando a importância da luta pela ampliação de oportunidades para as mulheres. A palestra da juíza Silvia Teixeira do Vale abordou a Lei nº 14.611/2023, enfatizando a necessidade de vigilância para manter e expandir as conquistas da igualdade salarial. Já a juíza Daniela Lustoza discutiu o papel das mulheres na construção de um constitucionalismo com natureza feminista, ressaltando a importância da visibilidade das pioneiras que atuaram na constituinte. O ciclo de palestras representou um passo significativo na promoção da igualdade de gênero no âmbito judicial.

Além disso, o regional promoveu o projeto Diversidade na Comunidade, que realizou ações de capacitação e letramento para os integrantes da quadrilha junina "Moleka 100 Vergonha", localizada no Bairro das Malvinas, em Campina Grande. A iniciativa focou em oferecer uma formação inicial sobre direitos humanos, cidadania e os direitos trabalhistas, com destaque para a população LGBTQIAPN+, realizando a inclusão e a sensibilização para o exercício da cidadania e o acesso à justiça.



Destarte, outra importante ação realizada no âmbito do TRT 13 foi uma série de minicursos sobre os Protocolos para Atuação e Julgamento, com foco em diversas perspectivas inclusivas e antidiscriminatórias. Ao longo do mês de novembro, as atividades reuniram profissionais do sistema de justiça para discutir temas cruciais como a inclusão de pessoas com deficiência, o enfrentamento da discriminação por gênero, raça e etnia, e a erradicação do trabalho escravo contemporâneo.



Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região

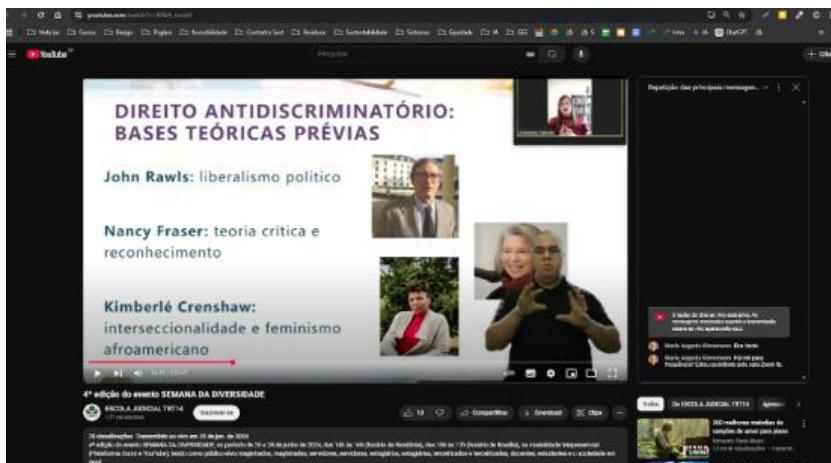
O **Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região** se dedicou a promover 11 ações que viabilizassem combater desigualdades, promover a inclusão social e garantir o apoio às mulheres em situações de vulnerabilidade. A seguir, apresentamos algumas das ações realizadas:

Foi realizada uma **palestra presencial e telepresencial no auditório do Tribunal, abordando os temas de violência doméstica, feminicídio e medidas de prevenção**. A palestra teve o objetivo de sensibilizar os participantes sobre a gravidade dessas questões, alertando para a importância de se adotar atitudes preventivas e garantir o apoio necessário às vítimas. A iniciativa procurou proporcionar um espaço para o debate e reflexão sobre a proteção das mulheres e as formas de atuação do sistema de justiça frente à violência de gênero.



Foi inaugurada a Ouvidoria da Mulher, um espaço dedicado ao atendimento das mulheres, localizado no mezanino do prédio sede do TRT-14. A Ouvidoria conta com uma equipe capacitada para prestar um atendimento humanizado, sigiloso e acolhedor, garantindo que as mulheres possam registrar suas demandas, denúncias e buscar orientação sobre questões relacionadas aos seus direitos no ambiente de trabalho.





Diversidade Sexual, Trabalho e Justiça, Intersecções entre Gênero e Raça, e o Combate ao Assédio no Ambiente de Trabalho, além das estratégias de proteção disponíveis.

A 4^a edição da Semana da Diversidade, foi um evento de grande relevância com uma carga horária de 8 horas. Durante o evento, palestrantes renomados debateram temas cruciais como

Tribunal Regional do Trabalho da 15^a Região

O Tribunal Regional do Trabalho da 15^a Região buscou a promoção da equidade e inclusão por meio de diversas ações, que totalizaram 4 projetos. A seguir, apresentamos as iniciativas realizadas:

Em celebração ao Dia Internacional da Mulher, o Subcomitê de Equidade e a Escola Judicial do TRT-15 promoveram um seminário com palestras e rodas dialógicas sobre igualdade no mercado de trabalho e violência contra a mulher. O objetivo foi reforçar a importância da equidade e do respeito às mulheres em diferentes contextos.





No **Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+**, foi realizado um **seminário híbrido** para conscientizar sobre os direitos humanos da população LGBTQIA+. Com mesas compostas por professores dessa comunidade, o evento promoveu a reflexão sobre a importância da inclusão e igualdade de

direitos no ambiente de trabalho.

O **seminário sobre racismo sistêmico**, teve a participação de seis professoras negras que compartilharam seus estudos sobre o tema. A entrega do livro **Pequeno Manual Antirracista** visou estimular o debate e a reflexão sobre o combate ao racismo estrutural.



O TRT-15 organizou um **seminário para estimular a contratação de pessoas com deficiência, com palestras sobre acessibilidade e a importância das cotas.** O evento contou com a participação de acadêmicos e membros da



sociedade civil e apresentou projetos de inclusão no mercado de trabalho.

Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região

O **Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região** realizou algumas ações relevantes, traçando a importância da equidade.

No **III Seminário do Direito do Trabalho Portuário**, a Desembargadora Presidente do TRT-16, Márcia Andrea Farias da Silva, participou da mesa de honra ao lado do Desembargador Carvalho Neto. Durante o evento, a Desembargadora também palestrou no 4º Painel sobre "Equidade, Lei da Igualdade Salarial e Política de Assédio", abordando a importância da equidade nos Direitos Humanos e na Justiça Social. Ela destacou a equidade de gênero no mercado de trabalho com base nas normas da OIT e na Agenda 2030 da ONU, ressaltando o ODS nº 5 sobre a eliminação da discriminação.



Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região

O **Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região** realizou seis ações com o objetivo de fomentar debates e reflexões sobre temas essenciais, como igualdade de gênero, inclusão de pessoas com deficiência e combate ao racismo. Algumas dessas ações foram selecionadas a seguir.



"As lutas das mulheres de 1964 a 2024: liberdades, ditaduras e democracias" foi promovido pelo **SUBCOPERGD** e pelo **SUBCOIPFE**, trazendo uma iniciativa em celebração ao **Dia Internacional da Mulher**. Com um painel composto por especialistas, foram abordados temas como violência de gênero no contexto doméstico, na política e no campo. O evento contou com a participação de magistradas, servidores, estagiários, advogados e acadêmicos da região metropolitana de Vitória-ES, ampliando os conhecimentos sobre a temática de gênero e fomentando uma discussão essencial para a sociedade.

O **Encontro de Direito, Arte e Diversidade – Desafios para Inclusão de Pessoas com Deficiência** realizado pelo Subcomitê Gestor Regional do Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade, pelo Subcomitê de Acessibilidade e Inclusão e pelo Programa Trabalho Seguro do TRT-17, o evento fez parte das comemorações do **Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência**. O objetivo foi promover debates sobre a inclusão e a luta anticapacitista. O encontro contou com palestras e além disso, contou com a Exposição Fotográfica "Olhares" e uma apresentação musical do Grupo Revoada da Instituição Vitória Down. O evento envolveu magistrados, servidores, estagiários e pessoas com deficiência, sensibilizando o público por meio das apresentações artísticas e da interação direta com os participantes.





O curso "**O racismo na sociedade atual**" teve como parte das ações de formação em questões raciais, o curso "**O Racismo na Sociedade Atual**" foi desenvolvido com ênfase na necessidade de letramento racial para terceirizados e aprendizes. A facilitadora do curso foi a psicóloga e pesquisadora Gabriela Silva Neves, que conduziu as atividades em duas turmas, em horários distintos, para ampliar a participação. Um dos principais resultados alcançados foi a inclusão dos trabalhadores terceirizados no espaço de aprendizado, promovendo um debate relevante sobre o racismo institucional e estrutural. O curso incentivou a reflexão e permitiu que os participantes se vissem como agentes ativos na transformação social, desarticulando práticas discriminatórias e fortalecendo a luta contra o racismo.

Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região

O **Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região** teve o objetivo de fomentar debates e reflexões sobre temas essenciais, como visibilidade trans, equidade racial e diversidade, incrementando essas temáticas em 3 iniciativas. Nas quais foram:

A Exposição "**Mundo Trans**" Realizada no TRT/GO, teve como objetivo contar histórias de pessoas trans que se destacam em suas profissões ou na luta por garantias, em alusão ao Dia Nacional da Visibilidade Trans. A iniciativa convidou os visitantes a refletirem sobre as profissões e os desafios enfrentados por homens e mulheres trans. Além disso, proporcionou ao público interno e externo um maior entendimento sobre as dificuldades enfrentadas diariamente por essa comunidade, promovendo maior conscientização e empatia.





A Campanha Mês da Consciência Negra envolveu duas ações principais: a Exposição Cultural “Sou Negro(a)” e uma reportagem especial com histórias de magistrados e servidores negros. Essas iniciativas buscaram despertar reflexões sobre equidade racial e valorizar as heranças culturais negras. A exposição trouxe diferentes visões sobre a realidade social, destacando narrativas que foram esquecidas ou “embranquecidas”. Já a reportagem apresentou relatos de desembargadores, estagiários e terceirizados sobre os desafios e a resistência da população negra.

O TRT-18 sediou a aula do Curso **"Letramento em Diversidade: (re) pensando o Direito do Trabalho a partir dos territórios – o que o Direito do Trabalho tem a aprender com pessoas trans e travestis?"** a aula teve como objetivo capacitar e sensibilizar os participantes sobre a importância do enfrentamento ao preconceito e do respeito à diversidade. Buscou ampliar a visão de mundo dos participantes, promovendo diálogos com diversos atores sociais em diferentes territórios políticos. Seu diferencial foi a promoção de uma formação humanista, alinhada ao compromisso com a agenda da diversidade, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e fraterna.



Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região



O Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região com o objetivo de promover a equidade racial, de gênero e diversidade, além de homenagear e dar visibilidade a grupos historicamente marginalizados.

Foi instalado o **Subcomitê da Equidade Racial, Gênero e Diversidade**, o evento foi aberto por **Messias Mendonça**, que expressou sua felicidade pela instalação do subcomitê na véspera **do Dia do Orgulho LGBTQIAP+**. Mendonça destacou que ações como essa são frutos da luta histórica de **Marsha Johnson e da revolta de Stonewall**, fundamentais na conquista dos direitos da comunidade LGBTQIAP+. Ele parabenizou o TRT e sua equipe técnica pela iniciativa, ressaltando a importância de promover um trabalho inclusivo. Marcus Vasconcelos, advogado e ex-presidente da Comissão de Diversidade da OAB/AL, também participou do evento, fazendo uma apresentação sobre a inserção de pessoas negras no mercado informal e sobre os desafios enfrentados pela comunidade LGBTQIAP+ na busca por empregabilidade. Além disso, o TRT-19 prestou uma homenagem ao Dia Internacional da Pessoa Idosa, com a criação de um mosaico virtual que contou com a participação de juízes, servidores e terceirizados. Essa ação foi uma forma de destacar o respeito e a valorização das pessoas idosas, reafirmando o compromisso da instituição com a inclusão de diferentes grupos sociais e a promoção de um ambiente mais igualitário.



Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região

O **Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região** também realizou importantes iniciativas voltadas à promoção do respeito à diversidade e à busca pela equidade. Com isso, foi realizada **Palestra intitulada “Respeito à Diversidade e busca da Equidade: avanços e desafios”**, teve como objetivo ampliar o conhecimento da comunidade do Tribunal sobre a acessibilidade da diversidade e a promoção da equidade em seu amplo espectro, abrangendo ações externas para a equidade de raça, gênero, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, idade e de pessoas com deficiência. O projeto cumpriu seu objetivo, uma vez que o evento abordou diversas vertentes importantes, especialmente no que diz respeito às questões de gênero, orientação sexual, raça e cor, gerando discussões relevantes sobre os avanços e desafios relacionados ao respeito à diversidade e à promoção da equidade.





Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região

O **Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região** executou 14 ações ao longo do período, **abrangendo diversos temas e iniciativas voltadas para a promoção da diversidade, cidadania e direitos humanos**. Essas ações tiveram como foco principal o debate e a

conscientização sobre questões sociais relevantes, promovendo eventos, palestras e seminários. O 1º Seminário de Raça e Diversidade: Direitos Humanos e Cidadania teve o apoio da Astra21, idealizou e realizou esse importante seminário no Teatro Riachuelo. O evento aconteceu nos dias 18 e 19 de julho de 2024, em Natal/RN, e teve como objetivo fomentar debates sobre raça, diversidade e direitos das minorias. A programação contou com palestras e discussões de especialistas na área, proporcionando um ambiente de reflexão e troca de conhecimentos sobre o tema.

A **Primeira edição do projeto Elas em Pauta e a palestra "Desconstruindo Amélias: Mulheres, seus enfrentamentos e seus avanços"** marcaram uma data simbólica do Dia Internacional da Mulher. A iniciativa incluiu uma palestra com o tema "Desconstruindo Amélias: Mulheres, seus enfrentamentos e seus avanços", abordando os desafios históricos e contemporâneos enfrentados pelas mulheres. O evento foi realizado nas instalações do TRT-21, bem como nos Centros Judiciais de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs) de Natal e Mossoró, proporcionando um espaço de diálogo e empoderamento feminino.



Tribunal Regional do Trabalho da 23^a Região

O **Tribunal Regional do Trabalho da 23^a Região** focou em sete ações com o objetivo de promover iniciativas voltadas para a **inclusão social, diversidade e apoio à comunidade.** Essas



atividades buscaram impactar positivamente magistrados, servidores e a sociedade em geral, promovendo conhecimento, sensibilização e solidariedade. No **Letramento em Diversidade** foi realizada uma roda de conversa voltada para magistrados, servidores e gestores do Tribunal Regional do Trabalho, com o propósito de ampliar o conhecimento sobre a Política de Gestão da Inclusão Social e diversidade no tribunal. Durante o evento, os participantes tiveram a oportunidade de aprofundar seu entendimento sobre linguagem inclusiva, respeito à diversidade e os principais conceitos relacionados a gênero e sexualidade. A atividade aconteceu no auditório da Ejud, na sede do TRT da 23^a Região, proporcionando um espaço para sensibilização e aprendizado sobre o tema. Como benefício principal, o público alcançou uma compreensão básica dos termos e expressões sociais ligadas à diversidade, fortalecendo uma cultura organizacional mais inclusiva e respeitosa.

Foi promovida também **uma campanha de arrecadação de fraldas destinadas ao Centro Estadual de Odontologia para Pacientes Especiais (Ceope).** A instituição é referência no atendimento a pessoas com deficiência em diversos municípios do estado de Mato Grosso, atendendo um grande número de indivíduos em situação de extrema vulnerabilidade social. A ação mobilizou servidores e colaboradores para contribuir com doações, garantindo um suporte essencial para aqueles que dependem desses recursos. Com essa iniciativa, foi possível reforçar o compromisso social da instituição e oferecer um auxílio significativo a uma parcela da população que necessita de apoio contínuo.



Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região

O **Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região** realizou sete ações com o objetivo de promover iniciativas voltadas à proteção, conscientização e desenvolvimento social em diferentes áreas. Essas ações contemplaram desde o combate à violência doméstica e discriminação até a mediação de conflitos e apoio psicológico. Dentre essas iniciativas, algumas foram selecionadas para apresentação detalhada, destacando-se pela sua relevância e impacto.

A **Semana de Combate à Violência, ao Assédio e à Discriminação** teve como foco sensibilizar os públicos interno e externo sobre esses temas, promovendo a Resolução CSJT n. 360/2023 e a Resolução Administrativa n. 68/2024, que instituem políticas de prevenção e enfrentamento dessas questões no âmbito da Justiça do Trabalho. A abordagem da Semana foi interseccional e transversal, incluindo questões de gênero, raça, inclusão de pessoas com deficiência e saúde mental. As atividades foram direcionadas tanto para os servidores do TRT-24 quanto para o público externo, contando com eventos no Auditório IMPCG - Secretaria Municipal de Assistência Social, CEREST Regional e Instituto Mirim.





O **Programa de Apoio a Magistradas e Servidoras em Situação de Violência Doméstica e Familiar** tem como propósito fornecer suporte e orientações às magistradas e servidoras do Tribunal que estejam enfrentando esse tipo de situação. O programa prevê medidas preventivas e de segurança, atendendo também estagiárias, aprendizes e demais colaboradoras, conforme estabelecido na Resolução Administrativa n. 38/2024. Ele está alinhado à Recomendação do CNJ n. 102/2021 e foi lançado durante a campanha “Violência doméstica: conheça, identifique e proteja-se!”. Para sua implementação, foi criada uma rede de apoio institucional, envolvendo o Núcleo de Saúde e Programas Assistenciais (responsável pelo acolhimento psicossocial), a Ouvidoria da Mulher (responsável pelo encaminhamento de demandas relacionadas à violência e violações de direitos) e a Coordenadoria de Polícia Judicial (que presta suporte de segurança às vítimas quando necessário).

A **Ciranda da Medicção** é uma iniciativa realizada anualmente, mas que, em 2024, teve um caso específico como ponto de partida: a situação de uma criança com deficiência em uma escola de Coxim-MS que sofria bullying. A ação buscou resolver o conflito por meio da apresentação de conceitos fundamentais como empatia, diversidade e respeito, reforçando a importância desses valores para as crianças. Foram realizadas dinâmicas interativas para transmitir esses princípios de forma lúdica, destacando a necessidade do respeito à diversidade no dia a dia. O objetivo principal era evitar hostilidades e fomentar um ambiente mais acolhedor para todos, especialmente para pessoas com deficiência, o que foi alcançado com êxito.





PROGRAMA DE ENFRENTAMENTO AO TRABALHO ESCRAVO



Mensagem do Coordenador do Programa de Enfrentamento ao Trabalho Escravo e ao Tráfico de Pessoas e de Proteção do Trabalhador Migrante

O Programa Nacional de Enfrentamento ao Trabalho Escravo, ao Tráfico de Pessoas e de Proteção ao Trabalho do Migrante, instituído pela Resolução CSJT nº 367, de 27 de outubro de 2023, é uma iniciativa do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). Elaborado pelo Grupo de Trabalho criado pelo Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 1, de 5 de janeiro de 2023, o programa tem como objetivo desenvolver, de forma permanente, ações voltadas à erradicação do trabalho escravo e do tráfico de pessoas, bem como à proteção do trabalho de migrantes.

O Programa é orientado por princípios fundamentais, tais como: respeito à dignidade da pessoa humana; igualdade, não discriminação e respeito à diversidade; garantia de acesso ao trabalho decente, sem distinção por motivo de raça, cor, sexo, idioma, religião, opiniões políticas ou de qualquer outra natureza, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento, condição migratória ou qualquer outra condição social; promoção de um ambiente de trabalho saudável e seguro; prioridade da abordagem preventiva e socioeducativa; construção de uma cultura de paz e respeito aos direitos humanos, baseada na igualdade de tratamento e na solução dialogada dos conflitos trabalhistas; inter-relação e interdependência entre os direitos humanos; e progressividade dos direitos sociais.

Nesse contexto, apresenta-se o relatório com as principais iniciativas que pautaram as discussões no país. Foram promovidas ações formativas, como seminários, rodas de conversa, letramento e participação em atividades desenvolvidas em parcerias institucionais. Ademais, foram firmados instrumentos normativos para fomentar os objetivos do programa, além da realização de entrevistas a importantes veículos de comunicação no país.

As iniciativas implementadas em todos os Tribunais do país demonstram o amplo engajamento na temática, reforçando a relevância do Programa para a efetivação das políticas judiciais voltadas à Justiça do Trabalho. Além disso, evidenciam o compromisso da instituição com seu papel social na promoção da justiça e na proteção dos direitos fundamentais dos trabalhadores.

Augusto César Leite de Carvalho
Ministro Coordenador-Geral do Programa

Ações da Comissão Nacional do Programa de Enfrentamento ao Trabalho Escravo e ao Tráfico de Pessoas e de Proteção do Trabalhador Migrante

No mês de fevereiro de 2024, foi realizado, na cidade de Bento Gonçalves, o Seminário “Direito Fundamental ao Trabalho Decente: caminhos para a erradicação do trabalho escravo contemporâneo”.

O evento contou com a participação do Coordenador Nacional do Programa de Enfrentamento ao Trabalho Escravo, Ministro Augusto César Leite de Carvalho. Durante o evento, foram realizados diversos painéis, executados por magistrados de diversos tribunais do país, integrantes da Organização Internacional do Trabalho (OIT), membros do Ministério Público do Trabalho, do Ministério do Trabalho, professores e pesquisadores.



Entre os assuntos tratados, destacam-se: o papel das instituições, sistema de proteção internacional, prevenção, reparação, responsabilização das empresas nas cadeias produtivas e apresentação e debates de dados estatísticos.

Além disso, o PETE foi parceiro do Programa de Combate ao Trabalho Infantil no projeto “Trabalho em Tela”, realizado no TST e no TRT 10^a região entre os meses de junho e agosto de 2024.

Já no mês de setembro de 2024, foi realizado o Fórum Nacional do Poder Judiciário para o Combate ao Trabalho em Condições Análogas à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas (FONTET), em parceria com o Conselho Nacional de Justiça.



O evento reuniu integrantes de todas as instâncias do Judiciário, conselheiros do CNJ e membros de comitês estaduais e regionais para compartilhar experiências e discutir o diagnóstico das principais demandas da Justiça nessa temática.



A Justiça do Trabalho lançou três protocolos de julgamento que orientam a magistratura trabalhista a considerar, em suas decisões, desigualdades históricas e estruturais. Abordando temas como diversidade, inclusão, combate ao trabalho escravo contemporâneo e ao trabalho infantil, o documento busca incentivar julgamentos sem preconceitos e com atenção às particularidades das partes envolvidas. Trata-se de instrumentos voltados à superação das desigualdades e de todas as formas de discriminação, incorporando a gramática dos direitos humanos para todas as pessoas.

O primeiro documento é o Protocolo para Atuação e Julgamento com Perspectiva Antidiscriminatória, Interseccional e Inclusiva, que aborda as questões de gênero e sexualidade, raça e etnia e pessoa com deficiência e idosa. O segundo é o Protocolo para Atuação e Julgamento com Perspectiva da Infância e da Adolescência, e o terceiro é o Protocolo para Atuação e Julgamento com Perspectiva de Enfrentamento do Trabalho Escravo Contemporâneo.



Acesse o documento na íntegra:



Ações das Comissões Regionais do Programa de Enfrentamento ao Trabalho Escravo e ao Tráfico de Pessoas e de Proteção do Trabalhador Migrante



Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região

No âmbito do **Tribunal Regional da 1ª Região**, foram realizadas 4 ações importantes com o objetivo de promover o debate, a reflexão e o enfrentamento de questões cruciais para a Justiça do Trabalho. A primeira ação foi o evento “Assédio e Discriminação: O Cativeiro Contemporâneo”, que incluiu

a exibição do filme *Pureza*, seguida de uma roda de conversa com o diretor Renato Barbieri e uma palestra com o Ministro Augusto César Leite de Carvalho, abordando o trabalho escravo contemporâneo.

A **segunda** ação, o Programa História, Memórias e Ações Afirmativas, promoveu discussões sobre a discriminação no trabalho, com a realização de um painel sobre diretrizes antidiscriminatórias na Justiça do Trabalho e visitas guiadas ao Cais do Valongo e ao Movimento Unido dos Camelôs, com a presença do Ministro do TST Lélio Bentes Corrêa.



A **terceira** ação foi a “Roda de Conversa sobre Trabalho Escravo Contemporâneo”, que estreitou a relação entre a Justiça do Trabalho e o meio acadêmico, com apresentações do Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo da UFRJ.



E, por fim, a XVII Reunião Científica sobre Trabalho Escravo Contemporâneo, que, pela primeira vez, foi sediada pelo Poder Judiciário, promovendo um intercâmbio entre pesquisadores, com apoio de diversas instituições, incluindo o Ministério Público do Trabalho e a Amatra1. Essas iniciativas visam aprofundar a reflexão sobre temas fundamentais para o combate a práticas discriminatórias no Brasil.



Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

No **Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região**, foram desenvolvidas 17 ações significativas com o objetivo de promover o debate, a reflexão e o enfrentamento de questões cruciais para a Justiça do Trabalho. Dentre essas iniciativas, destacam-

se as seguintes:



Mini-curso "Trabalho Escravo na Atualidade - Reflexões", ministrado na Universidade de Mogi das Cruzes. A atividade contou com palestra e debate conduzidos pela Desembargadora Catarina Von Zuben, abordando a temática do trabalho escravo, do tráfico de pessoas e da proteção ao trabalhador migrante. O evento atingiu plenamente

seus objetivos, proporcionando um espaço de reflexão acadêmica e incentivando os alunos a desenvolverem pesquisas na área.

O segundo evento a ser destacado foi realizado no Dia Mundial do Refúgio, intitulado "Análises, Direitos e Vozes do Refúgio no Brasil", promovido pelo Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP). A Desembargadora Catarina von Zuben atuou como organizadora e mediadora da conferência "O Refúgio no Brasil – Corredores, Tendências e Desafios", realizada no Memorial da América Latina. A iniciativa possibilitou um amplo debate sobre o futuro do trabalho da população migrante e fortaleceu a interação entre a Justiça do Trabalho e profissionais atuantes com migração e refúgio, ampliando o conhecimento da população leiga sobre a atividade jurisdicional.



Outra iniciativa relevante foi o painel “Trabalho Escravo, Tráfico de Pessoas, Migração e Refúgio. O Papel da Justiça do Trabalho”, o evento contou com a participação do Ministro do TST Augusto César Leite de Carvalho e do Conselheiro do CNJ Guilherme Guimarães Feliciano, que apresentaram palestras seguidas de debates sobre a proteção do trabalho de refugiados e migrantes. A ação atingiu plenamente seus objetivos, levando conhecimento aos membros do TRT-2, representantes de outros ramos do Poder Judiciário e órgãos públicos sobre questões atuais do trabalho escravo.



Além disso, foram realizados os projetos “A proteção à trabalhadora e ao trabalhador migrantes - O Poder Judiciário trabalhista como agente transformador da sociedade” e o “Programa de pós-resgate para trabalhadores vítimas do trabalho escravo contemporâneo, migrantes e refugiadas - Programa Transformação - Resolução CNJ 497”. Aquele visou desenvolver ações que para proteger trabalhadores migrantes e pessoas em situação de refúgio, minimizando vulnerabilidades e com vistas ao acesso ao trabalho decente, a pesquisa realizada permitiu o diagnóstico da situação migratória e seu potencial impacto social e no mundo do trabalho, atingindo, portanto, o objetivo almejado.

Tribunal Regional do Trabalho da 3^a Região



No **Tribunal Regional do Trabalho da 3^a Região**, foram implementadas 27 iniciativas relevantes para fomentar o debate, a reflexão e o enfrentamento de questões essenciais para a Justiça do Trabalho.

A primeira ação de destaque ocorreu antes da partida entre Cruzeiro e Grêmio no Mineirão, onde foi realizada campanha de conscientização contra o

trabalho escravo. Jogadores e autoridades entraram em campo com uma faixa contendo a mensagem: "Todos contra o trabalho escravo. Denuncie". A iniciativa teve como objetivo ampliar a divulgação do Programa e ressaltar a importância do combate ao trabalho escravo. A ação contou com a participação de magistrados do TRT 3, além de representantes do Ministério Público do Trabalho, do Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Inclusão e da Clínica de Trabalho Escravo.



O evento também recebeu o apoio de outros órgãos, como: Tribunal Regional Federal da 3^a Região, Tribunal de Justiça de São Paulo, Ministério do Trabalho e Emprego e instituições acadêmicas.

Outra iniciativa de grande impacto foi a 2^a Caminhada pelo Trabalho Decente e Saúde, que reuniu aproximadamente 2 mil pessoas. O evento teve início às 9h, em frente ao edifício-sede do Tribunal.



A terceira ação a ser destacada, no âmbito do TRT 3^a região, foi uma palestra ministrada pela desembargadora Paula Oliveira Cantelli, gestora regional do Programa de Enfrentamento ao Trabalho Escravo e ao Tráfico de Pessoas e de Proteção ao Trabalho do Migrante, durante reunião do Grupo de Estudo RED, realizada no auditório da PUC Minas, na Praça da Liberdade. Ao lado das professoras Maria Cecília

Máximo e Carolina de Souza Novaes.

Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região

No âmbito do **Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região**, um conjunto significativo de 29 iniciativas foi desenvolvido com o objetivo de fomentar o debate e promover a conscientização sobre questões essenciais ao mundo do trabalho.



Dentre essas ações, algumas se destacaram pela relevância e impacto social.

Uma das iniciativas de maior alcance foi o Projeto Itinerante RS - Trabalho Decente na Região Alta do Vale do Taquari. Organizado pelos gestores regionais do programa,

com apoio da divisão de sustentabilidade do TRT-4 e recursos do CSJT/TST, o evento contou com a participação de integrantes do Ministério Público do Trabalho (MPT), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e da Organização Internacional para as Migrações (OIM/ONU). A programação incluiu audiências públicas e palestras destinadas a trabalhadores, representantes sindicais, migrantes, estudantes, empresários e autoridades locais.

O evento também incluiu reuniões com entidades parceiras, visitas a autoridades locais e entrevistas coletivas para a imprensa. No dia seguinte, ocorreu um almoço-debate no município vizinho de Ilópolis, permitindo um diálogo mais aprofundado com autoridades e empresários da região.

Outro evento de destaque foi a participação do Desembargador Manuel Jardon no seminário internacional sobre enfrentamento ao tráfico de pessoas, realizado em Recife. A presença do magistrado reforçou a importância do engajamento do Poder Judiciário trabalhista no combate a essa prática criminosa e no desenvolvimento de estratégias para proteção das vítimas.

Ademais, uma audiência pública/reunião ampliada do Programa de Enfrentamento ao Trabalho Escravo, ao Tráfico de Pessoas e de Proteção ao Trabalho do Migrante foi promovida no município de



Taquara/RS. O evento reuniu autoridades locais e regionais, bem como membros da sociedade civil, para discutir um caso específico de resgate de trabalhadores na cidade, onde se constatou a prática de pagamento por serviços com entorpecentes. O encontro permitiu um debate aprofundado sobre soluções e medidas preventivas para coibir situações semelhantes no futuro.



Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região

O **Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região**, por meio dos programas Trabalho Seguro e de Enfrentamento ao Trabalho Escravo, participou de visitas as centrais de coleta de material reciclável no

Carnaval de Salvador.

Representado pelas juízas Adriana Manta e Manuela Hermes e pelo Chefe da Divisão de Sustentabilidade, Sandro Micucci, o TRT 5 acompanhou de perto o trabalho dos catadores, destacando a necessidade de condições seguras e valorização da atividade. A iniciativa EcoFolia Solidária, coordenada pelo Governo da Bahia em parceria com diversas secretarias, promoveu inclusão e renda para os catadores, arrecadando 101,2 toneladas de alumínio e 73,5 toneladas de plástico/pet, resultando em R\$580 mil distribuídos entre os 2.437 participantes.



Um espaço exclusivo para mulheres catadoras também foi disponibilizado, oferecendo serviços como acolhimento terapêutico e rodas de conversa.

Destarte, foi desenvolvido o projeto “De braços abertos - ações de capacitação para trabalhadores migrante”, que promoveu cursos de capacitação, pela Escola Judicial do TRT 15, para trabalhadores migrantes estabelecidos em território baiano. Os cursos foram divididos em dois módulos: Noções básicas de Língua Portuguesa e Noções básicas de direitos sociais em território brasileiro, com ênfase no conhecimento de direitos fundamentais previstos na Constituição Federal, de Direito do Trabalho e de Organização Judiciária Nacional.

Outra importante iniciativa foi a gravação de Podcast da Escola Judicial sobre o tema Trabalho Escravo, disponibilizado no canal do YOUTUBE da EJUD5. O vídeo pode ser acessado por meio do QR code ao lado.



Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região

O Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT 6) destaca duas ações de enfrentamento ao tráfico de pessoas e à exploração ao trabalho escravo.

No dia 17 de dezembro de 2024, ocorreu no auditório do Sindicato dos Bancários, no Recife, o Seminário

"Empreendedorismo para Transsexuais e Profissionais do Sexo no Século XXI". O evento teve como objetivo incentivar a qualificação profissional desses grupos vulneráveis ao tráfico de pessoas. Foram realizadas palestras sobre dignidade sexual, inserção de pessoas trans no mercado de trabalho e combate à violência contra trabalhadoras sexuais.

A iniciativa foi organizada em parceria com diversas entidades, como a Associação Pernambucana das Profissionais do Sexo (APPS), o Fórum Estadual do Poder



Judiciário para Monitoramento do Tráfico de Pessoas (Fontet-PE) e o Governo do Estado de Pernambuco. Além das palestras, os participantes receberam kits do programa e certificados, e o evento proporcionou espaço para escuta e encaminhamento de

interessados para cursos de qualificação profissional.

A segunda ação ocorreu entre os dias 28 e 29 de novembro de 2024, em Santa Cruz do Capibaribe, com o Seminário "O Tráfico de Pessoas e a Exploração do Trabalho em Condições Análogas à de Escravo".

A iniciativa surgiu após denúncias sobre crimes de exploração sexual e tráfico de pessoas na região. Durante o primeiro dia, representantes de órgãos públicos e entidades da sociedade civil participaram de uma reunião para discutir o problema e definir estratégias para o seu enfrentamento. No período da tarde, ocorreu o seminário com palestras de especialistas no tema.

No segundo dia, uma equipe do TRT-6, acompanhada por membros do Ministério Público do Trabalho, realizou pesquisa social no Moda Center, maior centro de confecções da América Latina, para mapear possíveis casos de aliciamento de trabalhadores. A ação buscou conscientizar autoridades locais e coletar dados para futuras intervenções, reforçando a necessidade de combate a essas práticas criminosas.

Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região

O **Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região** realizou uma série de eventos em alusão ao enfrentamento ao trabalho escravo na extração do pó da carnaúba no estado do Ceará.

Dentre as ações, destacam-se o Seminário Internacional sobre Enfrentamento ao Trabalho Escravo e ao Tráfico de Pessoas. O evento foi realizado em parceria com o Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) e a Justiça Federal na Paraíba (JFPB).



Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região

No âmbito do **Tribunal Regional do Trabalho da 8ª região**, destaca-se a realização de ações a respeito da inclusão socioprodutiva de refugiados e migrantes na Grande Belém.

O projeto tinha por objetivo ampliar as oportunidades de acesso de refugiados e migrantes, indígenas e não indígenas, na Região Metropolitana de Belém.

O projeto foi dividido em três fases: roda de conversa com representantes de migrantes e refugiados, aulas a respeito de temáticas como tráfico de pessoas e direitos trabalhistas e sensibilização de empresários locais para a contratação de migrantes.



Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região

O Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região desenvolveu duas ações de destaque. A primeira foi o lançamento da "Cartilha de Direitos e Deveres do Trabalhador Haitiano", em 3 de outubro de 2024, na Faccar - Faculdade Paranaense, em Rolândia/PR.



Traduzida para o crioulo haitiano, a cartilha foi idealizada pela juíza Sandra Cristina Zanoni Cembraneli Correia, em parceria com os gestores regionais do PETE, desembargador Arion Mazurkevic e juíza Patrícia Benetti Cravo. O evento contou com a presença de diversas autoridades e membros da comunidade haitiana.

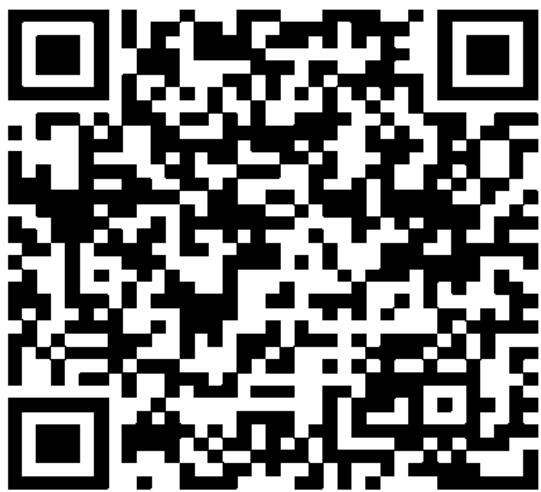
A cidade de Rolândia foi escolhida devido à expressiva população haitiana empregada nas indústrias da região. Inicialmente, a cartilha foi distribuída em diversas instituições, incluindo a Vara do Trabalho de Rolândia, a Cáritas Arquidiocesana de Londrina e a Embaixada da Solidariedade de Toledo.

Além disso, um Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o TRT 9 e a Superintendência da Polícia Federal no Paraná possibilitou a distribuição das cartilhas nas delegacias da PF em todo o estado. A iniciativa busca garantir que os imigrantes haitianos tenham acesso a informações sobre seus direitos e deveres trabalhistas em seu próprio idioma.

Destarte, houve a participação do PETE no X Encontro de Multiplicadores de Sustentabilidade, realizado no dia 22 de novembro de 2024, no auditório da Escola Judicial do TRT-9. O evento teve como objetivo fomentar reflexões e compartilhar boas práticas em sustentabilidade, acessibilidade e solidariedade.

A juíza Patrícia Benetti Cravo apresentou o programa no painel "Pitch de Colegiados Temáticos e Programas", destacando a importância do PETE diante do número de trabalhadores resgatados do trabalho escravo no Brasil e da vulnerabilidade dos migrantes no mercado de trabalho formal. Durante o evento, foram abordadas ações promovidas pelo programa em 2024, incluindo o encontro com a CIPA da JBS de Rolândia para tratar da situação dos migrantes, o lançamento da cartilha para trabalhadores haitianos e o projeto "Semeando a Língua Portuguesa", financiado pelo TST. A participação do PETE no encontro reforçou a necessidade de acolhimento e proteção aos trabalhadores migrantes, promovendo a conscientização sobre o trabalho escravo e a inclusão social.

A palestra pode ser acessada por meio do QR Code ao lado.



Além disso, foi realizado o projeto “Semeando a Língua Portuguesa”, que objetivou o ensino da Língua Portuguesa a migrantes hispanofalantes. A partir do desenvolvimento das aulas, observou-se significativa evolução dos participantes na fala e na escrita do idioma Português. Ao final do curso, todos se mostraram mais confiantes para se deslocar pela cidade, a fim de procurar emprego.



Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região



No âmbito do **Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região**, um conjunto significativo de ações foi desenvolvido com o objetivo de fomentar o debate e promover a conscientização sobre questões essenciais ao mundo do trabalho. Dentre as iniciativas, algumas se destacaram pela relevância e impacto social.

Um dos eventos de maior importância foi o seminário "Prevenção, repressão e atendimento no combate ao trabalho escravo no Tocantins", realizado no dia 25 de outubro de 2024, no Auditório da Justiça Federal, em Tocantins. O evento, que ocorreu de forma presencial e telepresencial, abordou temáticas como prevenção, fiscalização e repressão ao trabalho escravo, e contou com a participação de diversas entidades, promovendo capacitação e articulação interinstitucional.

Outra ação relevante executada foi o projeto "Trabalho em Tela", uma iniciativa do



Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem. O projeto, desenvolvido em parceria com o Tribunal Superior do Trabalho, tem como objetivo introduzir temas relacionados ao mundo do trabalho, com foco na escravidão contemporânea, para

estudantes do ensino médio, preferencialmente de escolas públicas, por meio de produções audiovisuais.

Por fim, foi realizada a campanha "Sua Solidariedade vale ouro!", que teve como objetivo arrecadar alimentos não perecíveis para as famílias de catadores(as) de materiais recicláveis no Distrito Federal. A ação visou proporcionar melhorias nas condições de trabalho e a garantia de direitos humanos dos trabalhadores envolvidos na ação, recorrentes vítimas de violações de direitos e de condições de trabalho análogas às de escravo.

Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

O **Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região** promoveu, no dia 25 de julho de 2024, o seminário integrativo "Trabalho Decente na Atualidade: Diálogos para a inclusão sociolaboral do migrante e refugiado". A iniciativa teve como principal objetivo fortalecer a integração entre o Comitê de Combate ao Trabalho Escravo e Proteção ao Migrante e as demais entidades que compõem a rede de apoio e proteção ao migrante no Amazonas.

Destaca-se que, na região, trabalhadores migrantes frequentemente enfrentam condições de trabalho degradantes, equiparáveis à escravidão. Dessa forma, o seminário buscou fomentar o diálogo entre o TRT 11, as entidades associativas de migrantes, auditores fiscais do trabalho e o Ministério Público do Trabalho, a fim de aprimorar a articulação e as ações voltadas à proteção dessa população vulnerável.

Além disso, no dia 4 de dezembro de 2024, foi realizado o I Seminário de Combate ao Trabalho Escravo em Áreas de Desmatamento. O evento, promovido pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) em parceria com o TRT 11, a Superintendência Regional do Trabalho (SRT) e o MPT, teve como foco a apresentação de dados e de riscos relacionados ao trabalho escravo na região amazônica, especialmente nas áreas afetadas pelo desmatamento. Durante o seminário, enfatizou-se a necessidade de um olhar diferenciado por parte dos auditores fiscais do trabalho em relação a essas áreas consideradas de risco. Como encaminhamento, foi assumido um compromisso para o ano de 2025, visando dar maior visibilidade às operações realizadas nessas regiões onde há identificação de trabalho escravo, sendo a maior incidência registrada no interior do estado do Amazonas.

Além disso, em parceria com a Universidade do Estado do Amazonas (UEA), foi realizado o projeto "resgatando Vidas", que objetivou a implantação da Clínica de Monitoramento de Trabalho Escravo. Dessa forma, foi concluída a aquisição de todo o mobiliário e do equipamento de informática para a implantação física da clínica. Concomitantemente, está em andamento processo seletivo de servidores e professores da UEA, para a coordenação e operacionalização da clínica, em parceria com instituições como MPT.



Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região

O Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região realizou algumas ações com foco no enfrentamento ao tráfico de pessoas e ao trabalho análogo à escravidão. Em alusão ao Dia Mundial de Combate ao Tráfico de Pessoas, celebrado em 30 de julho, a Gestora Regional Ângela Konrath e a servidora Isabela Barbosa participaram de uma ação conjunta com o Ministério Público Federal em Santa Catarina (MPF/SC), o Ministério Público do Trabalho (MPT/SC), a Polícia Federal, a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE/SC) e a organização Círculos de Hospitalidade. A atividade consistiu na conscientização e na prevenção sobre o tráfico de pessoas e o contrabando de migrantes.



No mesmo contexto, o TRT12 esteve presente no 2º Seminário: Enfrentamento do Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes e a Política Nacional. O evento, que teve a participação do PETE, do MPF, do MPT, da SRTE/SC, da Polícia Federal, da Agência da ONU para as Migrações (OIM) e da Círculos de Hospitalidade, contou com a presença do Desembargador Roberto Guglielmetto, Coordenador do Comitê Estadual de Enfrentamento ao Trabalho Escravo, Tráfico de Pessoas e Proteção ao Trabalho do Migrante em Santa Catarina. Durante o seminário, as

instituições discutiram os impactos do tráfico de pessoas e os desafios enfrentados na erradicação desse crime, abordando a exploração sexual, o trabalho análogo à escravidão, a extração de órgãos humanos e a adoção ilegal. Houve, ainda, um debate sobre o lançamento do IV Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

O Fórum de Combate ao Tráfico de Pessoas e ao Trabalho Escravo também realizou o Workshop “Práticas e Vivências no Enfrentamento ao Tráfico Humano”, no auditório da Ordem dos Advogados do Brasil, em Florianópolis. O evento, gratuito, visou capacitar profissionais da rede de atendimento às vítimas de tráfico humano e agentes das instituições envolvidas na prevenção e repressão desse crime, incluindo policiais civis e militares que atuarão como multiplicadores do conhecimento.

A programação contou com um estudo de casos práticos e palestras de membros da ONG americana *The Exodus Road*, conhecida internacionalmente por seu trabalho no combate ao tráfico de pessoas. O TRT12 esteve representado no evento pelos Gestores Regionais do PETE+, Desembargador Reinaldo Branco de Moraes e Juíza do Trabalho Ângela Konrath, bem como pelo Desembargador Roberto Luiz Guglielmetto, Coordenador do Comitê Estadual Judicial de Enfrentamento à Exploração do Trabalho em Condição Análoga à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas em Santa Catarina.

Por fim, foi realizado o projeto “Imersão transformadora: escuta qualificada. Teatro do oprimido”, que contratou o grupo Associação Cultural Ação Zumbi para desenvolver oficina no 4º Módulo de Formação Continuada de 2024 da EJUDE – 12. O evento foi realizado no dia 7 de novembro de 2024, na cidade de Lages. A atividade contou com a participação dos atores convidados, de magistradas (os) e da plateia.



Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região

O Tribunal Regional do Trabalho da 13ª região participou do "Seminário Regional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Pessoas para Fins de Trabalho Escravo", no município de Campina Grande-PB, no dia 17 de julho de 2024.

Destarte, foi realizada sessão conjunta entre a Assembleia Legislativa e a Câmara Municipal de João Pessoa-PB, em alusão ao dia da abolição da escravatura (13 de maio), organizada pelo TRT13 em parceria com o MPT-PB, com participação de vários órgãos, como: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Ministério Público Federal e OAB-PB.



Ocorreu, ainda, o projeto "Arte, educação e informação como estratégias de enfrentamento ao trabalho escravo contemporâneo", que objetivou conscientizar adolescentes e jovens sobre a persistência do trabalho escravo contemporâneo e do tráfico de pessoas, problemas que afetam principalmente populações mais vulneráveis, como pessoas negras, migrantes e trabalhadores rurais.

Por fim, foi realizada palestra sobre trabalho escravo contemporâneo e o papel do sistema de justiça na erradicação do trabalho escravo. A aludida palestra fez parte da programação de evento a respeito dos Protocolos de Atuação e Julgamento, que proporcionou ao público participante um dia inteiro de reflexão sobre Trabalho Escravo Contemporâneo, sobre as melhores estratégias para identificação das cadeias de produção que se utilizam de trabalho escravo e sobre os desafios e as práticas necessárias para uma atuação judicial mais sensível e alinhada aos direitos humanos.

Tribunal Regional do Trabalho da 15^a Região



O Tribunal Regional do Trabalho da 15^a Região realizou importantes ações para o combate ao trabalho escravo, como o Seminário "Racismo Sistêmico - Desafio do Estado Constitucional", promovido pelo Subcomitê de Equidade e Combate à Discriminação e pelo Comitê de Erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas. Com apoio da Escola Judicial do TRT 15, o evento, que aconteceu no dia 28

de novembro de 2024, no auditório da Ejud-15, reuniu várias autoridades e especialistas.

Durante a abertura do seminário, a Desembargadora Eleonora Bordini Coca destacou o compromisso histórico do TRT 15 com o debate sobre o Dia da Consciência Negra e a importância da política nacional de equidade no Judiciário Trabalhista. O presidente do Tribunal, desembargador Samuel Hugo Lima, enfatizou a necessidade de um olhar crítico sobre desigualdades estruturais e reforçou o papel da Justiça na transformação social. No evento, foi anunciada a criação do curso "Ilícito Racial e Religioso nas Relações de Trabalho", fruto da parceria entre o TRT-15 e a PUC-Campinas, previsto para 2025.

Além disso, foram distribuídos exemplares do livro "Pequeno Manual Antirracista", de Djamila Ribeiro, às unidades administrativas e judiciais do Tribunal. A programação incluiu três painéis, abordando temas como racismo institucional no sistema de Justiça, incompatibilidades do racismo sistêmico com a Constituição de 1988 e convenções internacionais, além da construção sociojurídica das relações raciais.

Em 30 de abril, o TRT 15 promoveu o seminário "Trabalho Escravo: uma chaga que persiste no Brasil – mecanismos de combate", em parceria com a Escola Judicial e o Comitê de Erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas. O evento, realizado em formato híbrido, reuniu representantes do Ministério Público do Trabalho, entidades sindicais, Polícia Rodoviária Federal, magistrados e servidores, com transmissão ao vivo pelo canal da Escola Judicial no YouTube. O desembargador João Alberto Alves Machado destacou as diversas formas

contemporâneas de escravidão e a necessidade de atuação efetiva da Justiça do Trabalho para combatê-las.

No primeiro painel, foram debatidos os mecanismos de apuração do trabalho escravo no Estado de São Paulo, com destaque para a atuação do MPT e da PRF no resgate de trabalhadores e na fiscalização de condições degradantes. O segundo painel abordou o papel da negociação coletiva e da Justiça do Trabalho no combate ao trabalho escravo, com críticas à fragilização dos sindicatos e à



dificuldade de fiscalização de ambientes de trabalho. O Desembargador Luis Henrique Rafael encerrou o evento reforçando a importância de iniciativas interinstitucionais para garantir direitos e ampliar o acesso à Justiça, por meio de audiências públicas, plantões itinerantes e parcerias estratégicas.

Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região

O **Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região** promoveu em parceria com a Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo (Coetrae-MA) e a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop), o Seminário “Trabalho escravo doméstico: discussões sobre trabalho análogo à escravidão e gênero”.



O evento ocorreu em 26 de janeiro de 2024, no auditório Juiz Ari Rocha, na sede do TRT 16, como parte das atividades do Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo. O seminário teve como objetivo a construção de parcerias voltadas à erradicação do tráfico de pessoas e do trabalho escravo.

Destarte, ocorreu, no âmbito do TRT 16, o projeto “Caminhos da liberdade”, que capacitou mais de mil e duzentas pessoas a respeito dos temas: Trabalho Escravo, Tráfico de pessoas, Trabalho Decente, ODS-8, Agenda 2030 da ONU, e sobre Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, e o Protocolo de Atendimento de Vítimas do Trabalho Escravo.

O público-alvo do evento foi formado por profissionais da assistência social, educação, conselheiros tutelares, membros do CMDCA, entre outros, bem como estudantes do ensino médio da rede estadual de ensino, em especial os alunos do Programa de Educação de Jovens e Adultos – EJA.

O projeto foi realizado nas cidades de São Luís, São José de Ribamar, Barreirinhas, Barra do Corda, Codó, Bacabal, Imperatriz, Açaílândia, Santa Inês e Pindaré Mirim.

Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região

O **Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região** realizou diversas ações voltadas à promoção do trabalho decente e ao combate ao trabalho escravo. Em 26 de abril de 2024, o TRT 17 promoveu um painel sobre “Trabalho decente no meio rural”, conduzido pela Desembargadora Daniele Corrêa Santa Catarina, gestora regional do Programa de Enfrentamento ao Trabalho Escravo, ao Tráfico de Pessoas e de Proteção ao Trabalho do Migrante, e pelo Auditor Fiscal do Trabalho, Rodrigo Carvalho, coordenador do projeto de fiscalização rural no Espírito Santo.



Ainda no dia 26, foi exibido no auditório do Tribunal o documentário “Servidão”, que aborda a escravidão contemporânea no Brasil e revela que cerca de 369 mil brasileiros vivem em condições análogas à escravidão. A ação foi realizada em parceria com os gestores regionais do Programa

Trabalho Seguro e também contou com uma sessão especial do documentário em um cinema da cidade de Vitória.

Além disso, o TRT-17 adquiriu 13 fotografias do renomado fotógrafo João Roberto Ripper, que retratam a prática do trabalho escravo em diversas regiões do Brasil. O material será utilizado para compor um acervo permanente e servirá como base para exposições itinerantes promovidas pelo Tribunal.



Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região

O **Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região** desenvolveu ações voltadas à capacitação e à sensibilização sobre o trabalho escravo contemporâneo. Durante a II Semana Jurídica, realizada em Goiânia/GO, foram realizadas palestras sobre o Trabalho Escravo Doméstico e o Protocolo para Atuação e Julgamento com Perspectiva de Enfrentamento do Trabalho Escravo Contemporâneo. A iniciativa teve como objetivo promover a conscientização sobre o enfrentamento ao trabalho escravo, ao tráfico de pessoas e ao trabalho do migrante, ampliando o debate sobre a complexidade do tema.



Além do público-alvo do evento, a programação contou com a presença de diversas autoridades que atuam no combate ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas em Goiás, como representantes do Ministério Público do Trabalho (MPT-GO), da Polícia Federal, do Ministério do Trabalho e Emprego, da Polícia Rodoviária Federal, da Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de Goiás e de integrantes da Advocacia.

Outra ação promovida pelo TRT 18 foi a exposição fotográfica "Rompendo Correntes: a escravidão não pode continuar", realizada em Goiânia/GO. A mostra teve como objetivo sensibilizar o corpo funcional do Tribunal e a sociedade sobre os números e os casos de trabalho escravo no estado e no país. A exposição impactou ao apresentar a realidade das condições de trabalho degradantes e estimulou a reflexão dos visitantes sobre a importância do combate a essa prática.

Destarte, realizou-se, no âmbito do TRT 18, Ação Conjunta do Programa de Enfrentamento ao Trabalho Escravo, ao Tráfico de Pessoas e de Proteção ao Trabalho do Migrante (PETE+) em parceria com o Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (PTJC). O projeto teve por objetivo sensibilizar professores, estudantes de escolas públicas e seus familiares sobre a realidade do trabalho escravo contemporâneo, do tráfico de pessoas e da proteção ao migrante, bem como a importância de ações por meio da educação e do fortalecimento das instituições e da sociedade organizada.



Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região



No âmbito do **Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região**, durante os meses de outubro e novembro de 2024, foi desenvolvido o projeto "Warao em Alagoas: Proteção e Dignidade no Trabalho para Migrantes Indígenas", com o objetivo de promover e proteger os direitos trabalhistas dos 130 migrantes indígenas da etnia Warao, que chegaram ao Estado de Alagoas

em 2022 devido à crise humanitária na Venezuela.

Como parte da iniciativa, foi realizada uma visita à instituição que abrigava os migrantes, a Associação Católica São Vicente de Paulo – Casa de Ranquines, para

sensibilizar sobre os direitos trabalhistas dos indígenas, destacando a importância do respeito à diversidade cultural. Durante o encontro, foi mencionada a possibilidade de qualificação profissional dos migrantes, com o encaminhamento a instituições que poderiam oferecer cursos de capacitação.

No entanto, a Associação Católica São Vicente de Paulo – Casa de Ranquines encerrou o projeto, devido à iminente transferência física e institucional dos Warao aos cuidados da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Maceió (SEMDES). Diante do curto prazo para novas tratativas com a SEMDES e considerando que a situação dos migrantes ainda estava em desenvolvimento e não havia sido plenamente estabelecida pela Secretaria Municipal, o projeto precisou ser suspenso.

Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região



O **Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região** realizou, no dia 4 de junho de 2024, exposição dos Gestores Regionais do Programa de Enfrentamento ao Trabalho Escravo (PETE) durante o XXVII Curso Intensivo de Formação Continuada para Magistrados do TRT 20 (CIFCM). O evento teve como objetivo sensibilizar magistrados e servidores sobre a necessidade de enfrentar a

realidade do trabalho escravo contemporâneo, do tráfico de pessoas e da proteção ao migrante no Brasil.

Na ocasião, foi contextualizada a criação do PETE e seus objetivos, além de ser ressaltada a importância do correto apontamento no sistema PJe, por meio do chip, sempre que os fatos analisados configurarem a hipótese de exploração do trabalho em condição análoga à de escravo ou de tráfico de pessoas. A exposição ocorreu na Escola Judicial do TRT 20 (EJUD20).

Além disso, foi desenvolvido o projeto “Trabalho Escravo Contemporâneo e Tráfico de Pessoas: Ações de Enfrentamento”, composto por duas ações: encontro interdisciplinar com todas as instituições parceiras e curso sobre o protocolo de escuta qualificada para grupos vulneráveis ao tráfico de pessoas.

A primeira ação aconteceu, no dia 11 de outubro de 2024, sob o formato de seminário com o título: “Trabalho Escravo Contemporâneo e Tráfico de Pessoas: Ações de Enfrentamento” e contou com a inscrição de 313 pessoas. A segunda ação não pode ser realizada no ano de 2024 e foi inserida na programação do Curso de Formação Continuada dos Magistrados para o ano de 2025.

Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região



A principal ação desenvolvida pelo **Tribunal Regional do Trabalho da 21ª região** a respeito da temática foi a elaboração e a divulgação da Cartilha “Combate ao trabalho escravo e tráfico de pessoas”. Além disso, foram elaborados vídeos a respeito do combate ao trabalho escravo e a temática foi incluída no “XI Encontro Institucional da Magistratura Trabalhista do RN (2024)”

Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região

O **Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região** promoveu, durante o II Congresso Integrado das Justiças Estadual e Trabalhista de Mato Grosso, palestra com o tema “O Sistema de Justiça e a Garantia de Direitos Humanos: A responsabilização de empresas líderes por trabalho escravo em suas cadeias produtivas” e foi ministrada pelo Procurador do Trabalho Dr. Luciano Aragão Santos, autoridade renomada no assunto.



O evento, realizado no Estado de Mato Grosso, foi aberto ao público interno e externo e teve como objetivo aprofundar o debate sobre a atuação do sistema de justiça na erradicação do trabalho escravo e na garantia dos direitos humanos.

Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região



No dia 30 de outubro de 2024, o Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região realizou o evento “Resgate da cidadania dos trabalhadores em condições análogas ao escravo e imigrantes vulneráveis”, que incluiu painéis e atividades com temas fundamentais para o enfrentamento ao tráfico de pessoas e o trabalho escravo. Um dos destaques foi o painel “Protocolo de Palermo no Contexto do Sistema Interamericano de Justiça”, apresentado pela juíza do TRT/MT, Claudirene Ribeiro, pela

procuradora do MPT/RN, Andrea Gondim, e pela advogada Cristiane Viegas.

O evento também incluiu, em sua programação, a Roda de Conversa “4º Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Questão Indígena: diálogo entre as instituições e a sociedade civil regional”. A atividade integrou o evento “Tráfico de Pessoas e Trabalho Escravo no Brasil: atuação interinstitucional” e teve como objetivo discutir, sob a perspectiva regional, o Decreto Federal n. 12.121/2024, com enfoque na questão indígena.

O painel proporcionou um espaço de diálogo entre representantes de diversas instituições e a sociedade civil, promovendo reflexões e estratégias para o enfrentamento ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo no país.

Por meio do QR Code abaixo pode-se ter acesso à transmissão do painel realizada pelo canal da Escola Judicial do TRT 24 no YouTube.



EXPEDIENTE

COORDENAÇÃO

Secretaria-Geral da Presidência

Silvana José Coelho

COLABORADORES

Cassia Angélica Galindo Curvelo

Danilo Silva Barbosa

Eliane Monteiro Dantas Medeiros

Eduarda Silva dos Santos

Luísa Eduarda Moreira Fontes

PROJETO GRÁFICO

Secretaria de Comunicação Social

Divisão de Comunicação Visual e Design

FOTOGRAFIAS

Secretaria de Comunicação Social

Arquivos dos Tribunais Regionais do Trabalho

Arquivos dos Gestores e das Gestoras dos programas institucionais da JT

